



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**ADÁLCIA CANÊDO DA SILVA NOGUEIRA**

**A PEDAGOGIA LUTERANA: fundamentos filosóficos,  
movimentos e ideias transformadoras sobre Educação, Escola  
e Sociedade.**

**CAMPINAS - SP**

**2018**

**ADÁLCIA CANÊDO DA SILVA NOGUEIRA**

**A PEDAGOGIA LUTERANA: fundamentos filosóficos, movimentos e ideias transformadoras sobre Educação, Escola e Sociedade.**

*Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de **Doutora em Educação** na área de concentração de **Educação**.*

**Orientador:** Professor Doutor Cesar Aparecido Nunes

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA PELA ALUNA  
**ADÁLCIA CANÊDO DA SILVA NOGUEIRA** ORIENTADA  
PELO PROFESSOR DOUTOR **CESAR APARECIDO NUNES**.

**CAMPINAS – SP**

**2018**

**Agência(s) de fomento e n°(s) de processo(s):** Não se aplica.

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Educação  
Rosemary Passos – CRB 8/5751

N689p Nogueira, Adálcia Canêdo da Silva, 1959-  
A pedagogia luterana: fundamentos filosóficos, movimentos e ideias transformadores sobre Educação, Escola e Sociedade. / Adálcia Canêdo da Silva Nogueira. – Campinas, SP: [s.n.], 2018.

Orientador: Cesar Aparecido Nunes.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Filosofia. 2. Filosofia da Educação. 3. Pedagogia. 4. Reforma do Ensino.  
I. Nunes, César Aparecido, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The lutheran pedagogy: philosophical foundations, movements and transformative ideas on Education, School and Society.

**Palavras-chave em inglês:**

Philosophy

Philosophy of Education

Pedagogy

Reformed Education

**Área de concentração:** Educação

**Titulação:** Doutora em Educação

**Banca examinadora:**

Cesar Aparecido Nunes [Orientador]

José Renato Polli

Antonio Carlos de Souza

Reginaldo Arthus

Maria Cristiani Gonçalves Silva

**Data de defesa:** 10-12-2018

**Programa de Pós-Graduação:** Educação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**TESE DE DOUTORADO**

**A PEDAGOGIA LUTERANA: fundamentos filosóficos, movimentos e ideias transformadoras sobre Educação, Escola e Sociedade.**

**AUTORA: ADÁLCIA CANÊDO DA SILVA NOGUEIRA**

**COMISSÃO JULGADORA:**

Professor Doutor **Cesar Aparecido Nunes**

Professor Doutor **José Renato Polli**

Professor Doutor **Antonio Carlos de Souza**

Professor Doutor **Reginaldo Arthus**

Professora Doutora **Maria Cristiani Gonçalves Silva**

A Ata da Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna, no SIGA/DAC – Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria da FE/UNICAMP.

## **Dedicatória**

*Ao Moslei, companheiro querido na busca constante, na fé, na esperança e no amor. Companheiro, de generosa cumplicidade, e sempre meu primeiro incentivador, pela compreensão nos contextos vividos, dividindo com paciência os sentimentos, ora de alegria, ora de frustração, inerentes a esse processo de pesquisar e de viver.*

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, porque nada é tão magnífico ou minúsculo que escape à sua metódica Graça.

Aos meus **pais**, Joaquim e Iolanda, origem de tudo, pais amorosos. Gratidão por tudo quanto me ensinaram.

Aos meus **filhos** amados Pablo Henrique, Pavlo Demétrius, Paolo Di Carlo e Paulus Vinícius, meus tesouros plenos.

Às minhas noras **Alessandra**, e de igual modo à **Jacqueline, Priscila, Simone, Michele e Tatiane** mães de quatro de minhas netas e de um de meus netos; porque de seus ventres ensinou-se a possibilidade de reedição de meu afeto.

Às minhas netas (elas são a maioria) e meus netos **Yohanna, Juan Pablo, Matheus Henrique, Maria Clara, Paulo Moslei, Eduardo Felipe, Laura e Giulia, Heloisa e Joaquim** aos quais dedico meu esforço supremo ao concluir essa pesquisa, como legado histórico de meu amor.

Aos meus irmãos **Adauto, Adalcira e Adalcimar**, por fazerem parte da minha vida... Manifesto minha alegria em ser irmã de pessoas especiais e caras.

À minha sogra **Olivina**, por seu apoio amoroso e sábio.

A toda a minha **grande parentela**, por respeitar o necessário afastamento a que me impus para dedicar-me aos propósitos que ora finalizo.

A minha Madrinha **Hermínia Ferreira Dias**, por sua presença marcante e amorosa em minha caminhada, dividindo a paixão pela música, pela poesia, pelo prazer em escrever.

Aos **amigos e amigas**, pois amigos são irmãos que o coração escolhe.

Ao Professor Doutor **Flávio Rodrigo Furlanetto**, por seu apoio, compreensão e humanidade.

A **Universidade Estadual do Norte Paraná** destacando os colegas do **Colegiado de Pedagogia**, pelas lições de solidariedade.

Ao professor Mestre **Sergio Roberto Ferreira**, Diretor da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus de Cornélio Procópio-PR, pelo incentivo e constante apoio.

À Professora **Fátima Aparecida da Cruz Padoan**, Magnífica Reitora da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), por inspirar os caminhos da superação.

E, intencionalmente, quebrando o protocolo na ordem de colocação de importância, para aquilatar minha lista de agradecimentos, fecho essa página com minha especial gratidão ao meu Orientador, Professor Livre-Docente **César Nunes**, pela paciência, pelo incentivo e plena confiança, pela renovação da utopia com sua elevada concepção ética, pela sua fundamentada crítica e pela sua percepção amorosa e articulada da realidade, pela tranquilidade com que sempre me orientou e deu-me suporte humano e científico para prosseguir no presente estudo. Registro meu agradecimento ainda por me permitir produzir com liberdade e construir minha aventada autonomia intelectual.

## RESUMO

Pesquisa bibliográfico-histórica realizada na área de Filosofia da Educação que nasceu da intenção de buscar caracterizar e recuperar a identidade filosófica e recompor a contextualização histórica dos movimentos e das ideias educacionais e pedagógicas da denominada Pedagogia Luterana, iniciada pelo reformador Martinho Lutero (1483-1546) e que hoje registra cinco séculos de continuidade em diversos lugares do mundo. Analisa o fenômeno da prática educativa temporalmente localizada no período histórico e cultural das intervenções de Lutero e investiga suas repercussões econômicas, políticas, sociais, culturais e educativas interpretando-as a partir dos textos escritos por autores da época e outros interlocutores do mesmo tempo histórico. Estrutura-se sobre os instrumentais próprios da pesquisa histórica de abordagem qualitativa, que consistem precipuamente em levantar documentos oficiais, recuperar os registros institucionais para contrapô-los aos sujeitos e temporalidades históricas e sociais. Toma como base de investigação as possíveis fontes bibliográficas que materializaram a Educação em Lutero e sua história no Brasil e escritos do próprio Martinho Lutero, entre outros. Questiona as identidades parciais e aponta um patente reconhecimento de possíveis originalidades da criação luterana de escolas na Alemanha, recupera suas matrizes, analisa suas reconhecidas contradições e aponta eventuais realizações. Caracteriza a pedagogia moderna elucidando em que proporção a postulação Luterana confere intencionalmente inovadores significados às ações e às relações humanas, veiculando valores e determinando mudanças culturais e educacionais e, ainda, investiga a forma com a qual essa pedagogia se relaciona em sociedade, destacando traços fundantes no campo educativo, na esfera pedagógica e no âmbito cultural emergente. O trabalho apresenta como possíveis resultados a potencialidade de sistematização documental e de criação de uma emergente interpretação Sócio-histórica referencial sobre a trajetória e identidade da Pedagogia Luterana e de sua constituição no Brasil.

NOGUEIRA, Adálcia Canêdo da Silva. A PEDAGOGIA LUTERANA: fundamentos filosóficos, movimentos e ideias transformadoras sobre Educação, Escola e Sociedade. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2018.

**Palavras-Chave:** Filosofia. Filosofia da Educação. Pedagogia Luterana. Educação Reformada.

## ABSTRACT

Bibliographical-historical research carried out in the area of Philosophy of Education, which was born from the intention of seeking to characterize and recover the philosophical identity and to recover the historical contextualization of the movements and the pedagogical and pedagogical ideas of the world. denominated Lutheran Pedagogy, initiated by the reformer Martin Luther (1483-1546) and that today records five centuries of continuity in diverse places of the world. It analyzes the phenomenon of educational practice temporarily located in the historical and cultural period of Luther's interventions and investigates its economic, political, social, cultural and educational repercussions, interpreting them from the texts written by the authors of the time and our historical time. It is based on the instruments of historical research with a qualitative approach, which consists mainly of raising official documents, recovering the institutional records to combat them, and historical and social temporalities. It takes as basis of investigation the possible bibliographical sources that materialized the Education in Luther and its history in Brazil and writings of own Martin Luther, among others. It questions the partial identities and points to a clear recognition of possible originalities of the Lutheran creation of schools in Germany, recovers its matrices, analyzes its recognized contradictions and points to eventual achievements. It characterizes modern pedagogy, elucidating to what extent the Lutheran postulation intentionally confers innovative meanings on human actions and relationships, transmitting values and determining cultural and educational changes, and investigates how this pedagogy relates in society, highlighting foundational traits the educational field, in the pedagogical sphere and in the emerging cultural sphere. The article presents as potential results the potential of documentary systematization and the creation of an emerging reference of socio-historical reference on the trajectory and identity of the Lutheran Pedagogy and its constitution in Brazil.

NOGUEIRA, Adálcia Canêdo da Silva. THE LUTHERAN PEDAGOGY: philosophical foundations, movements and transformative ideas on Education, School and Society. 2018. Thesis (Doctorate in Education) - State University of Campinas, 2018.

**Keywords:** Philosophy. Philosophy of Education. Lutheran Pedagogy. Reformed Education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I – O CONTEXTO ECONÔMICO E SÓCIO-CULTURAL DA EUROPA NOS SÉCULOS XV E XVI E A REFORMA LUTERANA: MARCOS HISTÓRICOS, MOVIMENTOS E IDEIAS TRANSFORMADORAS</b> .....	17
1.1. Mudanças Econômicas e Políticas e a Reforma Luterana: Renascimento, Humanismo e Educação .....	23
<b>CAPÍTULO II – MOVIMENTOS E IDEIAS SOBRE EDUCAÇÃO NA OBRA DE LUTERO: Os bastidores políticos, a indignação histórica e as proposições institucionais de Martinho Lutero</b> .....	52
2.1. A Pedagogia de Lutero e seus fundamentos .....	92
<b>CAPÍTULO III - A PAIDÉIA CRISTÃ E A PEDAGOGIA DE LUTERO</b> .....	108
3.1 A Educação como Direito e o Direito à Educação: fundamentos luteranos e práticas pedagógicas inclusivas para uma Pedagogia Humanizadora na realidade brasileira .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	142
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154

## INTRODUÇÃO

O Brasil passa por uma profunda transição política, de diversa natureza e de complexidade abissal. No meio dessa transição política assistimos a uma radical contraposição de projetos de sociedade, de ciência e de Educação. Projetos diferentes, diversos, contrários e contraditórios se enfrentam na arena pública. No campo das políticas educacionais dominantes, produzidas na esfera pública, pelo Estado, assistimos a uma contraposição entre duas tendências ou duas diferentes matrizes filosóficas e políticas na área de Educação. Por um lado, reconhece-se uma luta pela concepção democrática de educação e de direito à escola, por outro se apresenta uma tendência com enfoque neoliberal acentuando conceitos como resultados, produtividade, empreendedorismo, bonificações, avaliativismo e ranqueamento, sob a expressão do projeto de ordenamento da escola e da educação no Brasil sobre as aventadas “competências e habilidades”. Estamos no olho do furacão, o violento embate dessas duas matrizes e desses dois projetos.

Num cenário nunca imaginado assistimos a volta ao centro de nossa sociedade leiga a questão do ensino religioso na escola e na educação básica do Brasil – tema que ocupa o Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>1</sup> nesse momento. Temos nossa posição sobre esse tema. O que nos move hoje é perceber que há uma patente curiosidade sobre a questão religiosa na sociedade contemporânea. De nossa parte, esse cenário nos impulsiona a compreender que, nos primórdios da Modernidade, a Educação Religiosa sob o financiamento público já tinha sido defendida por Martinho Lutero (1483-1546), e tal atitude representou um gigantesco passo na defesa da Escola Para Todos (pública), ainda que sob as condições religiosas naquele contexto. A defesa da escola pública, leiga, gratuita, universal, obrigatória e estatal – marcas idiossincráticas da Educação Moderna, somente teriam êxito na França revolucionária de 1789 e na inovadora democracia americana de 1776. Mas, seus laços estavam lá atrás, na proposta dos reformadores alemães de 1517. Esse é o núcleo basilar de nosso estudo.

---

<sup>1</sup> O Conselho Nacional de Educação prepara um documento norteador da regulação da presença do Ensino Religioso na Educação Básica, previsto nos debates da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) promulgada em 20 de dezembro de 2017.

Reconhecemos que uma tradição investigativa dispõe uma radical diferença entre a ordem da pesquisa e a ordem da exposição, no campo das Ciências Humanas e Sociais. Seguindo essa tradição, enquanto se considera que na ordem da pesquisa se parte do particular para o geral, na ordem da exposição ou da relatoria a relação se inverte, parte-se sempre do geral para o particular. Esse é o movimento que se busca registrar nessa etapa da apresentação formal de nossa pesquisa. Trata-se de um momento histórico e de uma oportunidade política privilegiada para articular as motivações políticas, as disposições epistemológicas e sociais que deram suporte e proporcionaram vida aos questionamentos que logramos engendrar na pesquisa que ora apresentamos.

Nesse sentido, a natureza dessa pesquisa é histórica, de abordagem qualitativa, com uma interpretação crítico-histórica e, quanto aos procedimentos, busca compreender a possível profundidade do fenômeno educativo luterano validando essa demanda por meio de indicadores dos escritos e das ressonâncias sobre esse trabalho nos pensadores da época.

Demonstrando as contradições do momento e as potencialidades que muitas vezes não estão destacadas trata-se de recuperar a pressuposta identidade, os movimentos e os contextos na Pedagogia de Lutero, entrever suas relações com a sociedade, analisar suas particularidades e acurar suas múltiplas determinações e interesses, projeções e eventuais rejeições.

O objetivo maior centraliza-se na busca de caracterizar a pedagogia moderna destacando as suas pioneiras características e, dentre elas, reconhecer uma inegável originalidade na formulação histórica da pedagogia luterana. Tentaremos descrever os movimentos, sociais e religiosos, decorrentes das transformações econômicas e políticas empreendidas da clivagem entre as relações feudais e a emergência das relações modernas, o que caracteriza a transição dos séculos XV e XVI.

A pesquisa se balizou em dados coletados da riquíssima produção de Lutero; na rara bibliografia sobre a Pedagogia e a Educação Luterana no Brasil, nos sítios oficiais da Igreja Metodista e da Igreja Luterana no Brasil, seguida de documentações oficiais e, ainda, de um conciso levantamento de dados primários através da aplicação de questionário com questões abertas e fechadas direcionados à direção, à equipe pedagógica e a uma relevante amostra de professores de escolas da ANEL<sup>2</sup>, protagonistas de escolas luteranas de diferentes estados

---

<sup>2</sup> A ANEL (Associação Nacional das Escolas Luteranas) é uma entidade associativa da Igreja de Confissão Luterana no Brasil que congrega escolas de confissão luterana por todo o Brasil, com sede em Porto Alegre - RS. Estivemos presentes no Encontro Anual de 2017 e pudemos coletar dados e depoimentos de todos os que se prontificaram a participar dessa pesquisa, cerca de 50 sujeitos investigados.

brasileiros, bem como na análise crítica dos dados coletados. No entanto, em razão de recortes necessários, essa última parte da pesquisa não constará nessa tese de doutoramento nesse momento, sendo possível alinhar seus resultados em uma pesquisa posterior, subsequente a este estudo.

O problema teórico e político que nos motivou se desdobrou, no transcorrer de nossa tarefa questionadora, em inquietantes perguntas que acirraram nossa inspiração primordial e mantiveram nossas propostas iniciais abertas. Esta pesquisa pretendeu obter respostas para as seguintes questões: Como se deu a transição da educação no século XV para o Século XVI e como se constituiu e se concretizou o projeto da escola em termos de: organização e financiamento, no período de transição da Idade Média e no período do Renascimento? Como podemos entender a Reforma Luterana no campo da Educação? Quais são as principais e possíveis contribuições da Educação Reformada por Lutero para a Educação Moderna? Quais são as principais características da Pedagogia Luterana?

A escolha da abordagem qualitativa de investigação deveu-se à preocupação com a clareza e com o abarcamento no tema pesquisado, para que guarde um tipo de objetividade e de legitimidade conceitual que concorram decisivamente para o desenvolvimento do ponto de vista científico, como indicam os estudos de Gamboa (2012). Essa perspectiva favoreceu a percepção quanto às circunstâncias particulares em que a pedagogia luterana se insere; possibilitou uma descrição rica dos fatos observados a partir das fontes bibliográficas, do relato das fontes orais e centrou-se um tanto mais no processo do que efetivamente nos resultados. E neste sentido procurou-se situar uma perspectiva pedagógica Luterana na história, inserida em mudanças de natureza econômica e social dos processos e dos sujeitos envolvidos. Essas questões marcaram a gênese e o dinamismo de nossa trajetória investigativa.

Ao buscarmos retomar fontes historiográficas, foi profunda a surpresa, por múltiplas e intrincadas razões: a ausência teses e dissertações abordando o tema, a lacuna de dados e relatos sobre a trajetória da Pedagogia de Lutero no Brasil, tomando os termos da época como singulares. Ao lado dessa ausência de estudos e registros sistemáticos havia a lacunar falta de clareza histórica de seu sentido ou de sua identidade política, o desconhecimento de suas preclaras aspirações e de seus possíveis significados.

Outro elemento tomou centralidade em nossa investigação: a questão dos referenciais históricos e os desafios de uma compreensão filosófica dessa produção histórica. A Filosofia da Educação tem a tarefa e o desafio de buscar entender e articular as relações entre o particular e o geral, de lograr entender as singularidades do fenômeno analisado no corpo dos

estudos sobre as origens da educação, sobre os interesses das pedagogias, seus pressupostos e as relações materiais e subjetivas que as implementam. Em outras palavras, ter o contexto como foco é um indicador fundamental para os estudos de base histórica e filosófica, no campo educacional, como se intencionou articular.

O eixo teórico que situa esta prática afirma que é necessário ter o passado como elemento indicador e avaliativo, mas que é fundamental o diálogo entre a história, as ideias filosóficas hegemônicas e as novas abordagens e iniciativas, para explicar, por exemplo, a eclosão de uma consequência pedagógica na Reforma, e dela as inovações e depreendimentos no cenário educativo contemporâneo. Como já reportamos, veremos no transcorrer dos estudos ora apresentados, que o desvendar de práticas pedagógicas deve considerar o contexto educativo, identificar os seus sujeitos sociais, quer na condição de crítica ou na posição de análise, fundamentada nos registros bibliográficos.

Assim, ao enfocarmos a história, perpassando o registro da história oficial, buscamos compreendê-la no contexto das Reformas e da educação reformada protestante e, considerando ainda as contribuições do embate religioso, tivemos a intenção de conhecer a totalidade, a dimensão pedagógica e seu corolário para a educação contemporânea. Essa disposição foi a base da centralidade deste estudo, voltado para a interpretação da suposta motivação, da identidade e da dinâmica da pedagogia luterana na sociedade efervescente e transitória da medievalidade para a Modernidade, presente no bojo das reformas e do renascimento.

No transcorrer da exposição de nossa fundamentação epistemológica, reforça-se que um estudo sobre uma determinada pedagogia deve considerar as relações entre o estudo particular da prática pedagógica subjacente, sem perder de vista a complexidade do processo das representações sociais construídas pelos sujeitos à época da constituição de um determinado pensamento e no transcorrer de seu desenvolvimento cultural, educativo e pedagógico.

Na direção de buscar a contextualização da pedagogia luterana, de estabelecer o nexo de suas relações, de avaliar os supostos impactos educacionais históricos e de considerar sua patente consolidação, passa a ter muito sentido o estudo de categorias como as representações sociais, a cultura, a criança, a concepção de educação, a clareza da prática pedagógica entre outras. Para tanto o estudo buscou produções realizadas em diferentes nichos bibliográficos e institucionais, sendo a ANEL uma das interlocutoras da pesquisa, com as considerações anteriormente definidas.

Buscamos aprofundar o estudo sobre a história de uma determinada Pedagogia, seu viés histórico e seus impactos na educação da sociedade brasileira. Destacam-se ainda pesquisas sobre a educação, valorizando a relação entre história e memória dos educadores, através da relação entre as fontes primárias e secundárias, em investigações originais do campo da Filosofia da Educação.

Os desafios e dificuldades, à medida que se apresentavam, aumentavam ainda mais a nossa matricial curiosidade política, nossa inquietude intelectual, nossa determinação epistemológica e pessoal: que razões estariam por trás dessa patente negação histórica da existência, desse silenciamento da trajetória da identidade da Pedagogia Luterana? Com essa questão dedicamo-nos ao presente trabalho de pesquisa, que ora apresentamos como documento preliminar e de exposição formal dessa pesquisa.

Buscamos apresentar nessa tese de doutoramento as motivações e as reflexões sobre o tema, o objeto de pesquisa, o problema teórico que nucleamos e as características metodológicas de nossa investigação. A pesquisa apresentada está constituída ainda por três capítulos interpretativos e descritivos, seguida de algumas considerações finais alinhavadas a partir do esforço de urdir o conjunto dos dados coletados com a dinâmica dos fenômenos observados.

No *primeiro capítulo* de nossa proposta de tese acadêmica apresentaremos os contextos históricos, considerando a recomposição da formação econômica da Alemanha, no controverso século XVI, encravada na Europa em transição, descrevendo seus desdobramentos e apontando suas contradições. Esse contexto será de fundamental importância para a compreensão da identidade política de Lutero e da função social de sua Reforma, que dará sustentação ao reconhecimento de sua atuação como educador e a uma possível nova pedagogia.

Já no *segundo capítulo* destacaremos as silhuetas e os limites da ação educadora de Lutero por meio da recuperação de algumas matrizes da sua produção, as grandes linhas de suas teses teológicas centrais, das quais derivam as matrizes pedagógicas, delineando a identidade da Pedagogia de Lutero voltada para as finalidades daquela conjuntura. As considerações que empreendemos nesse capítulo serão fundamentadas nas fontes bibliográficas que logramos reunir, nossa proposição de estudo e nossa consequente interpretação, apesar dos desafios e dos sobressaltos no transcorrer do processo de inventariar as possíveis fontes a serem investigadas e os percalços com os quais nos deparamos para o manuseio destas.

No *terceiro capítulo* apresentaremos algumas possíveis leituras da significação da trajetória da Pedagogia de Lutero na Alemanha, para a educação moderna e para a educação

brasileira. Marcaremos nossa leitura pelo cotejo de suas aspirações com relação aos marcos regulatórios e aos movimentos estruturais de demanda pela educação e ampliação dos direitos sociais na realidade de seu tempo e na atualidade brasileira. Buscaremos alinhar as potencialidades da Educação e da Pedagogia Luterana com os movimentos e ideias de avanço e de promoção da Educação como Direito e do Direito à Educação no Brasil.

Entende-se que uma pesquisa nunca esgota a realidade, pois a realidade é muito maior do que dela podemos entender ou interpretar. Assim consideramos a presente reflexão como uma proposta, um ensaio histórico interpretativo e um possível resgate da compreensão do que podemos reconhecer como *pedagogia luterana*, identificando Martinho Lutero (1483-1546) como um reformador e um pioneiro defensor da escola pública numa época de transição econômica e política na Europa.

Esperamos que a pesquisa aqui apresentada, mais do que os eventuais acertos, seja capaz de inspirar e de desafiar outros estudiosos, muitos tantos investigadores e pesquisadores da educação, notadamente aqueles que se dedicam à pesquisa da história e da Filosofia da Educação, de modo a ampliar seus horizontes e a refazer a memória de todas as aspirações coletivas que tomaram a educação e a pedagogia como eixo motivador.

Se repararmos hoje nas demandas e nas lutas da realidade social e educacional recentes, em nosso Brasil, notaremos as prementes convocatórias para a produção de uma consistente proposição educacional de amplitude nacional, com suas articulações e seus eixos, orgânicos e sequenciais, bem como para suas disposições de formação ética, moral e axiológica, voltadas para o engendramento de um padrão de qualidade social da educação escolar, destacadamente da escola e da educação públicas. Isso demonstra que bandeiras e iniciativas de séculos anteriores continuam vivas e desafiadoras, a questionar nossos propósitos e nossas pedagogias mais emergenciais. Trata-se de aprender com a realidade e ver na história e na Filosofia da Educação as contradições e os liames das inalienáveis necessidades sociais.

## **CAPÍTULO I - O CONTEXTO ECONÔMICO E SÓCIO-CULTURAL DA EUROPA NOS SÉCULOS XV E XVI E A REFORMA LUTERANA: MARCOS HISTÓRICOS, MOVIMENTOS E IDEIAS TRANSFORMADORAS.**

Neste capítulo pretendemos contextualizar a economia, a formação social e os processos culturais da Alemanha e, conseqüentemente, da Europa, referência histórica fundamental para o entendimento das considerações finais assumidas pela pesquisa. Nessa direção, buscaremos reconstruir algumas coordenadas históricas e políticas, já analisadas por estudos de estrita investigação histórica, para encetar a presente proposição voltada para a dimensão de compreensão do fenômeno educacional e pedagógico reformado. Esse intento decorre da opção metodológica que empreendemos, na qual não se pode entender a questão da educação separada das contradições econômicas e políticas.

Os fundamentos epistemológicos da pesquisa que consideramos como histórica e filosófica assentam-se sobre nossa perspectiva sempre a partir da base material, a mesma concebida em nossa cumulativa formação como pesquisadora, que não é e de neutralidade, mas de nos atermos aos fatos e à sua análise crítica, ou vejamos:

História não é memória ancestral ou tradição coletiva. É o que as pessoas aprenderam de padres, professores, autores de livros de história e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão. É muito importante que os historiadores se lembrem de sua responsabilidade, que é, acima de tudo, a de se isentar das paixões de identidade política — mesmo se também as sentirmos. Afinal de contas, também somos seres humanos. (HOBSBAWM, 1998, p.22).

Nesse sentido, tomamos como referência a forma de pensamento e, conseqüentemente, de pesquisa histórica derivada dos marcos de Marx e Engels, ao considerarem que a história é o resultado do que os homens produzem através de sua vida coletiva ou individual, baseados nos mais diversos interesses:

A História não faz nada, não possui enorme riqueza, ela não participa de nenhuma luta. Quem faz tudo isso são os homens, quem participa das lutas é o homem como meio para realizar seus fins – como se tratasse de uma pessoa individual -, pois a história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos (MARX; ENGELS, s/d, p.203).

Destacamos aqui a vinculação de nossa pesquisa ao conjunto de estudos que visam recuperar as produções humanas coletivas, efetivadas em sua trajetória de necessidades e de possibilidades, materiais e simbólicas. Esses sinais, esses vestígios, ou rastros deixados pelo homem, são fontes históricas de que dispomos, é a exata dimensão de podermos interpretar e compreender a história, o seu movimento de permanências e transformações, de modo a buscar interpretar a ação desse homem, a sociedade e suas instituições.

Ou seja, elementos que se relacionam com homens e mulheres, constituídos de acordo com seu tempo, como agentes de história e da história em qualquer tempo e qualquer espaço geográfico:

[...] no debate que se instaura entre todas as ciências do homem a importância, a utilidade da história, ou antes, a dialética da duração, tal qual ela desprende do *mister*, da observação repetida do historiador; pois nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social do que essa oposição viva, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. Que se trate do passado ou da atualidade, uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem. (BRAUDEL, 2005, p. 43).

Assim, na contextualização das atividades objetivamos alcançar a pesquisa histórica e não apenas resquícios da memória coletiva. Para Roussou (1996), as fontes trazem as marcas daqueles que as produziram e do contexto em que foram produzidas. Ele afirma que nenhum documento jamais falou por si só, pois:

[...]. Existe um abismo entre aquilo que o autor de um documento pôde ou quis dizer, a realidade que esse documento exprime e a interpretação que os historiadores que se sucederão em sua leitura farão mais tarde [...] O trabalho do historiador é por definição uma operação seletiva, que depende do que foi efetivamente conservado, depende de sua capacidade pessoal e se inscreve num contexto particular. (ROUSSO, 1996, p. 92).

Ou seja, vai depender do questionamento do historiador a interpretação da história difundida ante o tempo presente, não obstante seja esse o caminho para o aprendizado a prática da pesquisa em si, tornou-se para nós incontestável a afirmação de Saviani (2000) quanto ao empenho do pesquisador em superar dificuldades teóricas.

Deve-se, porém, reconhecer que os investigadores-educadores especializados na história da educação têm feito um grande esforço de sanar lacunas teóricas, adquirindo competência no âmbito historiográfico capaz de estabelecer um diálogo [...] com os historiadores. E, ao menos no Brasil, cabe frisar que esse diálogo tem se dado por iniciativa dos educadores, num movimento que vai dos historiadores da educação para os, digamos assim, “historiadores de ofício”. (SAVIANI, 2000, p.12).

As fontes bibliográficas de que nos utilizamos foram selecionadas entre as tradições bibliográficas vigentes da recente área temática da História, da área da Filosofia e História da Educação, sempre nesse recorte reformista, amiúde fundamentado. A tentativa empreendida a partir das fontes bibliográficas visou captar o movimento histórico da educação na e a partir da Reforma Luterana, e, neste aspecto, buscamos interpretar as continuidades, possíveis rupturas e as mudanças ocorridas nos séculos XV e XVI.

Atentando para as novas características que a sociedade foi adquirindo, decorrentes das mudanças econômicas, sociais e demográficas no contexto reformista, contrastando as mesmas com as determinações das modificações estabelecidas por Lutero, das conquistas que influenciaram o currículo escolar e a modalidade da educação e da pedagogia de Lutero, buscamos então registrar esse percurso. São esses os movimentos e as ideias que julgamos transformadoras.

Os dados que apresentamos não são tomados por si mesmos, mas pela história significativa que se constitui em fontes para a elaboração da trajetória. Para Nosella e Buffa (2005) as trajetórias, ainda que pessoais, revelam a natureza de uma escola e da sociedade em que os formandos se inserem, afirmando que, “como toda pesquisa, a investigação histórica não é desinteressada”. Conseqüentemente o que provoca o impulso investigativo é a necessidade de responder a alguma questão que nos interpela na realidade presente. (SAVIANI, 2007, p. 4).

Tratou-se, portanto de decifrar os sentidos expressos e as dimensões ocultas, as significações patentes e as interdições de diferentes naturezas, aquelas postas pela ideologia dominante às lacunas da compreensão de globalidade, os esquecimentos e lapsos próprios do fenecimento de nossos sentidos e a intensa e vertiginosa transformação das coisas, pessoas e instituições. Portanto, o pressuposto de investigação do nascimento da escola pública, tal qual a entendemos hoje, instituída a partir da intervenção de Lutero, não foi a demanda ufanista ou burocrática, mas o resgate de patrimônio que influenciou toda a Europa, aportando no Brasil, além da perspectiva de intervenção e transformação na cotidianidade da história da educação e da Filosofia, sempre tomando por base as fontes históricas.

No caso da história, evidentemente não se poderia falar em fontes naturais já que todas as fontes históricas, por definição, são construídas, isto é, são produções humanas [...] e, além disso, é preciso considerar que, a rigor, a palavra fonte é usada em história com sentido analógico. As fontes estão na origem, constitui o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes

históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2006, p. 29).

Desta forma a nossa relação com as fontes históricas documentais não se restringiram à narração dos fatos e acontecimentos do passado numa sucessão temporal, numa concepção utilitarista de exaltação de homens ou de exemplos a serem seguidos. E não nos dimensionamos dogmaticamente encarando-as como provas neutras do passado. Pretendemos estabelecer um relacionamento crítico com os arquivos históricos documentais buscando responder ao problema de pesquisa através da recuperação da historicidade sem deixar de lado a dinâmica social, a história do trabalho na educação imbricado à história econômica, precisando lançar mão, em determinados momentos, de outros conhecimentos que não especificamente os da história.

Embasados numa concepção de pesquisa e de ciência definida como *crítico-dialética e histórica* no campo da Educação, não nos contentamos com uma exposição mecânica de fatos e coisas, mas logramos buscar a dimensão de totalidade desses fenômenos e de suas imbricações. Para tanto, assumimos a referida metodologia da pesquisa com enfoque dialógico e pluralista, de modo a compreender que a realidade é maior do que os métodos que buscam desvendá-las.

O método dialético de investigação supõe que o objeto só pode ser analisado a partir da trama de relações estabelecidas pela realidade, que é contraditória e não linear, que não é estática ou isolada, mas, igualmente, configura o movimento que assume essa concepção. O paradigma de pesquisa definido como *dialético*, portanto, é uma oposição à lógica formal clássica, já que não permite uma visão fechada, unilateral, mas exige como elaborou Saviani (2007), uma visão radical (dos pressupostos antropológicos, epistemológicos, axiológicos, políticos), rigorosa e de conjunto.

A pesquisa buscou evidenciar alguns aspectos relevantes da Reforma Protestante e da educação reformada, contudo, cabe salientar que descobrir ou revelar dados não significa um trabalho de coligir dados com uma visão de história estática, factual, frequentemente parcial ou míope.

Coube-nos como pesquisadora a realização da formulação e da intervenção social e política no registro da história escrita. A rigor, podemos dizer que somos educadores empenhados em preservar e compreender o seu passado que é o nosso presente (SAVIANI,

2007). Diz ainda o autor que para tal empreitada, a consciência da historicidade humana, a compreensão de que para entender o presente, volta-se o olhar para o passado e se projeta no futuro. Por tanto não se pode compreender radicalmente o presente se não se compreender o passado, o que implica o estudo de sua gênese.

Há que se rastrear a concepção filosófica e política de *dialética*. Para os Sofistas gregos, dialética era a arte de superação no debate público, portanto, a dialética constituía-se em ciência política. Para Platão e Aristóteles, citados em memorável texto de Nosella e Buffa (2005) a ciência dialética faz referência ao mundo da praticidade, da necessidade, tanto quanto ao campo da metafísica, da matemática; a dialética refere-se à compreensão da dinâmica da realidade, isto é, da ação do homem sobre o mundo, político e material. Porém concluem que: “[...] dialética, em seu sentido etimológico, significa a arte de relacionar os contrários” (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 58). De um conceito primário de técnica de debate passa a constituir-se como uma determinada ontologia, isto é, uma forma de conceber o ser das coisas.

Nesta perspectiva a história só é possível de ser entendida ou compreendida como a dinâmica da ação do homem e de sua prática social, mutáveis e imersas em uma concretude que é histórico-social. A noção de concepção dialética para esse estudo fundamenta-se no materialismo da consideração da história, ou seja, nos fenômenos sociais e humanos que aparecem aqui como consideração das relações estabelecidas a partir de modelos de comportamentos, de instituições, de cultura e de saberes convencionados como padrão de poder em suas contraditórias manifestações.

Distingue-se pela compreensão dos fenômenos nas suas idiossincrasias históricas e pelo entrelaçamento interpretativo dos eventos e acontecimentos.

Esse terreno histórico tem sido o território histórico do nosso campo reflexivo. Não temos outro método que não se expresse pela *historicidade*, dimensão que confecciona as possibilidades interpretativas do fenômeno educacional, de suas ideias e de seus fundamentos, bem como revela as possíveis novidades institucionais e culturais. O território histórico tem fornecido as condições de interpretação política e pedagógica. Não compreenderemos um determinado fenômeno olhando somente para seus movimentos internos; é preciso que lancemos mão de novas interpretações, de busca sobre os dados de bastidores, sobre as forças políticas, tanto aquelas que se expressam em fatos e documentos quanto àquelas que se referem às forças que estão subjacentes a essas expressões materiais, muitas vezes em tensão histórica imperceptível aos olhos do observador comum, mas sempre capturadas pela ampolheta e pelo olhar do historiador orgânico e dos estudiosos viscerais de cada tempo e de cada singular época social. (NUNES, 2018, p. 22-23)

Nossa escolha considera que o homem é um ser histórico, cujas experiências pessoais e coletivas sofrem a ação do tempo e como tal tem necessidade de reconstruir o passado

narrando e interpretando os fatos históricos. Dessa necessidade nasce a história e cada pesquisador seleciona os fatos a partir de pressupostos teóricos que lhe permitem definir um processo de interpretação. O aporte qualitativo nos permitiu a análise das informações coletadas, assim como interpretações aprofundadas que nos permitissem compreender o momento histórico em que se deu a Pedagogia Luterana. Explicá-la explorando o que necessita ser feito para consubstanciá-la como uma pedagogia que defendia os direitos basilares dos grupos humanos, a partir do aporte do cristianismo reformado, é nossa intenção.

Sanchez Gamboa (2002) afirma que no momento histórico atual, a nomenclatura *pesquisa qualitativa* decorre da inicial crítica ao designado reducionismo positivista. No final do século XIX transferiu-se a metodologia quantitativa das ciências naturais para o trato científico dos fenômenos sociais e humanos, ou seja, para as ciências sociais. A pesquisa qualitativa requer então, que se estabeleçam relações de confiabilidade entre o objeto de estudo e a epistemologia da pesquisa, visto que não é a técnica de pesquisa em si, mas sim a teoria do conhecimento que fundamenta o tratamento que se dá ao analisar dos elementos envolvidos, articulando diferentes categorias sociais, intelectuais e culturais.

Foi fundamental, portanto, associar o contexto sociocultural levando em conta a vida cotidiana, a história social e cultural regional e local, buscando estabelecer as relações mais amplas que integrassem a memória dos sujeitos que participaram da história da instituição escolar. Dado o cunho qualitativo da investigação, após emprendermos o manuseio e exploração das fontes documentais buscando compreender a realidade e o tempo histórico em que se inseriu a Instituição Escolar pesquisada, fomos à busca dos sujeitos históricos, com toda a contradição de seu tempo.

[...] Grupos de homens, que ocupam lugares contraditórios no processo produtivo, entram em relação de luta – um grupo busca manter as atuais divisões de papéis, outro tenta o rompimento de tal divisão. Permanência e mudança formam uma totalidade e se explicam reciprocamente. A abordagem da “realidade material” seria científica. Aquela realidade não é expressão do Espírito [...], mas algo em si, concreta, materialista. (REIS *apud* MEDEIROS, 2005, p. 53).

Entre os princípios teórico-metodológicos se destacam a relação entre trabalho e educação, buscamos estudar o fenômeno particular da Educação e da Pedagogia como expressão do desenvolvimento da totalidade da prática social, isto é, descrever o particular, sem reduzir-se a ele; explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural, dialeticamente relacionados.

Por fim, o componente que nos moveu foi a explicitação da necessidade de se registrar a memória da educação e da pedagogia luterana como fato histórico e social inalienável da história e da formação cultural de um povo, no caso específico desta pesquisa, da educação voltada para a população da Alemanha, em que Lutero defendeu uma concepção inclusiva e popular, abarcando também os camponeses. Entendemos que o homem é um ser que busca satisfazer suas necessidades e, a partir de determinado estágio de desenvolvimento, as sociedades se tornaram complexas e criaram-se então, novas necessidades e atividades, que já não podiam mais ser assistidas de forma espontânea e informal. Em que pese a contradição e a diversidade de sentidos para Lutero, por trás da educação e da escola, havia o conceito de uma organização “coletiva” constituída para atender às necessidades humanas daquela geração.

### **1.1. Mudanças Econômicas e Políticas e a Reforma Luterana: Renascimento, Humanismo e Educação.**

A transição do século XV para o século XVI se caracteriza como período de mudanças econômicas e de transformações culturais, e atesta uma das mais incríveis transformações, o nascimento de uma nova sociedade e, portanto, a emergência de novas relações econômicas, sociais, na mentalidade do homem ocidental e no entendimento de mundo e de ciência. Entretanto, a conjuntura é ampla e dentre as causas das mudanças registra-se a intervenção do movimento de Lutero que corroborou para as modificações radicais ocorridas em um tempo historicamente monopolizado, convergindo aos anseios de diferentes segmentos sociais.

Tomando por base a economia como fator determinante das questões políticas, sociais e por isso da educação (que não é neutra), vamos iniciar tratando brevemente do panorama histórico e de desenvolvimento da economia. Um processo de mudanças se instaurou com a conquista de Constantinopla, atualmente Istambul, pelos turcos, impedindo o acesso por terra à Índia e à China, territórios nos quais a Europa obtinha as especiarias. Com acesso aos mercados orientais, a burguesia italiana, precisamente venezianos e genoveses, possuíam o monopólio das especiarias e os europeus, se desejassem comprá-las precisavam recorrer aos italianos.

Assim, a rota para o transporte de mercadorias vindas do Oriente era o Mar Mediterrâneo, dominado pelos italianos. Insatisfeitos com os preços exorbitantes e interessados em ter acesso direto às fontes orientais, e também para lucrar com este comércio, a Europa e

mais precisamente Espanha e Portugal, privilegiados por sua localização geográfica, dedicaram-se à expansão marítima, somando-se a esse esforço e interesse o conjunto de outros destacados fatores.

Para os europeus interessados na expansão marítima, o objetivo era obter matérias-primas, metais preciosos e produtos não encontrados em seus territórios e, para a Igreja, aqui definida como a Igreja Católica Romana, a empreitada traduzia-se em constituir um conjunto de novos fiéis. Os reinos da Espanha e Portugal, também estavam interessados, pois o aumento do comércio resultaria em aumento da arrecadação de impostos para os seus reinos. Lucro significaria maior poder para o poderio da época, por isso financiaram a maior parte do projeto marítimo.

A renascença não nasceu da noite para o dia. Foi preparada por uma série de fatos sociais e históricos, durante séculos. Exemplo: 1º. O Grande Cisma (1378), que debilitou a autoridade e favoreceu a Reforma; 2º. Guerra dos cem anos (1328-1453), com todo o cortejo de consequências que um evento bélico de tal natureza provoca; 3º. As grandes Invenções e descobrimentos geográficos. A bússola propiciou viagens mais arrojadas e conquistas de novas terras; como resultado a ciência, a técnica e o comércio beneficiaram-se enormemente. A pólvora transformou a arte da defesa e do ataque abriu perspectivas para a indústria ainda em embrião (ROSA, 1975, p.117).

Deu-se início às grandes navegações e lançaram-se naus e nações nos oceanos, com a finalidade de descobrir um novo canal de comunicação principalmente para as Índias, e da mesma maneira prevalecia a vontade política de conquistar novas terras.

A grande experiência em navegações, o investimento em ágeis caravelas, superiores às de outras nações, e assim também em instrumentos para a navegação, como a bússola e o astrolábio, deram aos portugueses alguma vantagem para empreender as viagens comerciais.

As [...] as grandes navegações: Bartolomeu Dias dobrou o cabo da Boa Esperança, no sul da África (1488), Cristóvão Colombo descobriu a América (1492), Vasco da Gama desembarcou na Índia (1492), Pedro Álvares Cabral descobriu (tomou posse) o Brasil (1500). Magalhães fez a viagem ao redor do mundo (1520) e descobriu a Oceania (1521). O impacto dessas descobertas favoreceu a crença nas possibilidades de o homem se superar, favoreceu o individualismo, o pioneirismo e aventura. Desenvolveu-se também a arte na guerra, possibilitada pelo uso da pólvora. [...] Grande impacto na mentalidade da época exerceu a teoria heliocêntrica, defendida pelo polonês Nicolau Copérnico (GADOTTI, 2002, p.61).

Com os investimentos de capital vindos da burguesia e da nobreza associada, interessadas que estavam nos lucros com a expansão marítima e comercial do período houve

preocupação com os estudos náuticos e Portugal criou até mesmo um centro de estudos, a Escola de Sagres.

Esse processo impulsionou transformações econômicas, científicas, tecnológicas e desencadeou o vertiginoso processo das transformações sociais, um exemplo foi a invenção do tipo mecânico móvel, por João Gutenberg, que desempenhou papel fundamental no período da Renascença. Mudanças na vida material e alterações na vida social e coletiva. A imprensa de Gutenberg foi um dos fatos relevantes na afirmação dos eventos todos mencionados e, em especial, para a difusão da Reforma e da Revolução Científica, que lançaram as bases para a disseminação da aprendizagem em massa e da sociedade moderna fundada no novo conceito de conhecimento.

Rosa (1975) argumenta que a imprensa e o papel geram consideráveis mudanças no mundo da cultura; livros passaram a ser impressos e distribuídos, semeando frutos de vida e de morte. Fatos estes que são o apresto a renascença e a sua concepção do homem e do mundo, baseada numa personalidade humana livre e no momento presente.

Enquanto a Igreja Católica continuava considerando como expressão de *heresia* os experimentos científicos, um movimento de origem burguesa apoiava e promovia uma cultura laica. Estava, assim, aberta a porta para a ampliação do conhecimento, mediante o ensino. Tinha início o Renascimento, caracterizado pela retomada dos valores da cultura greco-romana, ou seja, da cultura clássica. As bases desse movimento eram proporcionadas por uma corrente filosófica reinante, o Humanismo, que descartava a escolástica medieval, até então predominante, e propunha o retorno às virtudes da Antiguidade. Platão, Aristóteles, Virgílio, Sêneca e outros autores greco-romanos começam a ser traduzidos e rapidamente difundidos.

O renascimento pedagógico ligou-se a alguns fatores mais gerais da própria evolução histórica. As grandes navegações do século XIV, que deram origem ao capitalismo comercial, a invenção da imprensa realizada pelo alemão GUTENBERG entre (1391 e 1400 – 1468), que difundiu o saber e a revolta, a emigração dos sábios bizantinos que saíram de Constantinopla para a Itália exerceram influência no pensamento pedagógico. (GADOTTI, 2002, p.61)

Emergia a nova sociedade, assomada da transição envolvendo inclusive as estruturas do feudo, capitalistas promovendo modificações no pensamento, no conhecimento científico, nas artes e na educação. O movimento renascentista não envolveu apenas arte e conhecimento, tratou-se de uma nova concepção de vida adotada principalmente pela sociedade urbana difundida pela arte e cultura.

A revitalização das cidades implicou também num novo comportamento social, visto que a burguesia em ascensão determinou um novo tipo de trabalho, de moradia, de relações sociais e comerciais;

Foi o século em que começou a tomar corpo a Modernidade com quase todas as suas características: a secularização, o individualismo, o domínio da natureza, o Estado moderno (territorial e burocrático), a afirmação da burguesia e da economia de mercado e capitalista no sentido próprio (CAMBI, 1999, p. 243).

O homem renascentista criticava a cultura medieval, excessivamente teocêntrica, e defendia uma nova ordem de valores assentados na cultura clássica, utilizando-se dos mesmos conceitos liberais das sociedades clássicas, porém contextualizados a nova realidade. Em face disso, o Humanismo nascente valorizou o antropocentrismo em detrimento do mundo sobrenatural. O homem passou a ser considerado e o entendimento do mundo se dava a partir da importância do ser humano, assim como produto de suas ações: o trabalho, as transformações econômicas, sociais, culturais e científicas, as guerras, a subjetividade e assim, as paixões, as angústias humanas e suas contradições tornaram-se objetos a serem estudados e compreendidos.

Esta nova maneira de encarar a vida provocou um tipo diferente de educação chamada humanista, cujo desejo era a formação da personalidade humana, em contraposição à vida claustal. Daí o termo *humanidades*, para designar estudos preferencialmente humanos, em oposição aos estudos teológicos chamados *divinos* (CAMBI, 1999, p. 243).

Defendia-se uma nova ordem de ideias e de valores assentados na cultura clássica e a aos históricos pensadores da Grécia e Roma antigas. Valorizavam o progresso e buscavam revolucionar o mundo por meio da ciência e da educação científica, e o causador da divulgação dos valores renascentistas por toda a Europa; como elemento agente de expansão das novas ideias, foi a invenção da imprensa, que tornou mais fácil a reprodução de livros.

Monroe (1984) afirma que a principal característica do Século XV foi o encantamento pela literatura, pela estética, e trouxe como consequência a retomada e o entusiasmo pelas literaturas clássicas. Já o século XVI, o arrebatado é ético e teológico e desenvolveu uma atitude mais crítica e reconstrutora do que a estética. A Renascença Italiana, o despertar da Europa, se deu aproximadamente entre o término do Século XIII até o século XVI e dele deriva-se o humanismo que se disseminou por toda a Europa e difundiu-se entre os condados e principados, chegando ao norte da Alemanha, atestando uma das mais incríveis

transformações, uma nova sociedade e, portanto, novas relações sociais e de trabalho, e na mentalidade e no entendimento de mundo e de ciência do homem ocidental.

O Renascimento, como já aventado, tem início pelas artes na Itália, mas acaba por influenciar toda a Europa Ocidental e afeta as diversas áreas da vida humana. É marcado pelo rompimento com os sistemas feudais de economia, política, sociedade, cultura enquanto crença, artes, moral, costumes e religião. A ruptura gradativa com o feudalismo e transição também paulatina para o capitalismo foi um fenômeno que caracterizou a transição da razão medieval para a razão moderna. O espírito renascentista provocou também mudanças no interior da Igreja, duramente criticada nesse período. As insatisfações culminaram com um movimento de ruptura na unidade da Igreja Católica Romana: a Reforma Religiosa, cujo autor principal foi Martinho Lutero.

Nesta ampla conjuntura conforme já demonstrado, a intervenção de Lutero corrobora para modificações ainda mais radicais ocorridas, não apenas na Igreja, mas também Pedagogia e na Educação, num tempo histórica e economicamente determinado. De acordo com Marcondes, tais transformações lançaram as bases fundamentais para a Modernidade:

Podemos considerar assim que, de um ponto de vista filosófico, a Reforma aparece neste momento como representante da defesa da liberdade individual e da consciência como lugar da certeza, sendo quer o indivíduo capaz pela sua luz natural de chegar à verdade (em questões religiosas) e contestar a autoridade institucional e o saber tradicional, posições que se generalizarão para além do campo religioso e serão fundamentais no desenvolvimento do pensamento moderno, encontrando-se expressas um século depois em seu mais importante representante René Descartes. A ênfase dada por Lutero [...] à consciência certamente prenuncia a Filosofia de René Descartes, bem como o caráter crítico característico da Modernidade. (MARCONDES, 2007, p. 153).

Fundamentados na afirmação de Marcondes (2007) podemos deduzir que a ênfase de Lutero na liberdade e a consciência, a contestação da autoridade institucional e a crítica ao conservadorismo na pedagogia, no ensino e na disciplina escolar, apresentando movimentos sociais e ideias que afetaram estruturalmente a Modernidade. E o racionalismo cartesiano, emergente parte da conexão estabelecida pelo princípio de liberdade, subjetividade e pensamento crítico sustentado por Lutero e legado à posteridade. Ao recusar qualquer dado que não tivesse explicação racional e similar comprovação científica a pesquisa desenvolve-se por meio do experimentalismo e reflete os ensejos da burguesia e suas necessidades com relação aos novos meios de produção de bens de consumo.

Este mesmo processo que impulsionou transformações econômicas, científicas, tecnológicas e sociais, impulsionou também a invenção do tipo mecânico móvel, por João Gutenberg, para atender a complexidade de registros, próprios do comércio e ajudou na divulgação de interesses comerciais, exigências da sociedade mercantil em evolução.

Para Rosa (1975), com relação ao conservadorismo pedagógico, o movimento humanista, deixou a marca histórica por sua reação contra o método da autoridade, a Filosofia escolástica, a sobrecarga da memória e o negligenciado espírito crítico. Os mestres voltaram-se para as coisas da Grécia e Roma, abandonando assim, a rotina estreita do que se reconhecia como cultura feudal, em estado agônico. A este retorno à Antiguidade no campo das artes plásticas, convencionou-se chamar Renascença e no campo filosófico, pedagógico e literário, Humanismo.

Renascimento e Humanismo demarcaram um novo estilo de pensamento e de vida. O Humanismo constituía-se também com uma teoria filosófica voltada para a formação do ser humano alicerçado no pensamento greco-romano por meio da instituição escolar. Tratava-se de uma nova atitude diante do mundo, da sociedade e da cultura, no rastro da crítica aos poderes feudais e eclesiais, centralizados e unilaterais, vividos até então.

Pode ser também ser entendido como um ideal de sabedoria e uma Filosofia existencial. É um voto de confiança ao homem. No campo pedagógico o Humanismo caracterizava-se pela formação completa do indivíduo; daí o cultivo das matérias literárias e científicas, a consideração da vida física, o cultivo de boas maneiras, etc. (ROSA, 1975, p.117).

A concepção da educação humanista-cristã de Martinho Lutero está claramente inserida na proposta humanista do renascimento. Ao passo que a Igreja continuava considerando heresia os experimentos científicos, o movimento de origem burguesa apoiava e promovia uma cultura laica. Estava, assim, aberta a porta para a ampliação do conhecimento.

Tinha início uma revolução de alcance local e regional caracterizada pela ciência natural e pelo método pragmático. Dialeticamente, utilizaram-se dos mesmos conceitos clássicos da Antiguidade, ou seja, o antigo contextualizado à nova realidade, fato este que inaugurou a redescoberta do homem, sua centralidade, sua individualidade, bem como seu poder de intervir no mundo. Trata-se da razão redirecionada para correntes humanistas e naturalistas.

Como já afirmamos, as bases do movimento renascentista alinhavam-se ao humanismo, corrente filosófica que foi a tendência à época e, que descartava a escolástica<sup>3</sup> medieval até então predominante, propondo o retorno às virtudes da Antiguidade. Aquela sociedade passa por um novo entendimento de mundo no qual a dessacralização da natureza se deu a partir da importância da razão, permitindo a exploração da natureza, o avanço das ciências naturais; o conhecimento começa a perder o caráter dogmático mantido por influência da Igreja medieval, e o humanismo renascentista foi disseminando-se por toda a Europa. A percepção de que o destino do homem está em suas mãos e cabem-lhe as decisões e a direção da própria vida a responsabilidade de fazer opções e a possibilidade de manifestar-se sobre diferentes assuntos, gradualmente enfatiza a individualidade. Essa característica não deveria acarretar o isolamento do homem em suas relações sociais, mas valorizar o talento e o trabalho. Ganha relevância estudo da natureza e o naturalismo aguçou o espírito de observação do homem, acentuando também o papel da natureza.

Assim, o relevo dado à razão, pelo renascimento é continuado pela Reforma e aplicado às crenças e as práticas religiosas. A tendência para a observação, comparação e crítica, - isto é, a insistência nas fontes originais e na experiência – que caracteriza o Renascimento humanista é também o característico essencial da Reforma protestante. Daí surgiram as mais importantes consequências educacionais (MONROE, 1984, p. 172).

O Renascimento considerava que se devesse desvelar o mundo e preconizava um modelo de *homem universal*, ou seja, aquele que apropriar-se de diversas áreas do saber, e, inclusive que o homem pode produzir o belo, pode criar uma obra apenas pelo prazer que a ação criativa lhe proporciona.

No transcurso dos séculos XV E XVI a cultura renascentista expandiu-se pela Europa Ocidental, período em que a Itália vivia um hiato de guerras e invasões, as obras do renascimento difundiram-se para outros países, adaptando-se as peculiaridades de cada um e promovendo reflexos na produção cultural, ao tempo em que eclode na Reforma Religiosa.

Para Monroe (1984) na preeminência de movimentos de difusão do Renascimento o Renascimento Italiano entra em decadência decorrente da crise econômica das cidades que

---

3 Método de ensino empregado às universidades medievais e que buscava conciliar a fé ao pensamento racional. Tomás de Aquino (1225-1274) foi um dos maiores representantes da Filosofia Escolástica. Sistematizou aspectos do Cristianismo apoiado, sobretudo, na Filosofia Aristotélica. Na escolástica diversas disciplinas estavam inseridas no currículo, as quais estavam divididas em: *Trivium*: gramática, retórica e dialética *Quadrivium*: aritmética, geometria, astronomia e música. (CAMBI, 1999)

perderam o monopólio sobre o comércio de especiarias, ocasionando o desenvolvimento dos demais. Salienta que o renascimento italiano se caracteriza pelo interesse a literária clássica pela literatura e pagã; o renascimento teutônico, pelo interesse na literatura patrística e cristã. Uma visita à cultura pessoal; a outra a reforma social, moral e religiosa, [...] a outra social e reformadora (MONROE, 1984, p. 172).

A ruptura com o feudalismo foi gradativa e a transição marcou também a transição paulatina para o capitalismo. O fenômeno caracterizou a transição da mentalidade medieval para a mentalidade moderna. O espírito renascentista, como não poderia deixar de ser, provocou igualmente, mudanças no interior da Igreja, que foi duramente criticada nesse período. As insatisfações culminaram com um movimento de ruptura na unidade cristã, a Reforma Protestante, cujo líder foi Martinho Lutero e esse é o terreno histórico de nossa investigação.

Com o Renascimento o espírito humano ganhou esta base crítica com o conhecimento da literatura Antiga e Patrística. Portanto, era inevitável que as duas concepções fundamentais de religião entrassem em conflito. Uma considera a religião como verdade completa revelada *in totum* pela Divina Providência e confiada a instituição, a qual em sua origem, constituição e autoridade, era tão divina quanto a própria revelação original. Para a segunda a religião era uma verdade divina em sua origem, mas que só se completava pela evolução e com o gradual desenvolvimento do espírito do homem. Não há verdade completa, mas verdades cujos princípios se vão aperfeiçoando na medida da sua aplicação à vida dos homens. A aplicação da razão humana a revelação original é que lhe dá significado particular no tempo e no espaço. Aceitando a revelação original como base, a primeira concepção encontra a verdade completa na autoridade da Igreja; a outra na razão do indivíduo (MONROE, 1984, p. 173).

O renascimento acelerou na Alemanha a discordância fundamental na concepção de religião, fato desencadeador da crise do Renascimento italiano e disseminou um embate religioso levando a religião a ocupar o centro da vida humana. Assim a Reforma Religiosa invadiu toda a Europa ocidental do século XVI. A Igreja Católica Romana irrompeu com a Contrarreforma criando em 1534 a Companhia de Jesus, reconhecida e oficializada pela Igreja em 1540, bem como buscou reestruturar sua identidade a partir do Concílio de Trento (Tridentum-1545-1563), que marcou a reação católica na Europa e no mundo. Este movimento publicou o INDEX<sup>4</sup> retomando a Inquisição que atingia qualquer pessoa que de alguma maneira

---

<sup>4</sup> A Igreja Católica reagiu por meio do Concílio de Trento (1545-1563) que criou o *Index Librorum Prohibitorum* (o Índice dos Livros Proibidos), foi uma lista de publicações proibidas pela Igreja Católica Apostólica Romana, e da Companhia de Jesus (1543). Organizou a Inquisição (1542) ou Santo *Ofício*, para combater o protestantismo e toda forma herética da doutrina cristã. As obras eram incluídas na lista caso contivessem teorias que a instituição eclesiástica não apoiava (GADOTTI, 2002, p.64).

ou supostamente se opusesse à Igreja. E a repressão recaiu sobre os intelectuais e artistas do renascimento. Este fenômeno abrangeu os países europeus que não foram alcançados pelas Reformas Protestantes.

A Contrarreforma foi a reação contra este movimento separatista. A principal meio negativo ou repressivo utilizado, foi a inquisição deste movimento reacionário e por outro lado, seu principal meio positivo, foi a educação. Esta educação foi controlada, na maior parte, pelas novas congregações de ensino, entre as quais a principal foi a Companhia de Jesus<sup>5</sup> (MONROE, 1984, p. 173-174).

Nesse período o Estado, notadamente no centro da Europa, era politicamente descentralizado, os nobres eram autônomos, amoedavam seu pecúlio, elaboravam suas leis bem como atuavam no cumprimento da justiça, e invariavelmente, também coletavam impostos em suas propriedades. Aqueles que detinham numerários, a burguesia (comerciantes, banqueiros) em ascensão, a nobreza, estabeleceram-se geograficamente próximo às rotas comerciais mais importantes, ou seja, Reno e Danúbio, ao norte da Alemanha. Junto ao Reno localizavam-se também o império da Igreja alemã, detentor de um terço das terras e de onde retiravam os seus mais ricos tributos arrecadados.

O século XV é um século de profundas contradições na Europa, alguns autores o definem como sendo o fim da Idade Média com sua unidade de fé e aparato disciplinar, ou seja, foi o declínio do espírito medieval. Inaugurou-se uma cultura ávida para com a literatura clássica, as artes e Filosofia clássica, a disposição e ensejo de compreensão da vida, da natureza e o próprio homem, do trabalho, agora numa dimensão humanizada,

Os novos grupos mercantis elaboram uma visão de mundo mais radicalmente laica, atenta às paixões e aos conflitos sociais, centrada sobre o homem e suas capacidades de astúcia, suas necessidades elementares e de realização social que alimentam a cultura da sociedade pós-feudal dos anos duzentos e trezentos como nova linha da vida social europeia. [...] Nessa época tão complexa e dinâmica, tão inquieta e dramática, a educação/instrução também sofre uma profunda transformação [...] (CAMBI, 1999, p.151-152).

O sentido da razão, da individualidade, da subjetividade, da ética, da estética, da aculturação, enfim, a apoteose do homem, o desabrochar do espírito investigativo e crítico e ao

---

<sup>5</sup> As escolas da Ordem Jesuítica, a Companhia de Jesus organizada no ano de 1540, tornou-se o principal instrumento da contrarreforma. Os meios adotados pela ordem para a consecução de seus processos foram a pregação, a confissão e o ensino. O incontestável é o mérito destas escolas que foram as instituições educativas de maior êxito durante 200 anos e que educaram muitos dos líderes da Europa nesse período (MONROE, 1984, p. 183).

livre exame, à observação e à exploração de fenômenos naturais. O estudo da geografia, da astronomia, das matemáticas, das línguas, da história, etc.

Podemos considerar assim, que do ponto de vista filosófico, a Reforma aparece nesse momento como representante da defesa da liberdade individual e da consciência como lugar de certeza, sendo o indivíduo capaz pela luz natural de chegar à verdade (em questões religiosas) e contestar a autoridade institucional e o saber tradicional, posições que se generalizarão além do campo religioso e serão fundamentais no desenvolvimento do pensamento moderno, encontrando-se expressas um século depois em seu mais importante representante, René Descartes (MARCONDES, 2007, p. 153).

Ainda que houvesse como há sempre, em qualquer período da história, uma parcela da população que não quisesse ou conseguisse compreender que o passado é passado, pessoas que frente às transformações necessárias se apegassem mais do que nunca as tradições e costumes antigos, Lutero e seus confrades recusaram-se a render-se, a retratar-se, afirmou a primazia da “consciência” e, sua atitude certamente prenuncia a Filosofia de Descartes, bem como o espírito crítico característico da Modernidade (MARCONDES, 2007, p. 153).

Os efeitos históricos da “livre consciência” luterana levam à maturação da consciência moderna em Descartes, e ele próprio dispõe que a verdade pode ser descoberta a partir das reflexões e julgamentos do ser sobre si, do indivíduo em si e de suas avaliações, como sujeito operante, ativo e, portanto, indispensável ao perquirir sobre a verdade. A ruptura com o pensamento aristotélico-tomista, método de pensamento dominante ainda ligado aos preceitos da Igreja Católica, inaugurou outra maneira de ver a atividade científica franqueando o método natural e a experimentação.

O pensamento reformista não descartava a possibilidade de tocar a grandeza de Deus por meio da ciência, mas também não a descartava como atividade humana de controle sobre o mundo natural, e gradativamente estabeleceu-se a razão como forma autônoma de construção de conhecimento, desligado de preceitos teológicos. A visão do Renascimento e do Humanismo que permearam a Reforma Religiosa, pressupõe dessacralização da natureza, uma valorização despreziosa da razão, da inclinação humana para conhecer e a superação do dissenso entre mão e cérebro (trabalho manual).

De modo que, a partir dessa novidade do pensamento humanista e com o acréscimo da conjuntura social, econômica, política e até geográfica, vigente à época, sem qualquer interdição a história demonstra a efetiva contribuição do movimento reformista e dos posteriores segmentos protestantes da Reforma ao alavancar a liberdade de pensamento e o processo de trabalho para o desenvolvimento Científico.

A época moderna é considerada aquela marcada pelo triunfo do projeto novo de sociedade, capitaneado pela burguesia em suas diversas etapas, trazendo consigo uma visão científica, crítica, antropocêntrica e racional do Universo, do homem e da sociedade (NUNES, 2017, p.65).

Temos clareza de que a caracterização dessa época histórica não poderá ser entendida se não tivermos a compreensão das interrelações entre as mudanças de natureza ideológica e aquelas das transformações na base material da sociedade. Lutero, por assim dizer, antecipa as contradições e os processos semiológicos da Modernidade, a partir de seu referencial de atuação, a questão religiosa e moral, a crítica dos costumes e, dentro deles, a proposição de uma nova educação.

Entendemos por Modernidade o tempo que se reconhece como aquele que veio superar as relações econômicas e políticas, sociais e culturais, do regime anterior, denominado Idade Média (século V a XV da era cristã), tal como é identificado em alguns estudos e igualmente chamado de L’Ancient Regime em outros. Trata-se do período histórico aberto pelas relações econômicas e produtivas de base mercantil, industrial e urbana, em detrimento das relações feudais e agrárias, próprias daquele modelo de organização da economia e da sociedade conhecida como feudalismo (NUNES, 2018, p.83).

Dessa maneira, em sua concepção, Lutero acredita que o homem resgatou o poder tido sobre toda a Criação no princípio, e que havia perdido com o pecado original, conceito religioso presente em sua formação. Estabeleceu assim a interface entre ciência e religião, caminhos que se fez em direção ao pensamento moderno, mas que é muito contemporâneo. A educação acompanhou o fluxo do sistema econômico e político, a concepção de vida pessoal, social e de relações de produção e trabalho, processual, e o movimento filosófico existente. A vida havia que ser repensada, pois o novo surgiu para superar o velho. E será sempre a esperança renascendo.

Muitos movimentos e ideias emergiram em períodos históricos diversos constituindo a tradição educacional ocidental. A concepção grega de Educação definiu o paradigma da Paideia Grega, o ideal educativo ateniense. Superando a Paideia Grega vimos emergir a denominada Paideia Cristã, configurada a partir da universalização do movimento histórico e teológico de Jesus de Nazaré e da posterior cristianização do mundo romano e depois, dos povos definidos como *bárbaros*. A Paideia Cristã é um percurso histórico, filosófico e teológico que nos fundamenta na presente investigação.

Um dos proeminentes autores da trajetória da Paideia Cristã foi Agostinho de Hipona (354-430). Sua obra, pela importância que tomou no pensamento de Lutero, precisa ser

pontualmente considerada. Com sua tese do pecado original sacralizou a dualidade do homem em corpo material e corpo espiritual, sendo o segundo, corruptível e efêmero, nesse viés, menos importante que espírito, este sim uno e imutável.

O Cristianismo manteve, transformou e desenvolveu a concepção platônica. Realçou ainda com mais a força a oposição de duas esferas da realidade: verdadeira e eterna por um lado, aparente e temporal por outro. Acentuou, ainda com mais intensidade, o conflito interior do homem dilacerado entre o que o liga à vida material e o que o une ao mundo espiritual. A teoria do pecado original e das suas consequências duradouras constitui uma advertência, de uma energia sem par, para o homem não ceder ao que aparenta ser a sua realidade e a do meio que a rodeia, pois não representa mais que o estado de corrupção e o lugar de exílio (SUCHODOLSKI, 1984, p. 20).

Assim, que ao aproximar-se do escopo de Platão com relação ao conhecimento, Agostinho argumenta que o homem imperfeito necessita alcançar a perfeição, tendo como pressuposto que cabe a pedagogia rememorar a verdade cunhada na alma (por meio da palavra), visto que é Deus quem faculta e assegura a contemplação da Verdade ao espírito humano. A Filosofia essencialista agostiniana constituiu em fundamento para a pedagogia cristã e para ele:

Haveria uma determinação *apriorística*, isto é, as pessoas aprenderiam na alma, uma espécie dessa alma, efetivada por Deus ou pela natureza, que haveria de justificar plenamente a alma de cada um. As almas eram de gênese e identidades diversas, haveria almas e dimensões intelectivas, outras irascíveis e outras unicamente conceptíveis. Agostinho retoma a teoria das diversidades das almas, e “cristianiza” as teses de Platão. Dessa forma, a *Paidéia* agostiniana recompõe, com perspectiva inatista da pedagogia socrática platônica, a teoria pedagógica pré-cristã. (NUNES, 2017, p.57).

Ao retomar o corolário platônico, distanciado politicamente do ideário cosmopolita grego, configura-se um elitismo social, teológico educacional, como privilégio da nobreza e clero. E quanto à proposição das escolas humanistas, mais realistas e empíricas, eram firmemente refutadas.

Não basta que a educação se negue a apoiar-se nesta realidade: deve também vencê-la. A verdadeira educação cumpre ligar o homem a sua verdadeira pátria, a pátria celeste, e destruir ao mesmo tempo tudo o que prende o homem à sua existência terrestre. (SUCHODOLSKI, 1984, p. 20).

Com o Renascimento urbano, várias universidades passam a considerar plausível o senso racional, nesse contexto, da obra de Tomás de Aquino (1225-1274), que procurou superar a concepção hermética da pedagogia de Agostinho, ainda que com algumas ressalvas. Sua teoria se aproxima e sincroniza com a Filosofia de Aristóteles (384-322 a.C.).

[...] A teoria de S. Tomás de AQUINO, se liga a Filosofia de ARISTÓTELES. Este não perfilhava o idealismo platônico e a sua Filosofia incide na problemática do mundo empírico. Todavia as concepções de ARISTÓTELES constituem um dos fundamentos da pedagogia da essência. ARISTÓTELES fez uma distinção que teve grande importância para a Filosofia; separou a matéria da forma. De acordo com sua concepção, a matéria é passiva, variável, neutra; a forma activa, duradoura e dá um aspecto qualitativamente definido. A “forma” do homem é a atividade específica. Não a que possui à semelhança das plantas e animais, mas a actividade pensante. Esta “forma” molda a matéria e cria o homem. (SUCHODOLSKI, 1984, p. 30-31).

Nunes (2017) afirma que a digressão histórica e filosófica comumente aceita demonstra que a construção pedagógica do medievo se sustentava em Agostinho, solidificando essa dualidade. De acordo com o autor, não houve ruptura da escolástica com o substrato agostiniano. Com as ideias pedagógicas cristãs e platônicas sendo questionadas, as crises políticas e teológicas, a interferência do império em questões tidas como eclesiásticas, a contestação das relações sociais, a tradição e principalmente a autoridade da Igreja, demandou-se a necessidade da Igreja em estabelecer novos modelos de representação e Tomás de Aquino fundamentou e justificou relações entre fé e razão. Emergiu então uma nova locução da Igreja, a Escolástica, cuja concepção fundamentava-se na teoria aristotélica do conhecimento, e sustentava a submissão da razão à fé, ou até mesmo seu emparelhamento.

Tomás de Aquino fez uma nova síntese, agora entre as premissas de Aristóteles com as disposições do racionalismo teológico de seu tempo. A síntese platônico-agostiniana encontra agora paralelo com a síntese aristotélico-tomista. As universidades, criações medievais, desde os séculos XI e XII, serão a arena desse debate e enfrentamento (NUNES, 2017, p. 57).

A Filosofia de Aristóteles demandava a articulação na maneira de perceber a relação alma e corpo; do material à coisa real, no sentido empírico, ou seja, de que a procedência primeira do conhecimento são os sentidos, por meio dos quais os conceitos construídos são acessíveis à compreensão humana. Dessa maneira, propunha a pedagogia aristotélica tomista.

A tarefa da educação consiste em actuar da mesma maneira em todos. Não é a partir da matéria que convém avançar para “forma” do homem; pelo contrário, é preciso moldar a matéria com a energia do sentido contido na noção de forma humana (SUCHODOLSKI, 1984, p. 31).

Nesse período, florescem indagações sobre a essência e embora se inspirasse na Filosofia platônica agostiniana e mantivesse as asserções principais, Tomás de Aquino

utilizando-se do cabedal teórico aristotélico, elaborou sua teoria do conhecimento e pedagógica na qual sustenta própria propositura:

S. Tomás de Aquino definiu a tarefa e as possibilidades da educação baseando-se na distinção entre potencial e actual. Ao negar a concepção das ideias inatas, como reserva sempre disponível, do espírito do conhecimento, S. Tomás considerou quem o ensino de uma atividade em virtude da qual os dons potenciais se tornam realidade atual. Este processo que pelo lado do educador, quer pelo próprio aluno, implica uma atividade. Alargando este ponto de vista a todo o trabalho educativo, S. Tomás pôs no relevo o papel da vontade para se assenorear da natureza falível do homem. Mas esta atividade não tem a sua origem no próprio homem, nem é este que a dirige; as suas regras foram estabelecidas definitivamente nas Santas Escrituras, no apelo de Cristo para o ensino de todos os povos; o seu êxito está sempre ligado à graça da providência. (SUCHODOLSKI, 1984, p.31-32).

Claramente, a apropriação do conhecimento se inicia pelos sentidos, mas não se instrui ou educa apenas por meio das sensações, a compreensão dos princípios e causas, a memória, a experiência, a arte e a ciência, representam o conhecimento evoluído. Nesse sentido, a teoria tomista, quando destaca a noção de vontade no processo de conhecer, assim como a inteligibilidade proveniente de Deus e que imprime significado a todo o conhecimento, toda vontade e desejos humanos, está parcializando Aristóteles no sentido em que este postula que a aprendizagem é natural a todos e todos desejam aprender. Entre avanços e retrocessos, mesmo debaixo de criteriosos questionamentos e críticas históricas, a denominada *pedagogia da essência* durante o Renascimento prosperou.

Esse desenvolvimento caracteriza-se pela sua ligação às tradições laicas e racionalistas do mundo antigo, à concepção do homem, “ser pensante”. Erasmo de Roterdão, na obra *De pueris instituendis*, expôs como se deve ser entendida a natureza humana. É aquela propriedade comum a todos os homens, cuja razão é a força que orienta a vida humana. Em conformidade com esse caráter fundamental da natureza humana, a educação deve combater tudo o que se lhe opõe e desenvolver tudo o que lhe é próprio (SUCHODOLSKI, 1984, p.33).

A Europa se torna um mosaico de diversidades sociais e culturais, porém, de modo abrangente, pode-se afirmar que os fundamentos da educação tradicional no Ocidente situam-se na pedagogia da essência, nomeada na teoria aristotélica cristianizada por Tomás de Aquino.

Monroe marca uma razão empírica, ou seja, uma premissa que aceita a experiência como base para a análise entre sagrado e o secular ao afirmar que, para Lutero: “Não há uma verdade completa, mas verdades, cujos princípios se vão aperfeiçoando na medida da sua aplicação na vida do homem”. (MONROE, 1984, p.173). E afirma também que o indivíduo e sua “significação particular”, a “razão do indivíduo” infundiram na Reforma o enfoque

humanista, da vitória das ideias humanas pautadas pela valorização do saber crítico, como maneira de conhecer, não apenas a partir da dimensão divina, inviolável, mas terrena.

Nesta senda, Suchodolski mostra questões medulares das concepções burguesas em oposição a Filosofia doutrinária e dogmática ao final da Baixa Idade Média:

A grande corrente de secularização da vida não pôs em questão apenas a secularidade da Igreja, e o direito desta mesma Igreja ditar as normas das diversas orientações da actividade humana. Pôs igualmente uma questão \_ a princípio receosamente e sem audácia \_ o próprio princípio da autoridade a quem o homem devia submeter-se. As críticas às concepções então em vigor, que surgiram no campo da Filosofia significavam que as experiências intelectuais novas, podiam ter uma força superior à da tradição transmitida.

Quando, no campo da vida social e política, se puseram em dúvida, direitos até então imutáveis do Clero e da aristocracia feudal, isso traduzia as necessidades e as aspirações características de certos grupos da população podiam ter força superior à das normas do direito e dos fundamentos em vigor. Quando no campo da moral, se submeteram a crítica, tanto as soturnas práticas dos ascetas da Idade Média, como a ética oportunista do clero, quando se exigiu uma renovação moral de acordo com as experiências morais profundamente pessoais, tudo isso significava que estas experiências podiam conter uma força superior à dos códigos de conduta transmitidos através dos séculos. Em todos esses factos amadurecia uma interrogação: o homem deveria obedecer aos ideais, normas, mandamentos, exemplos e concepções que então vigoraram? Ou n'outros termos: será a experiência interior do homem uma matéria bruta que deve ser selecionada e formada por ideais seculares ou poderá ser o homem considerado uma fonte animada de ideais novos? Essas questões – como se sabe – foram reformuladas com espontânea força no movimento reformista. Toda a história do seu conflito com a Igreja católica e das suas lutas internas mostra justamente este dilema: o homem deve ir buscar em si próprio o sentido da sua fé e as normas da vida? A audácia desta segunda alternativa aparece habitualmente nas fogueiras ou extingue-se nos labirintos das exegeses e das polemicas teológicas estéreis. Mas, não obstante, era aí que se encontrava a coragem de confiar em si mesmo, nos seus próprios pensamentos, experiências e vontade. Por influência destas perspectivas, o passado perdeu seu carácter de reino em que se realizaram as ideias absolutas e imutáveis. Começou-se a destrinçar nele a luta contra a autoridade, a luta trágica passa obter o direito de viver conforme as suas próprias experiências (SUCHODOLSKI, 1984, p.33-35).

A Teologia produzida pelos clérigos já não dava conta explicar e justificar a estrutura medieval, já não pode legitimar a ordem social sagrada e fixista. O epílogo final deste período não está historicamente marcado por um fato que daria como finalizada a Idade Média, da mesma maneira o início da Modernidade não está determinado por um acontecimento que o sinalizasse.

Na verdade, os séculos XV e XVI, foram séculos eminentemente transitórios entre as relações econômicas, políticas, sociais e culturais medievais e a emergência de novas relações anunciadas pela burguesia: estímulo à Ciência, oposição aos dogmas religiosos, movimentos de enfrentamento da inércia medieval e revitalizam-se novas visões sobre o mundo estático. A transição abrangeu todas as esferas e, nesse processo Lutero antecipa algumas concepções modernas em sua trajetória, em sua pessoa, nos seus escritos, e outras ainda as mantém na Idade Média. O que é próprio de tempos em que o *velho* não responde mais às demandas dos homens e de suas relações sociais e os comportamentos que são *novos* ainda não se instauraram.

Nesse caso em que a transição da mentalidade medieval para a mentalidade moderna está sendo processada, Lutero está com o *pé na Idade Média e a cabeça na Modernidade* (NUNES, 2017). E nesse sentido ele é uma das pessoas em transição.

A Reforma iniciada por Lutero rapidamente difundiu-se pela Europa refletindo um anseio de reforma política (por exemplo, na Alemanha e nos Países Baixos) e liberdade de pensamento, uma insatisfação com a Igreja católica e com as doutrinas tradicionais. Wittenberg, a “Roma Germânica”, tornou-se centro do protestantismo, posição ocupada algumas décadas depois por Genebra a capital do Calvinismo. [...] em pouco menos de 50 anos o panorama político e religioso europeu altera-se profundamente e a discussão de questões filosóficas, teológicas e doutrinárias relacionadas a Reforma tem um papel fundamental no cenário intelectual da época. (MARCONDES, 2007, p. 154).

Esta descrição marca o movimento dialético da história entre um século e outro, e de como as instituições sentiram necessidade de superação dos padrões estabelecidos e enraizados.

Apoiados no Renascimento, os humanistas retomam as características da Antiguidade clássica secular, ou seja, a Filosofia e ao espírito autossuficiente, a renascença configura-se como um movimento cultural e artístico, e os homens ocidentais renascentistas recuperam o interesse pela vida real do passado. Também com relação ao mundo subjetivo das emoções procurou resgatar o deleite contemplativo e os valores éticos e estéticos greco-romano. Destaca-se ainda o interesse pelo mundo da natureza física como objeto da ciência natural, há uma mudança no centro de gravitação do divino para o ser humano.

Datados desse movimento, intensificam-se os estudos das línguas grega e latina; a diligência pelos manuscritos originários; a reconstituição de obras clássicas, a criação de um novo interesse que fazia referência à imaginação e aos sentimentos por via do esforço artístico; o antropocentrismo e o desenvolvimento de ciências sociais e históricas.

O Renascimento reformador de Teotônio, que diferiu dos demais, conforme indica Monroe (1984) é de tendência moral e religiosa e sua cultura, social. A Reforma humanista: além de religiosa, une-se ao compromisso de realização de valores humanos promotores da riqueza existencial, social, ética, científica, artística e cultural, em respeito e aplicação do princípio da dignidade da pessoa.

Lutero, à medida que faz uma releitura da própria obra de Aurélio Agostinho e, influenciado pelos ideais humanistas, que tinha frequentado na universidade de Erfurt, na qual estudou Música e Direito, gerou as condições subjetivas e objetivas de produzir uma renovada síntese da Paideia Cristã, voltando às origens, conclamando a um novo “evangelho” e revitalizando o ideal da Paidéia para todos. Em sua vida a partir das condições culturais nas quais se encontrava, Lutero acaba por direcionar o grau de apropriação da formação escolar diversa, para determinadas classes sociais, o que aparece como decorrente da nova ordem social que se estruturava naquele momento (NUNES, 2018, p.4).

As consequências educacionais, ao lado da exaltação do estudo dos clássicos, promoveram um ideal de vida burguesa; riquezas, prazeres, êxito e dignidade. Passou-se então, a centrar a humanidade, agora compreendida com ênfase na literatura clássica. O aprendizado da língua e literatura passa a ser o problema mais importante.

Outro acontecimento marcante do Sec. XV foi a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, em 1440 e sua importância para a democratização do conhecimento, pois possibilitou divulgar as críticas à educação dominante como consequência da crítica à sociedade vigente e, ainda, imprimir e divulgar a Bíblia na língua vernácula, o alemão, além dos catecismos, que foram o material basilar no princípio da educação Luterana. A imprensa veiculou a revolução burguesa do século XVI.

Lutero marcou a história por ter enfrentado o poder constituído; naquele momento histórico de domínio era da Igreja Católica Romana, notadamente o papado, e a causa que lhe daria uma identidade maior é questão da venda das indulgências, questão histórica que passou a ser consagrada como uma representação de toda a revolta e da crítica luterana, mas ela não se reduz a isso.

Temos considerado essa personagem histórica, no ano em que celebra o V Centenário da Reforma Luterana, como “o último dos medievais e o primeiro dos modernos”. Sua teologia criticava a Igreja Católica (romana), combatia a mediação sacerdotal dos padres, condenava a venda das indulgências e buscava superar a rígida hierarquização da Igreja, criticou o papado e questionou o celibato, entre outras coisas. Afirmava que Deus tinha deixado “um grande livro de amor” para a salvação dos homens e mulheres. Sua tese “*sola fide*” (somente a Fé salva) e “*sola scriptura*” (somente as Escrituras nos salvam) abriu uma

nova atitude diante do acesso à leitura e a escrita. O embrião de uma síntese revitalizadora da Paidéia Cristã (NUNES, 2018, p.85).

Contestando a mercantilização das indulgências que eram um tipo de prática da Igreja que a partir de uma tese doutrinal católica justificava-se as pessoas todas entre a condenação do inferno, teriam que passar por um purgatório, e na sua teologia haveria em tese o poder temporal do papado de conceder dias de remissão desses castigos eventuais que os fiéis poderiam ter. Alguns passaram a acreditar nisso tão piamente e a Igreja passou a representar isso de maneira tão formal que se compravam indulgências para supostamente se estar livres desse período de purgação.

Então, para a construção do complexo predial do que hoje é o Vaticano, vários papas usaram do artifício da venda de indulgência para captação de recursos e alguns extrapolaram porque vendiam falsas relíquias, vendiam os chamados *chapéus cardinalícios* para famílias ricas para arrecadar dinheiro. Os pais compravam o título honorífico e, portanto, havia cardeais com dois anos de idade. Lutero, em sua formação agostiniana, já questionava esse tipo de prática e ele acabaria tornando público essa crítica à *simonia*, não somente ele, mas também outros reformadores em séculos anteriores.

Embora seja uma causa de destaque, não se trata dessa única disposição, a crítica e o amplo movimento de Lutero. A crítica da simonia e dos desmandos da Igreja já viera de outros anteriores autores de modo que se reconhece hoje como sendo uma tendência estrutural daquele momento. No século XIV, o pároco católico de Lutterworth, no condado de Yorkshire, na Inglaterra, e professor da Universidade de Oxford, John Wycliffe (1330-1384). Wycliffe desferiu duras críticas ao clero. Denunciou a corrupção no clero católico e anunciou a tese da “autoridade suprema” das Escrituras e a tradição da vida cristã, sem que houvesse interferência da opinião papal sobre elas. Wycliffe defendia que as Escrituras eram infalíveis, ao contrário do papa. Tanto o luteranismo quanto o calvinismo foram influenciados por suas teses que incluem contínuas asseverações ao papado e à hierarquia eclesiástica da época. Foi acusado de blasfemo, orgulhoso e herético. Expulso de Oxford retornou para sua casa onde, com a ajuda de amigos, traduziu a Bíblia para a língua inglesa; morreu em 31 de dezembro de 1384.

John Huss (1369-1415), com Bacharelado em Letras (1393), Bacharelado em Teologia (1394), Mestrado (1396), Ordenado padre (1400), assumiu a reitoria da Faculdade de Filosofia (1401), foi reitor da Universidade Carlos (1402) e no mesmo ano foi nomeado também pregador na Igreja de Belém em Praga. Adepto das doutrinas de John Wycliffe adotou algumas de suas teses. Huss defendia que a Bíblia era a grande autoridade dentro do Cristianismo e o

paradigma maior para a vida cristã. Contrapôs-se à autoridade hierárquica eclesiástica e, além disso, John Huss idealizava uma Igreja *pobre* contestando a opulência da Igreja católica. Ele foi condenado e queimado vivo em 1415.

Giordano Bruno (1548–1600), teólogo, filósofo, frade dominicano italiano e um dos grandes críticos da Igreja foi condenado à morte na fogueira pela Inquisição<sup>6</sup> romana por fazer uma crítica semelhante; por exemplo, a controvérsia do uso de imagens religiosas que não fosse o crucifixo. Também defendia a unificação das religiões, entendendo que Deus estava além de qualquer muro dogmático ou legalista.

Miguel de Servet (1511-1616) foi teólogo e médico, na Espanha. Católico de berço, Servet segue para Basiléia, na Suíça e de lá para Estrasburgo, na Alemanha, onde o teólogo lançou o livro *De Trinitatis Erroribus* (Erros da Trindade). A obra tece crítica à doutrina da Igreja Católica, razão pela qual acabou sendo preso, depois condenado à morte pelo Calvinismo em Genebra, sob a alegação de blasfêmia imperdoável contra a Trindade. Miguel Servet foi sentenciado, amarrado a uma estaca e queimado vivo junto com seus livros e manuscritos, com um de seus livros preso à sua coxa. Isso mostra de que a insatisfação contra os desmandos do poder instituído ocorreu ao longo dos séculos anteriores aos tempos de Martinho Lutero, em todas as direções, católica e reformada.

O teólogo e filósofo humanista, Erasmo de Roterdão (1466-1536), que viveu em Rotterdam, Holanda, é um exemplo desse fato. Profundamente cristão e convicto, ficou conhecido e famoso por ser versado nas mais diversas áreas ligadas ao conhecimento humano, foi grande crítico de dogmas católicos romanos que desaprovava, assim também da imoralidade do clero e por opor-se acirradamente ao domínio exercido pela Igreja sobre a educação, a cultura e a ciência. Além de crítico ao poder opressor, do fanatismo religioso, criticou também muitos pensamentos e comportamentos vigentes na sociedade. Escreveu o ensaio *Elogio à Loucura* e ao satirizar a Igreja e a sociedade dos Séculos XV e XVI propunha antecipadamente a crítica a uma visão clerical avançada, e sua obra foi fundamental para o pensamento luterano.

O Papado Romano<sup>7</sup> definia poder tanto o religioso como também o poder político, dominando os condados e principados alemães. Lutero revolta-se piedosamente, criteriosamente e politicamente e a sua crítica começa a ter ressonância nos circuitos religiosos alemães.

---

<sup>6</sup> Congregação da Sacra, Romana e Universal Igreja Para a Doutrina da Fé (Inquisição do Santo Ofício) com a acusação de heresia ao defender erros teológicos.

<sup>7</sup> Papa e Bispo de Roma, chefe da Igreja Católica, constitui-se salvaguarda por um período da Idade Média, aproximadamente mil anos, tanto em seu papel espiritual quanto temporal.

Ao condenar o lucro excessivo essa instituição chocou-se com a burguesia que ambicionava o lucro máximo de seus empreendimentos, mas temia ir para o inferno. A *nova ética protestante* satisfaz essa necessidade da burguesia. Outra dimensão é de que Igreja se apresentava como instituição universal que unia o mundo cristão.

Com o sentimento nacionalista aguçado, os Estados nacionais em formação queriam afirmar as diferenças dos povos com a exaltação de sua língua e das suas tradições nacionais, opondo-se à Igreja cosmopolita. A Alemanha não era ainda um país unificado, era um conjunto de vários condados (estados) e tinha uma dificuldade institucional extraordinária, pois entre os estados alemães havia grande número de terras religiosas, propriedade da Igreja Católica, entre a Baviera, a Renânia e Frankfurt, por exemplo, que impediam a unificação Alemã.

E os príncipes alemães tinham interesse na unificação e ao mesmo tempo em apropriar-se dessas terras. Em função disso a Alemanha protestante e o ideal dos príncipes era construir uma homogeneidade territorial, uma identidade cultural, garantir a unicidade da língua e a existência de uma nacionalidade e de um governo secular para a coletividade.

Para Hobsbawm (1998), em tempo anterior e no período do império já existia a gênese do Estado, ainda que em sua forma tosca e elementar, e não como contemporaneamente compreendido. A organização sociedade nos séculos XV e XVI era essencialmente rural, a forma de produção rudimentar e não havia ainda uma concepção ideológica e política do que hoje se define como Estado. Esse é um conceito pós Revolução Francesa, propriamente da Modernidade do Século XVIII. Era, portanto, a alvorada de uma a estrutura formal que se consolidaria:

O que constitui uma nação-estado em nosso tempo pode ser caracterizado do seguinte modo. Em primeiro lugar, é uma unidade política soberana. Em segundo lugar, é uma população que, entregue a uma dada identidade coletiva através de uma imagem comum do passado e do futuro, comunga de um maior ou menor grau de nacionalismo. E, finalmente, é uma população que habita um território definido, que reconhece um governo comum e que usualmente – conquanto nem sempre – exhibe padrões linguísticos e culturais comuns (STOESSINGER, 1978, p. 31).

Considerando-se que os territórios eram monopólios anexados a um império e que se caracterizava por uma cultura híbrida, e que economicamente estava instaurado um desacordo nas relações entre classes sociais em função da fragilidade do poder monárquico e do domínio da Igreja, estava posta uma contradição estrutural. Especificamente a Igreja Católica como suposta instituição universal se apresentava como a instituição de hegemonia da

Alemanha, os Estados necessitavam demarcar sua nacionalidade por meio das diferentes línguas, cultura, tradições e território.

Havia tensão social: o nacionalismo ora hostil às influências do Sacro Império Romano, camponeses começam a supor que sua materialidade não era resultado da “vontade de Deus”, mas de seus Senhores e de Roma, enfim constatação das práticas do catolicismo contraditórias à condição das classes em processo de formação política.

Nesse contexto o movimento da Reforma tem uma materialidade econômica e tem ao mesmo tempo uma interpretação teológica e religiosa. Lutero, ao enfrentar o papado, corre o risco de ser também massacrado pela Igreja e este protagonista age de maneira muito hábil e inteligente, associa-se aos príncipes alemães. As cidades mercantis estavam desgostosas com a isenção de impostos sob o clero, a proibição de juro, os muitos dias santos e a excessiva tolerância da Igreja com a mendicância.

[...] os camponeses viviam em inquietação econômica, não sendo a menor de suas queixas os dízimos e aluguéis cobrados pelo alto clero local. Juntavam-se a estes motivos de intranquilidade o fermento intelectual do nascente humanismo germânico e o agitante despertamento religioso popular, manifesto no profundo medo e consciência da necessidade de salvação. É evidente, pois, que se estes agravos achassem expressão em determinado líder, sua voz encontraria muitos ouvidos (WALKER, 1981, p.8).

Levando em conta que se aglutinaram as proposições de Lutero a nobreza emergente, a nobreza empobrecida e os comerciantes, os homens livres e os camponeses, pode-se dizer que de fato Lutero abalou os fundamentos medievais e a visão de mundo Idade Média, abrindo outros horizontes ao povo alemão, que se circunscreveu como um dos homens a revolucionar o curso da história moderna ocidental.

Dentre os muitos fatos e sujeitos que marcaram a história, conferindo significativas contribuições Luteranas para o desenvolvimento da Alemanha e de toda Europa assomadas à concepção de Cambi, ao afirmar que só é possível compreender a história, retomando a história passada, como fonte fidedigna:

[...] o que está antes condiciona o que vem depois; assim a partir do presente, da Contemporaneidade e suas características, seus problemas, deve-se remontar para trás, bem para trás, até o limiar da civilização e reconstruir o caminho não-linear, articulado, colhendo ao mesmo tempo, seu processo e seu sentido (CAMBI, 1999, p. 37).

Nesse sentido, recuperar a historicidade levar-nos-á ao desvelamento da realidade contemporânea, a compreensão da atual concepção de homem, de mundo, de sociedade e de

cultura, determinados pelo capital e que refletem diretamente na vida humana em todas as suas dimensões.

E ao recuperarmos os fatos históricos, no contexto em que foram produzidos, verificamos que a reforma luterana ocorreu concomitantemente às crises do sistema econômico e social, embora não devam ser entendidos como simples paralelismo, visto que os fatos políticos e sociais são engendrados nas relações econômicas que as pessoas estabelecem entre si, nos diversos segmentos sociais. Desse modo, para compreender as ressonâncias do movimento e das ideias de Lutero teremos que necessariamente conhecer e avaliar as condições históricas e políticas de seu tempo e contexto.

As cidades mercantis estavam desgostosas com a isenção de impostos sobre o clero, a proibição de juros, os muitos dias santos e a excessiva tolerância da Igreja com a mendicância. [...] os camponeses viviam em inquietação econômica, não sendo a menor de suas queixas os dízimos e aluguéis cobrados pelo alto clero local. Juntavam-se a estes motivos de intranquilidade o fermento intelectual do nascente humanismo germânico e o agitante despertar religioso popular, manifesto no profundo medo e consciência da necessidade de salvação. É evidente, pois, que se estes agravos achassem expressão em determinado líder, sua voz encontraria muitos ouvidos (WALKER, 1981, p. 8).

A relevância social e eclesial de Lutero tem sido divulgada, desse o de 2017, por ocasião dos Anos da Reforma, porém este trabalho não toma por meta a posição de enaltecer a figura do excomungado monge; a relevância para nós é compreender os valores que ele retoma e os que dele e daquele momento histórico podemos retomar. Esse é o *movimento* que buscamos compreender e descrever como original e dialético.

Lutero era um homem comum, tinha uma têmpera irascível que o leva tomar atitudes contraditórias, e até possivelmente execráveis, inclusive com os seus cultores. Tem a seu favor o pressuposto de que agia de acordo com sua liberdade de consciência e não foi omissivo diante das questões de seu tempo que demandavam intervenção. Esse aspecto é muito pertinente, diante do desafio de ressignificar Lutero, levanta-se uma segunda contradição: um homem douto que produz e publica teses (em latim) a uma sociedade iletrada, mais precisamente analfabeta. O reconhecimento da riqueza e da beleza desse paladino para esse período historicamente relevante, quer para o desenvolvimento socioeconômico no *Quinhentos*, quer para o ensino público, universal e popular no *Seiscentos* será objeto das nossas próximas reflexões contextuais.

Pontuaremos pedagogicamente a história da cisão e da Reforma, a relevância de Lutero para a expansão do Humanismo Cristão, sem ufanismo a esse protagonista

revolucionário de personalidade forte, questionadora, contundente, atributos que o levavam à divergência e dissenso com os próprios segmentos alinhados ao movimento reformista, neste complexo tempo.

[...] desenvolve algumas linhas gerais da história da civilização: a expansão do espírito e dos conteúdos do humanismo em toda a Europa, com a constituição dos modos de vida mais dinâmicos e mundanos, em conjuntos estatais e sociais bem distantes do âmbito restrito das democracias comunais italianas; a assunção das aristocracias, exigências humanistas e a mediação entre estas e as exigências ascético-populares numa perspectiva de reforma religiosa e social que envolvam na cultura as classes subalternas, a reação contra todas essas tentativas de inovação, que abalam os fundamentos morais e políticos da velha sociedade, isto é, o catolicismo e as cúpulas do papado e do Império, a necessidade na rejeição do mundo medieval e no encontro com a civilização de outros continentes, de projetar uma sociedade totalmente nova e inexistente; o rompimento definitivo dos velhos equilíbrios políticos determinado pelo advento do poder, nos países baixos e na Inglaterra, da grande burguesia moderna, com as mudanças culturais que isso implica. Tudo isso enquanto na base material da sociedade desenvolvem-se novos modos de produção, que acabarão por subverter os das velhas corporações artesanais e permitirão o descobrimento e a conquista de um novo mundo (MANACORDA, 1989, p.193).

Esta síntese nos leva de volta ao fato que foi o ideário da Reforma, a difusão da Instrução, assim como sua efetiva contribuição por meio da “iniciativa mais avançada de novos modelos de instrução popular e moderna” (MANACORDA, 1989, p.194). Em tal caso, antes do desenvolvimento do ensino público, universal e popular no *Seiscentos* investido das questões socioeconômicas, que será objeto das nossas próximas considerações, retomamos a saga de Lutero.

Ao retornar de Roma tendo sofrido uma série de repreensões e de punições, embora a intensão real do Papa fosse mandá-lo para a fogueira, como ainda era comum naquele momento, mas não teve chance em virtude da força dos príncipes alemães, Lutero migra para diversas casas, em diversas cidades, de famílias proeminentes das cidades e busca converter e convencer esses próprios príncipes e suas famílias, as autoridades civis, da causa religiosa, mas paralelamente explica as causas políticas e econômicas. Tem que viver na clandestinidade. Os príncipes alemães, convencidos pela capacidade política de arregimentação de Lutero, oferecem a ele uma proteção também militar e econômica, assim quando o papa chama Lutero em Roma ele vai, mas já não está sozinho, desprotegido, ele vai acompanhado de um exército forte custeado e mantido pelos príncipes alemães.

A presença de Lutero em Roma com esse exército em Roma já é uma demonstração de força, e sinaliza uma nova ordem política, econômica e religiosa, na Alemanha. Em seu retorno ele percebe que a Igreja mantém a venda de indulgências, nesse ínterim um pregador católico acaba pedindo sua cabeça, alguns pedem que a inquisição o condene e ele não tem saída.

Após a exigência de retratação do poder eclesial Lutero também sofre perseguições, pois o imperador Carlos V, do Sacro Império Romano Germânico, aliado a Igreja católica chama Lutero e o obriga a retratar-se e configurando-se na famosa Confissão de Augsburgo. Não podendo ir até a cidade, pois estava em processo de excomunhão, é representado por seu amigo Filipe Melanchthon, que faz a defesa do credo e expõe as intervenções teológicas e políticas de Lutero. Aliás, uma das páginas mais belas da história, ver um amigo defendendo o outro em condições adversas de acusação, como se dava naquele espúrio processo.

Ao definir a crítica às indulgências, Lutero começa a aprofundar sua interpretação teológica e o grande diferencial é sua defesa de que todas as pessoas deveriam ler a Bíblia, que até então era um monopólio clerical dos padres, uma interpretação ideologizada, hierarquizada.

E as condições de trabalho propostas pela Modernidade facilitam esse intento, como da imprensa, a invenção da linotipo, da tipografia, feita por Gutenberg proporcionou a impressão de outros livros, sendo a Bíblia o primeiro e o mais difundido. Nesse sentido Lutero representa também a *consciência possível daquele momento histórico* e ao buscar realizar a crítica à situação religiosa Lutero vê também outras contradições que existiam.

A primeira dessa superação, já enunciada, é da mediação sacerdotal do Clero na qual o reformista defende o sacerdócio comum, ou seja, que todos nós somos sacerdotes, todos nós participamos do mesmo espírito e todos nós podemos mediar a nossa relação com Deus completamente, sem a mediação de nenhuma instituição hierarquizada. Nesse contexto, Lutero amplia consideravelmente o apoio popular, porque transfere a cada pessoa a proximidade com Deus por meio da própria Bíblia.

A outra tese luterana muito vigorosa é a quebra do celibato por constituir-se factualmente em uma possível hipocrisia, bem como define a vocação da paternidade e da maternidade como continuidade de um ato criador precípua e transcendente, e isso provoca uma adesão significativa nas comunidades populares que pensavam muito mais vinculados a essa premissa do que efetivamente naquela de alguns chamados escolhidos para ser isso e aquilo.

Então, ao fazer a crítica ao sacerdócio mediador e afirmar a ideia de que todos são sacerdotes, a tese de que todos são co-criadores de Deus, ao defender a acessibilidade à Bíblia

como uma *carta de amor aos homens*, bem como o compromisso com o poder secular Lutero provoca na Igreja católica ainda maior reação. Uma das intervenções políticas foi deixar clara a esfera do poder religioso e secular, conforme o texto *A Confissão de Augsburgo*, de 25 de junho de 1530.

Por isso não se devem baralhar e confundir o poder espiritual e o temporal. Pois o poder espiritual tem a ordem de pregar o evangelho e administrar os sacramentos. Também não deve invadir ofício alheio. Não deve entronizar e destronar reis, não deve ab-rogar ou minar as leis civis e a obediência ao governo, não deve fazer e prescrever ao poder temporal leis a respeito de matéria secular. [...] Dessa maneira os nossos distinguem os ofícios de ambas as autoridades e poderes e mandam que os dois sejam tidos em honra como os dons mais elevados de Deus na terra. (LUTERO, 1530)

A Alemanha constituía-se de diversos condados, e precisava unificar-se de maneira cultural, antes de uma possível unificação política. Sendo a língua a pátria dos povos, ao afirmar que se pode contatar o sagrado individual e pessoalmente, ou seja, cada um pode falar com seu Deus em causa própria e em sua própria língua, provoca uma sensibilidade enorme e configura uma atitude hegemônica entre as camadas populares e médias daquele momento. Não é por demais lembrar que a Igreja Católica aderiu à língua vernácula como a língua dos seus ritos, liturgias e cultos, tardiamente, em 1961, donde se depreende que Lutero antecipa em quase 400 anos a asserção da língua como unicidade religiosa e cultural de cada povo.

Essa é marcadamente uma característica moderna, visto que os povos modernos, cada um constitui seu país, sua nação, sua cultura e agora também uma religião própria a partir de sua cultura, isto se constitui como uma novidade. Fator muito importante, ligado ao anterior, os príncipes alemães precisavam destituir as imensas propriedades da Igreja e do clero alemão para constituir a unidade do Estado e os nobres viram na defesa de Lutero a possibilidade de confiscar as ricas propriedades e os bens da ordem católica. Os empobrecidos e miseráveis eram oprimidos pelo sistema clerical, visto ser o senhor feudal atrelado ao clero, sendo a quem mais impostos eram devidos, assim, a reforma e a ética protestante pareceram atender à necessidade de divergentes classes e a luta de classes e política acabou assumindo os ideais da Reforma.

Ao defender uma nova ética em dissintonia com a ética do papado, visto que a burguesia via a Igreja como inimiga, por um lado, aspirava-se um clero que gastasse menos absorvendo assim menos impostos e, por outro, a Igreja condenava a prática de ganhar dinheiro, o lucro dessa maneira entrando em choque com a burguesia que queria tirar o lucro máximo dos negócios. A ascensão da burguesia, que, além do papel decisivo que representou na

formação das monarquias nacionais e no pensamento humanista, foi fundamental na Reforma religiosa.

A Reforma luterana, tomada aqui como fenômeno político, teológico e cultural, como movimento de enfrentamento na cristandade católica ou de suas nucleações centrais, o papado Romano, haveria de envolver em diferentes frentes e em diversos campos de atuação a apresentação de novos valores e de um novo *ethos* político, ético, teológico e educacional. A Reforma haveria de traduzir em prática social que avançava na direção da hegemonia política e cultural, constituindo-se como sua expressão moral, teológica e pedagógica (NUNES, 2018, p. 94).

A burguesia precisava de uma nova ética, que justificasse sua ascensão e incentivasse as atividades ligadas ao comércio. O pensamento da Reforma satisfazia plenamente os anseios desta nova classe, pois defendia a liberdade individual de obtenção de lucro.

Assim, grande parte da burguesia, ligada às atividades lucrativas, aderiu ao movimento reformista. A influência da fé cristã reformada sobre o desenvolvimento econômico tem sido mais e mais debatida visto que a ética protestante, historicamente, produziu um maior desenvolvimento às nações que adotaram seus princípios e chegaram a prosperar economicamente.

Fundamentalmente são três as teses basilares Lutero em 1520, e que constituíram a base do humanismo alemão do século XVI: 1) Afirmou que não havia no Papado autoridade divina e que esses se comportavam como príncipes seculares, quando deveriam viver a submissão a Deus por meio da humildade e pobreza. 2) O sacerdócio universal ou comum foi defendido junto à Nobreza Cristã, 3) O livre exame a Bíblia e de sua interpretação, dispensando a mediação de autoridades eclesiásticas, enfim, essa apologia consequentemente submete a Igreja e a sociedade ao escrutínio do Estado.

A *Dieta de Worms*, em 1521, pressionado para renegar seus escritos, Lutero tem uma ousada atitude e uma forte afirmação do direito da pessoa em agir unicamente com base no que dita sua consciência individual. Lutero foi acusado de contestar o Papa, a hierarquia clerical intelectual e roda a tradição da Igreja creditando somente a si a condição de estar agindo de maneira correta.

Só renego se alguém for capaz de me provar, através de argumentos racionais insofismáveis [...] Caso contrário, não renego, porque, se renegasse, estaria a ir contra a minha consciência, o que não é certo nem prudente fazer. Logo, aqui eu fico. Não há nada mais que eu possa ou deva fazer. (LUTERO, 1521)

Lutero não apenas desafia o promotor, diante do Imperador, afirmando a plausibilidade de que por séculos, estivessem pensando de maneira equivocada e, defendendo a liberdade, acaba por desbancar o poder religioso constituído, afirmando a *desintermediação*, em que cada pessoa é pessoalmente livre, é sacerdote e deve agir por sua consciência sem precisar de intermediário para dirigir-se a Deus, podendo ler e interpretar Sua Palavra, ou seja, fazer o mesmo que faz o clero Católico, conquanto haja responsabilidade. Universaliza a Bíblia a todos os viventes.

Ora, liberdade e responsabilidade pessoal implicam uma nova visão do mundo, do trabalho e do sentido da ação que conseqüentemente leva à responsabilidade social e política secular no mundo em que se vive. Implica uma revisão abrangente de conceitos da religião e de sua representação, ou seja, cada homem e cada mulher podem adorar a Deus no mundo secular, sua fé deve redundar em servir e relacionar-se, estar com o outro e conviver, contribuindo com quem precisa, ou seja; inaugura-se uma nova prática de solidariedade e de fraternidade, para além da mera contemplação, com Lutero no texto *Pelo evangelho de Cristo*.

Uma das necessidades mais urgentes é acabar com toda a mendicância na cristandade inteira. Ninguém mais deveria mendigar entre cristãos. Também seria fácil estabelecer uma ordem a esse respeito se o encarássemos com a devida coragem e seriedade. Ou seja: Cada cidade deveria prover os seus pobres, não admitindo nenhum mendigo estranho, seja qual for a sua denominação, quer peregrinos, quer ordens mendicantes. Cada cidade poderia alimentar os seus, e caso for muito pequena, dever-se-ia admoestar o povo nos povoados vizinhos a contribuir com sua parte, uma vez que de qualquer forma teriam que alimentar muitos vagabundos e sujeitos mal-intencionados a pretexto de mendicância. Dessa forma também se poderia saber quais são realmente pobres ou não (LUTERO, 1984, p. 122).

Em tese, ao tratar da Liberdade Cristã, fez uma crítica à imposição da autoridade sacerdotal salvaguardada pelos sacramentos e defendeu a liberdade de interpretação da Bíblia, marco histórico à época. E para que pudessem ler e interpretar, Lutero criou a Escola da Igreja, as *escolas dominicais*, e incentivou a criação de escolas públicas. Ninguém tinha o direito de ser intermediário entre o homem e Deus (figuras da Igreja); necessário seria dar aos homens, mulheres e crianças, o poder de ler e interpretar a Bíblia.

O movimento reformista de Lutero se estendeu não somente na Alemanha, mas pela maior parte do centro e norte da Europa, constata-se que reforma protestante, possibilitou a discussão e a reflexão, e diferentes classes passam a questionar a materialidade e a condição social e existencial em que se encontravam. Os *cavaleiros*, estrato social em franca decadência no império, atacaram e lutaram pelas posses eclesiais para fortalecerem seu espaço na sociedade

alemã, porém não tiveram êxito. A exemplo dos cavaleiros, os camponeses também lutaram por condições de igualdade entre estes, clero e nobreza fundiária e pelo fim da servidão na Alemanha, mas a união de católicos e protestantes os massacraram em batalhas trágicas como a morte dos 100 mil. Esse episódio marcaria um período de intensas mudanças sociais e eclesiais, pondo fim a esse ciclo de transformações, acabando por consolidar os embriões de uma nova ordem, agora limitada aos interesses e fundações da sociedade burguesa emergente. Esses elementos todos fazem de Lutero um reformador não somente no sentido moral, mas também político, ético, cultural, e que passa a defender plenamente a educação dos jovens e adultos, homens e mulheres, bem como a educação escolar das crianças de ambos os gêneros.

Foi ele (*Lutero*) especialmente quem deu impulso prático e força política à programação de um novo sistema escolar, voltado também a instrução dos meninos destinados não a continuação dos estudos, mas ao trabalho. “Mesmo se não existisse nem alma nem inferno – escrevia ele –, deveríamos ter escolas para as coisas deste mundo.” (MANACORDA, 1989, p. 196).

Por fim, ao final desse capítulo, logamos ter apresentado as fundamentações e embasamentos categóricos e conceituais de nossa pesquisa, bem como apresentado suas dificuldades e contradições, na direção de configurar as bases epistemológicas de nosso trabalho investigativo. Depois de apresentar as marcas e as coordenadas de natureza metodológica logamos caracterizar os *séculos transitivos*, século XV e século XVI, e seus principais movimentos, o Renascimento, o Humanismo e a Reforma, decorrentes das mudanças desencadeadas pelas grandes navegações, pelo triunfo do Mercantilismo e pela expansão das ideias e dos valores de uma nova realidade, a marcha da burguesia emergente e o triunfo da Modernidade anunciada. No meio desse processo situa-se a ação, o movimento e as ideias de Martinho Lutero e suas originais criações, para a história, para seu tempo e para a Educação.

O que apresentaremos no capítulo seguinte constitui o esforço de entendimento e de desvelamento dessas articulações intrincadas, de modo a buscar decifrar esse “enigma” da esfinge, a memória histórica da educação e de suas instituições, a lançar sobre nós a desafiadora disposição: “Decifra-me, ou eu te devoro!”. Esperamos elencar condições de deciframento das contradições, da originalidade e das potencialidades da Pedagogia de Lutero.

Trata-se de buscar entender as condições históricas e os condicionamentos de natureza material que se expressam nos movimentos e nas ideias de seus sujeitos reais. Ao caracterizar as ideias e os movimentos que as sustentam estaremos decifrando as contradições daquele momento e buscando interpretar seus interesses, suas articulações e seus processos,

seja entre as razões que derivam do passado, sejam ainda as expressões que se materializam no presente, até mesmo as ressonâncias que se auscultam até os nossos dias.

## **CAPÍTULO II - MOVIMENTOS E IDEIAS SOBRE EDUCAÇÃO NA OBRA DE LUTERO: Os bastidores políticos, a indignação histórica e as proposições educacionais.**

Após a exposição do capítulo anterior, no qual buscamos contextualizar os séculos de transição estrutural, os séculos XV e XVI, entre as relações feudais e a Modernidade, para lograr entender os movimentos que deram sustentação à eclosão da Reforma, buscaremos aprofundar no presente capítulo as principais ideias, os mais fundamentais conceitos e as proposições interpretativas sobre a Educação e a Pedagogia de Lutero.

Iniciaremos pela exposição de uma breve biografia de Martinho Lutero, figura central da Reforma Protestante e autor nuclear do presente estudo. Lutero nasceu em Eisleben, na Turíngia, na Alemanha, no dia 10 de novembro de 1483. Morreu em Eisleben, Alemanha, no dia 18 de fevereiro de 1546, no castelo de Frederico, Príncipe da Saxônia.

Com relação à sua formação acadêmica, ingressou na Universidade de Erfurt, na qual obteve os graus de Bacharel (1502) e Mestre em Arte (1505). No mesmo ano, ingressou em Direito na Universidade de Erfurt, mas em 1505 desistiria da carreira para entrar no Mosteiro Agostiniano de Erfurt. Em fevereiro de 1507 foi ordenado sacerdote. Por sua erudição e inteligência incomuns, Lutero foi designado professor na Universidade de Wittenberg, fundada em 1502 por Frederico, o Sábio, duque da Saxônia, ocupando a cadeira de Teologia, onde foi docente por 37 anos. Prosseguiu seus estudos, instruindo-se principalmente nas línguas grega e hebraica, em 1509 obteve o grau de *Baccalaureus Biblicus*. Em outubro de 1512, recebia o grau de Doutor em Teologia.

Integrou-se a cadeira de *Lectura in Biblia* lecionando, à base das línguas originais, o hebraico do Antigo Testamento e o grego do Novo Testamento, incorporando conquistas do humanismo na ciência da interpretação de textos. Em 1515, foi designado vigário do distrito, que compreendia onze conventos sob sua orientação e autoridade. Proporcionou diversos projetos formativos, dentre outros promovendo concorridas preleções, com acadêmicos vindos de diversos países para ouvi-lo e professores se candidatando a colaboradores para que pudessem ter acesso a suas ideias que acabaram por consolidar o humanismo cristão.

Em 1517, Lutero escreveu *As 95 teses*, em latim, provocando um debate público entre os acadêmicos, sobre a questão da venda de indulgências. Agindo de acordo com o costume da época, seu objetivo era acadêmico, não tendo pretendido naquele momento, desencadear o movimento histórico na Igreja, na Alemanha e posteriormente no ocidente.

Em 1518, Lutero foi chamado para responder processo em Roma dentro de sessenta dias. A exigência era simplesmente que Lutero se retratasse, o que este, naturalmente, não fez. Lutero contava com o apoio do capítulo da Ordem dos Agostinhos e do corpo docente da Universidade de Wittenberg. Em 1520, escreveu três livros: *À Sua Majestade Imperial e à Nobreza Cristã sobre a Renovação da Vida Cristã*, endereçado aos políticos (príncipes) alemães; *Sobre a Escravidão Babilônica da Igreja*, endereçada à liderança da Igreja Católica, o Papa; e *Da Liberdade Cristã*, para os cristãos em geral.

Ainda em 1520, o Papa Leão X, decretou a bula de excomunhão *Exsurge Domine* estabelecendo um prazo para a retratação de Lutero, quanto ao que havia escrito e ensinado. No ano de 1521 esgotou-se o prazo dado na bula, sendo então proferida a excomunhão definitiva, pela bula “*Decet Romanum Pontificem*” (bula de excomunhão de Lutero) decretada no ano de 1521. Selava o rompimento absoluto com Roma e indissolúvelmente a Reforma estaria ligada às ideias Martinho Lutero. Não foi propriamente sua preocupação a teoria pedagógica enquanto doutrina da educação, ou a sistematização de métodos de ensino e aprendizagem. Lutero, em sua pedagogia política e em sua conjuntural *pedagogia da vida ativa*, nas categorias de seu tempo, cumpriu o propósito em desvelar as contradições do processo histórico pedagógico medieval e indicou outro paradigma que não a educação clerical por meio de uma pedagogia marcadamente humanista, social, cultural e cristã.

Lutero investigou os aspectos fundamentais de uma pedagogia de estatuto religioso e lhe deu soluções realmente exemplares: pela espessura cultural [...]. Lutero seguiu a senda do pensamento grego e buscou conciliar, a exemplo de Agostinho [...] seus elementos éticos, antropológicos políticos e históricos, dotados de nítida autonomia e diferença presentes na visão cristã do mundo (CAMBI, 1999, p.135).

O desenvolvimento do pensamento pedagógico luterano operou-se a partir da concretude dos municípios e condados, nas categorias de sua época, e da materialidade dos sujeitos alemães. Enfrentou oposições, mas defendeu um novo paradigma cultural e social e sua matriz era educar para a vida:

[...] operara-se a primeira revolução social – o nascimento da burguesia -, que implicava uma revolução cultural e outra econômica como efeito e como causa. Nas cidades, no interior das corporações e através da retomada do comércio, vem se formando uma nova classe social, fortemente individualista e autônoma, atenta a produção de bens e ao

incremento da riqueza que é revestida capitalisticamente na – na produção. Essa nova classe social ganha impulso, alarga seu raio de intervenção, dinamiza toda a vida social, pressionando os organismos políticos e religiosos e produzindo uma transformação da mentalidade dos grupos mais dinâmicos dentro das zonas geográficas mais ativas da Europa (CAMBI, 1999, p.151).

Feita a abordagem contextual, passaremos a refletir especificamente sobre sua ação na educação, considerando-a culturalmente como resultado da produção humana e como prática social da transmissão da cultura às sucessivas gerações, as próprias reformas religiosas são parte da educação.

Como sujeitos históricos, políticos e sociais; como educadores e cidadãos, o legado do humanismo luterano e da Reforma tem na atualidade um papel fundamental: o compromisso, a responsabilidade e uma nova conduta de continuar formando *sujeitos críticos do sistema educacional* para que a proposta de universalização da educação formal e escolar se efetive qualitativamente como responsabilidade dos governos seculares e como consequência da participação efetiva da família.

Se Erasmo e Rabelais produziram uma ruptura com métodos medievais e redesenharam o pensamento educacional da Modernidade, mesmo que ligados a uma “educação do príncipe” fundamentalmente aristocrática, Lutero acrescentará outros *condimentos sociais* que farão da Escola um verdadeiro lema de sua Reforma. (JARDILINO, 2009, p. 42).

Buscamos tratar aqui da visão de futuro e da sua vontade de mostrar como é possível incluir a todos sem ressalvas no processo de educação, e assim de contribuir para a fundação de um sistema escolar universal e popular para o contingente alemão, opondo-se às restrições por ele apontadas no bojo do ensino, como a política discriminatória da Igreja e as normas e metodologias arcaicas das universidades e das escolas católicas. *Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas Cristãs*, de 1524, diz Lutero:

:

É bem verdade: se as universidades e conventos continuarem como estão, sem a aplicação de novos métodos de ensino e modos de vida para os jovens, preferiria que nenhum jovem aprendesse qualquer coisa e que ficassem mudos. Pois é minha opinião séria, no meu pedido e desejo que essas cocheiras e escolas do diabo mergulhem no abismo ou sejam transformadas em escolas cristãs (LUTERO, 1995, p.306)

A Reforma Protestante carregou em si a gênese de grandes transformações, e seria impossível enfocá-la apenas no campo da religião, dado que sua perspectiva de realidade e de

prática de vida coletiva e trabalho marca o início da Modernidade. Não obstante, refletir a repercussão da Reforma sobre seus variados aspectos seria amplo demais para uma única investigação. Portanto, o estudo limitou-se às dimensões educacionais, mais precisamente às mudanças educacionais derivadas do movimento luterano procurando concentrar-se no aspecto fundamental da pedagogia de Lutero, portanto, não se estendendo sobre as demais vertentes da Reforma.

Para compreendermos o modelo de escola proposta por Lutero, seu contexto histórico e as suas grandes movimentações, necessitamos de uma retrospectiva para uma breve análise do percurso realizado ao longo do tempo e, prospectivamente, retirarmos daí preceitos e aprendizagens que permitam compreender as proposituras de Martinho Lutero no período de tempo em que fez o enfrentamento à sua Igreja e também no período pós reforma.

Parafraseando Saviani, não se estuda autores pelos autores, inversamente, se estuda de modo que nos ajudem a interpretar a realidade e responder a problemas atuais enfrentados. Captar as concepções dos autores não para confrontá-las a de outros autores, mas para reiterar com Saviani, “[...] confrontar os textos com a realidade” (SAVIANI, 2012, p.125).

Podemos afirmar que Martinho Lutero foi o educador que orquestrou a primeira reforma de ensino da e na história moderna. Alinhado com a atual postulação de José Carlos Libâneo (2005), não se eximiu de posicionar-se claramente sobre qual direção a educação e suas ações deviam tomar e a que tipo de homem se propunha a formar. Para Libâneo (2005), é isso o que fundamenta pedagogia como área do conhecimento, cuja reflexão tenha como objeto, unificar a realidade da educação.

Assumi a liderança do movimento educacional que se iniciou na Alemanha, no qual lutava para libertar a educação das determinações que a Igreja viera forjando durante séculos. Com a finalidade de compreender essa reforma de ensino é preciso situar que durante a Idade Média Alta a Igreja Católica tinha o monopólio da cultura e da educação e, portanto, o acesso ao conhecimento estava restrito aos sacerdotes e à aristocracia, em face disso a escola que substituiu a escola clássica Greco-romana era de influência estritamente religiosa, vinculadas à Igreja, que determinava os objetivos da educação e o conteúdo a ser estudado, sendo os clérigos os próprios Professores.

Caso exemplar é o da educação que se desenvolve em estreita simbiose com a Igreja, com a fé cristã e com as instituições eclesiais que – enquanto acolhem os *oratores* (os especialistas da palavra, os sábios, os cultos, distintos dos *bellatores* e dos *laboratores* – são as únicas delegadas (com as corporações do plano profissional) a educar, a formar e a conformar. Da Igreja partem os modelos educativos e as práticas de formação e organizam-se as instituições *ad hoc* e programam-se as

intervenções, como também dela se discutem tanto as práticas como o modelo. Práticas e modelos para o povo, práticas e modelos para as classes altas, uma vez que é típico também da Idade Média o dualismo social das teorias e das práxis educativas, como tinha sido no mundo antigo. (CAMBI, 1999, p.146).

No período da Alta Idade Média que estendeu desde a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, até a tomada de Constantinopla no início do século XI, marcado pelo despovoamento das cidades e do início do feudalismo<sup>8</sup>, a cultura estava em declínio, o conhecimento era controlado por alguns poucos membros da sociedade, quadros da Igreja, havendo empobrecimento da cultura também entre os membros do clero (padres, monges, bispos).

A Igreja paulatinamente vai tomando uma posição contrária à socialização da cultura clássica, embora monges e religiosos soubessem ler e escrever e tivessem acesso ao conhecimento formal, os reis e nobres eram analfabetos absolutos, razão pela qual o poder papal exerceu tanto poder. A cultura clássica estava suplantada e a cultura escolar agora controlada pela Igreja, ficou apenas no campo religioso, caindo em desuso o acesso às escolas de arte liberais.

Os homens não eram mais instruídos na Filosofia e o estudo das ciências naturais foi lentamente subtraído, restringindo-se no máximo a técnicas e habilidades agrícolas. Já os filhos dos camponeses, sem as condições necessárias e acrescentando-se que durante medievo a estrutura da organização socioeconômica era feudal<sup>9</sup> e, portanto, a organização do campesinato medieval não permitia aos filhos dos servos nenhum acesso à educação escolar, estavam presos à terra e relegados ao analfabetismo por toda vida.

Cada servo era educado a respeitar as normas dos senhores feudais, e junto com sua família, plantava em um pedaço de terra e entendia a sua condição e a desigualdade social entre eles e os senhores feudais de forma naturalizada, como *vontade de Deus* que os fez nascer como servos e que no mundo seria sempre assim: uns senhores, outros servos. A sociedade feudal julgava desnecessária a instrução aos camponeses, para estes, nem sequer as primeiras letras bastando-lhe formá-los nos aspectos servis e religiosos. A religião católica os ajudaria a acreditar que o importante era a vida após a morte. Assim, por forte influência dos conceitos

---

<sup>8</sup> O feudalismo origina-se na crise do império romano e sua organização assentava-se sobre uma estrutura econômica, política e social que caracterizavam uma sociedade estamental em Europa Centro-Occidental durante a Idade Média.

<sup>9</sup> O sistema feudal se caracterizava pelo feudo. Feudo era uma unidade de trabalhava onde os servos produziam para o senhor feudal, num sistema rudimentar de indústria artesanal e estando obrigados a pagar impostos e tributos aos senhores feudais.

religiosas da Igreja (católica), aceitavam com resignação as condições mínimas de subsistência e de servidão que lhes era imposta.

A cultura monástica da Igreja era eficaz nesse propósito, quer na cultura, quer na arte, o que o confirmam as catedrais góticas imponentes que exaltam um suposto poder de Deus e a espiritualidade do clero, os inúmeros afrescos com temas religiosos e livros mais restritos que eram muito ilustrados para o entendimento dos analfabetos.

O que atingia o povo de modo mais direto eram a poesia e a música, com predominância de temas religiosos. As canções populares e a literatura lendária contam as histórias dos santos e ensinam a devoção e o comportamento ideal. Com relação à nobreza, os filhos primogênitos dos nobres herdavam as propriedades e demais bens patrimoniais, ao segundo caberia a formação religiosa ou a formação de cavaleiros, tendo esta o caráter de treino militar preparando nobres que se dedicavam à guerra. As virtudes medievais do cavaleiro eram principalmente a lealdade ao senhorio e a coragem.

Por longo tempo, o cavaleiro recebia seu feudo (terra) em troca do serviço militar prestado a um senhor, lá erguia uma fortaleza, casava-se geralmente com a filha de um nobre, paulatinamente instituiu-se a exigência de que o cavaleiro defendesse também o feudo de seu senhor além de defender o seu próprio, de que professasse a fé católica e honrasse as mulheres, protegesse as crianças, os órfãos e os idosos.

A educação do jovem nobre consistia em servir como pajem na casa de um senhor, onde aprendia equitação e o manejo das armas. Após sete anos, aos quatorze anos, tornava-se escudeiro de um cavaleiro, ficando a seu serviço até os vinte anos, cuidando de seu cavalo e limpando e polindo suas armas, ao mesmo tempo que aprendia com ele as artes do combate. Seu treino consistia ainda em corridas, em lutas livres e praticava esgrima preparando-se para torneios e combates, aprendia a correr a Quintana<sup>10</sup>. Depois do tempo de aprendizado, se o jovem fosse considerado preparado e digno, estava pronto para ser armado cavaleiro.

No medievo, a disseminação da cultura era mediada por instituições cristãs, desse modo a Igreja servia como caminho para o saber, por meio de diferentes escolas: monásticas, paroquiais, catedrais e palatinas: “(...) A educação no mundo medieval era restrita a poucos privilegiados, basicamente a setores da nobreza e do clero. Mesmo entre esses, a escrita e a leitura não eram dominadas por todos.” (DIEL, 2017, s/p).

---

<sup>10</sup> Galope a grande velocidade em direção a um boneco de madeira com o objetivo de cravar-lhe a lança entre os olhos. Se o alvo não era acertado com a lança, fazia o boneco girar sobre o pino de ferro em que se assentava e ao girar, o braço do boneco batia nas costas do cavaleiro.

As escolas monásticas basicamente formavam monges, situavam-se no campo, distantes das novas cidades emergentes na Europa, funcionavam em regime de internato, valorizavam o trabalho manual de maneira que garantissem a própria subsistência, e se dedicavam ao estudo e ao ensino e valorizavam a disciplina. Os monges foram os responsáveis pela preservação dos manuscritos antigos, em suas bibliotecas monges copistas incumbidos da reprodução manuscrita das obras literárias gregas e romanas, sendo, em grande parte, responsáveis por sua preservação e apesar de transcrever os livros, via de regra, os monges eram analfabetos ou semiletrados.

Nos mosteiros, o essencial era, naturalmente, a vida religiosa, e só subsidiariamente a cultural e educacional. Por isso, seu aspecto intelectual era muito reduzido; mas em compensação, era mui elevado o aspecto moral e espiritual. A finalidade educacional mais importante era a formação de monges, que começava muito cedo, aos 6 ou 7 anos, como *pueri oblati*, e ia até os 14 ou 15 anos. Iniciavam-nos na leitura e na escrita, nos trabalhos agrícolas, e artísticos, na cópia de manuscritos e no conhecimento das Sagradas Escrituras. Posteriormente introduziu-se também o estudo de alguns escritos clássicos. Além desse ensino interno, muitos mosteiros tinham também escolas externas, para a educação dos alunos pobres que se não dedicavam ao monacato (LUZURIAGA, 1984, p.80).

Nos inquieta pensar as reais possibilidades “dos alunos pobres que se não dedicavam ao monacato” em estudar, visto quem mesmo no século XVI havia dificuldades para que os pais mandassem seus filhos à escola, geralmente, uma vez que a infância não era uma categoria socialmente reconhecida.

Tem-se a impressão, portanto, de que, a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a ‘juventude’ é idade privilegiada do século XVII, a ‘infância’, do século XIX, e a ‘adolescência’, do século XX. (ARIÈS, 1978, p. 48).

Ariès ainda destaca ainda que o conceito de infância não era popularizado, tendo dele ciência somente os eruditos e de que há probabilidade de que a importância pessoal da noção de idade tenha se afirmado à medida que os reformadores religiosos e civis a impuseram nos documentos, começando pelas camadas mais instruídas da sociedade, por volta do século XVI, época em que as histórias das famílias eram registradas a partir de uma determinada cronologia. E que quando as crianças iam tornando-se mais independentes, participavam dos trabalhos da família, fosse camponês ou doméstico, não havendo muito tempo livre. Isto posto, retornemos a presente digressão aos modelos de escolas existentes no medievo.

As Escolas Paroquiais eram voltadas para a formação de eclesiásticos seculares, ou seja, aqueles que mantinham contato com a comunidade externa e também de leigos instruídos

que eram preparados para defender a doutrina da Igreja na vida civil. Sua instrução era elementar e estavam sob a responsabilidade de párocos e sacristãos. Estavam ligadas a uma paróquia que ficava em centros mais importantes e tinham a supervisão de um bispo. O professor seria o padre responsável pela paróquia e o espaço escolar era a casa paroquial.

Como as escolas servem para formar aqueles a quem de futuro incumbirão os assuntos temporais e espirituais do Estado e da Igreja, ordenamos que em todas as vilas e aldeias de nossa diocese sejam restauradas as escolas paroquiais onde hajam decaído e sejam objeto de continuado cuidado onde ainda se mantenham. Finalmente, devem cuidar os párocos, magistrados e membros distintos da comunidade de que seja dada a necessária manutenção aos mestres, como ocorre com os sacristãos nas aldeias (LUZURIAGA, 1989, p.80).

Embora o conceito de *aparelhamento ideológico* não existisse antes do século XX, vemos com certo cuidado a possibilidade de compreender a escola como aparelho ideológico da Igreja. A responsabilidade de manutenção e de financiamento da escola cabia à sociedade local. As Escolas palatinas eram apenas aos castelos e aos palácios reais nos quais as atividades educativas dependiam de iniciativas privadas da nobreza ou de alguma família abastada. É verdade que essas escolas não foram tão significativas como as escolas monásticas, entretanto, todas foram importantes no processo de formação medieval.

As escolas palatinas estavam associadas ao renascimento da cultura clássica que teve início com o rei Carlos Magno ficando historicamente conhecido como renascimento Carolíngio. O rei instituiu escolas feudais no próprio palácio e estas escolas destinavam-se à própria corte, mais especificamente aos filhos dos nobres.

Carlos Magno (742 – 814), o grande imperador franco após unificar sob seu mando quase toda a Europa, observou as deficiências da cultura eclesiástica e secular e tratou de saná-las. Para isso principiou por organizar em seu palácio, seguindo a tradição merovíngia, uma escola que frequentaram ele próprio, sua família e alguns nobres selecionados para o serviço da Igreja e do Estado (LUZURIAGA, 1984, p.81).

Por decreto o rei deliberou a obrigatoriedade que todos os burocratas da corte não apenas enviassem seus filhos à escola do palácio, mas frequentassem-na eles próprios. E frequentaram a esta escola não apenas os príncipes e os jovens da nobreza, mas o próprio imperador. A escola Palatina serviu como referência para outras escolas que surgiram posteriormente.

A frente dela pôs a eminente figura de Alcuíno, educado no mosteiro inglês de York. Ensinavam-se matérias de toda a classe, desde as mais elementares para os filhos do rei e imperador, até as humanistas em latim e grego para este e para os nobres aspirantes a funcionários.

Ensinava-se também poesia, aritmética, astronomia, teologia. No ensino tomava parte ativa CARLOS MAGNO, por meio de discussões e diálogos (LUZURIAGA, 1984, p.81).

Determinando o incremento no número de escolas nos mosteiros, conventos e abadias, Carlos Magno instituindo uma quase obrigatoriedade de que a Igreja fornecesse instrução aos seus leigos. Estas escolas deveriam ser presididas por um eclesiástico *Scholastic's*, daí o nome de *Escolástica* disposta à concepção e à prática de ensino veiculada nesses espaços, as escolas das catedrais constituídas e supervisionadas pelos bispos. Foram estabelecidas nas principais cidades europeias no século XI por determinação do Concílio de Roma (1079). Eram escolas urbanas e seu conteúdo de ensino destinava-se a formação do futuro clero e, rompendo-se o monopólio do clero, abria-se também para administradores letrados para as cortes.

As escolas catedrais se destinavam principalmente a formação de clérigos. O ensino se compunha do *trivium e do quadrivium*, isto é, de matérias realistas e humanistas, e dos evangelhos ou teologia. Como as escolas monacais, tinham também uma *escola externa*, frequentada por alunos das classes sociais ou profissionais (LUZURIAGA, 1989, p.80).

Entre os séculos XII A XV paulatinamente foi se formando um grupo social urbano, mercantil e manufatureiro, a burguesia emergente, que assumiu a dianteira na finança e foi acumulando fortuna, poder político e prestígio cultural. Iniciava-se uma nova fase, econômica, política e cultural e, em consequência da reputação dessa classe em ascensão, e com o seu apoio, as paredes intransponíveis da escola começam a ruir para uma determinada parcela da sociedade, embora a escola humanista ainda estivesse elitizada. Inicia-se também um processo de retomar os ideais liberais Gregos, se redescobre os autores clássicos como Aristóteles e, em menor escala, Platão, assim como as culturas judaica, árabe e persa.

Nos séculos XIV e XV (Idade Média baixa), com o a burguesia em incontestado progresso, as escolas e universidades passaram a ter muitos estudantes oriundos desta nova camada social. Os filhos dos burgueses iam para escolas e universidades<sup>11</sup> que davam formação mais ampla ou de caráter técnico. Os burgueses buscavam formar seus filhos em áreas como

---

<sup>11</sup> As Universidades -: surgiram na Europa no século XII. As primeiras foram fundadas na França, Inglaterra e Itália. Eram comunidades formadas por mestres e estudantes (primeiro *studium generale* e posteriormente *universitas*) voltadas para o ensino, pesquisa, produção de conhecimentos, reflexão e debate. Serviram de modelo para as Universidades que temos até hoje. Em função dos temas polêmicos que levantam e discutiam de forma aberta, sofreram muita intervenção de reis, ordens religiosas e até mesmo do papa. Após uma formação básica (Gramática, Retórica, Aritmética, Geometria, Filosofia, Lógica e Astronomia), os estudantes podiam prosseguir seus estudos em áreas específicas. Os primeiros cursos universitários na Idade Média foram de Medicina, Teologia e Direito.

Medicina, Artes, Direito, Filosofia e Arquitetura. Claro que muitos burgueses também direcionavam os estudos dos filhos para que estes continuassem o negócio da família nas áreas de comércio ou finanças.

Com relação ao dualismo entre Estado e Igreja, o poder centrado nas mãos da Igreja, o Estado é figurativo, ou seja, a unidade política do império romano havia se estabelecido em torno de sua Igreja estatal, cabendo-lhe a organização e o mando econômico, administrativo, cultural e inclusive jurídico. Por essa razão o monopólio da cultura, da educação formal e a organização da escola estavam tutelados pela Igreja e por sua estrutura clerical, assim organizou-se a educação cristã.

É interessante observar que as *Escolas da Igreja*, de natureza católica, nasceram numa escala inversa, primeiro a Universidade, não havia escola ou educação elementar, esta ficou a cargo do subsídio de cada família. Sem os recursos financeiros necessários e presos às obrigações servis, os camponeses e seus filhos não tinham acesso a nenhum tipo de educação escolar, ficando condenados a ser iletrados por toda vida.

A metodologia de ensino empregada no período baseava-se na leitura de textos e na exposição de ideias pelos Professores e o método era ouvir e depois repetir, para em seguida demonstrar o que se aprendera ao mestre. Assim, grande peso se dava à memorização: aprender, geralmente para esquecer. Ainda empregavam-se castigos físicos.

Concluída a breve digressão, via pela qual buscamos contextualizar as escolas medievais existentes para então abordarmos o século XVI, em que lutou Lutero, que é o nosso foco, por tratar-se de um modelo diverso de educação revolucionando e desenvolvendo um modelo de educação e de pedagogia que se tornaria referência inclusive internacional.

Simplesmente que admitam o fato de que existem revoluções e de que pelo menos algumas revoluções transformaram em profundidade a sociedade, embora não necessariamente da forma planejada pelos revolucionários, ou de modo tão total, completo e final quanto pretendia. Mas o conhecimento de que modificações e fundamentais ocorreu na sociedade não depende da crença de que a utopia é realizável (HOBSBAWM, 1995, p.13).

Embora não se possam negar as intenções religiosas do movimento reformista e nem temos essa intenção, é também impossível ocultar que tenha ultrapassado a razão primeira e tenha consolidado o favorecimento ao acesso à leitura e letramento, e dessa forma, atingido dimensões sociopolíticas.

Lutero renova essa assertiva ao tomar sobre si a missão de educar os homens pelo exemplo e propagar a fé pela Palavra evangelizando a todos os homens e mulheres na sua época. Retoma a tarefa cristã ao

definir a responsabilidade dos homens em realizar os desígnios de Deus no mundo. Aponta as dimensões desse projeto de manifestar o Reino de Deus na terra, cuidar da natureza, entender e decifrar a dinâmica do mundo, prover a vida e dela extrair todo o significado da fé são categorias atitudinais que mudam radicalmente as disposições medievais de submissão e passividade, até então definidas como condutas hegemônicas no corolário cristão (NUNES, 2017, p. 14).

Conquanto o cidadão comum tivesse obtido o direito à livre interpretação das Escrituras, agora traduzidas do Latim para o Alemão, ainda era necessário que soubessem ler e desenvolvessem habilidades para interpretar, a essa constatação os reformadores se preocupavam com a educação básica dos indivíduos. Entendiam a oferta de uma formação cultural e escolar de maneira que cidadãos, para Lutero, os cristãos pudessem ser úteis para a ativa participação, organização e administração das cidades.

Martinho Lutero, imbuído de ideais cristãos, foi também um homem capaz de entender as articulações das forças dos príncipes, das necessidades da burguesia produtiva enriquecida de seu tempo, e reage como o líder político e mediador eclesiástico e advoga pela escola básica pública, universal e popular.

Na conjuntura do humanismo, a efervescência da institucionalização de nações-estados somadas às influências da Reforma deflagrou-se a necessidade do homem letrado para as oficinas, para o comércio, para o serviço burocrático, em consequência a sociedade mercadológica embrionária que acabaria por impor uma cidadania circunscrita àqueles que controlam a economia (o dinheiro) a política (o poder) a ética social luterana impõe a urgência de uma proposta renovada e inovadora de educação. Tratava-se de uma educação vanguardista que acompanhasse o momento denso e contraditório da condição humana aquele tempo e provocasse mudanças igualmente radicais na consciência coletiva.

O fim do Século XVI e o início do Século XVII foram marcados por rupturas, transformações e contradições no campo social e político, religioso e cultural. Séculos em que a Modernidade caracterizada pela secularização, individualismo, domínio da natureza e o Estado moderno, pela afirmação da burguesia e do capitalismo, tomam forma. Mudanças no âmbito pedagógico e escolar também ocorrem. Nasce uma sociedade disciplinar que exerce controle sobre o indivíduo e se forma uma escola instrutiva, planejada e controlada, em todas as suas ações, bem como racionalizada em seus processos, assumindo um papel social e profissional pertencente a uma ideologia e burocracia governamental. (SILVA, 2014, p.14).

Nessa época Lutero defendia que ao ensino cristão deveria acompanhar o ensino secular e intelectual, como forma de equilíbrio, não como uma regra de normas, e sequer

qualquer manual de outra concepção metafísica religiosa atingiria esse objetivo, para Lutero a inspiração bíblica seria para que as potencialidades, físicas, intelectuais, emocionais e espirituais, fossem desenvolvidas sobre a égide do amor e entendia, portanto, que as pessoas e as instituições em diferentes âmbitos sociais, deveriam passar por uma revolução e isso ele o fez escrevendo, preleccionando, e organizando um sistema de ensino, condição *sine qua non* da educação. Saviani, tratando da educação de modo geral, traduz a perspectiva Luterana circunscrita àquele tempo histórico:

[...] revolucionária no sentido de transformadora social, política e econômica: Com efeito, preocupar-se com a educação significa preocupar-se com a elevação do nível cultural das massas; significa, em consequência, admitir que a defesa de privilégios (essência mesma da postura elitista) é uma atitude insustentável. Isto porque a educação é uma atividade que supõe a heterogeneidade e (diferença) no ponto de partida e a homogeneidade (igualdade) no ponto de chegada. Diante disso, a forma pela qual a classe dominante, através de suas elites, impede a elevação do nível de consciência das massas é manifestando uma despreocupação, um descaso e até mesmo um desprezo pela educação (SAVIANI, 1996, p. 6).

Para Lutero a garantia desta educação está na experiência de uma educação na ética cristã e, essa perspectiva ética não poderia ser outra educação senão de uma escola pública e comunitária. Lutero não espiritualiza a realidade ele preocupou-se com as carências da vida humana e no contexto do debate sobre as boas obras, onde confronta a sociedade manifesta sua luta pedagógica cristã no sentido de ensinar aos cristãos melhores condições de vida como direito. Esta foi uma marcante mudança no passado e necessária no presente.

Este monge confrontou a ética, a política e a sociedade fundamentada na religião cristã católica e seus ensinamentos cristalizados; reestabeleceu a vertente racional, a livre interpretação, a liberdade de expressões e pensamento, atrelados a fins legítimos, como promover o ser humano capaz de encontrar s si mesmo e definir-se livre, ser crítico, e manter a paz.

O homem sujeito de si firmado pela cultura humanista, capaz de combater abusos, político-religiosos, indiferenças, desesperança e ignorância, se daria por meio do ensino e Lutero então reivindicou das autoridades a *escola possível*, e à população a frequência à escola, sem a qual não haveria desenvolvimento e humanização.

Pode-se dizer que, com o protestantismo, afirma-se em *pedagogia o princípio do direito-dever de todo cidadão* em relação ao estudo, pelo menos no seu grau elementar, e o princípio da obrigação e da gratuidade da instrução, lançando-se as bases para a afirmação de um conceito autônomo e responsável de formação, não estando mais o indivíduo

condicionado por uma relação mediata de qualquer autoridade com a verdade e com Deus (CAMBI, 1999, p. 248).

Iniciou-se um novo modelo de educação na perspectiva da ética social luterana que não se inscreve no ascetismo religioso. Surge a resistência ao poderio vigente, a formação da classe burguesa, e as novas categorias éticas; intensificou-se a luta junto às autoridades civis para que se encarregassem das políticas, da organização e do custeio da educação, enfim da sua manutenção. Escolas seriam destinadas para todos independente das classes sociais.

Lutero via claramente a importância fundamental da educação universal para a Reforma e a preconizou insistentemente em suas pregações. O ensino deveria chegar a todo o povo, nobre e plebeu, rico e pobre; deveria beneficiar meninos e meninas – avanço notável; finalmente, o Estado deveria decretar leis para frequência obrigatória. (MONROE, 1984, p. 179).

Ao tentar convencer as autoridades municipais da Alemanha, ele ressalta a relação entre o pleno exercício da cidadania percebendo-a como condição para a própria sobrevivência da cidade e do Estado, Lutero combateu em várias frentes foi um articulador e articulista político visionário, tanto quanto um religioso.

Lutero seria, ao mesmo tempo, na linguagem da ciência política, um democrata moderno no governo municipal e um déspota esclarecido no governo estadual e nacional. Sua eclesiologia e sua política democráticas limitam-se ao município (PAULY, 2002, p. 149).

Incumbiu às autoridades a dispensarem toda a sua atenção e empenho à educação e que não se isentasse de seu papel para com sua magnitude na mesma medida que a compeliavam a outros serviços que visavam a prosperidade da nação. A posição de Lutero era de que o Estado deve ser obrigado a prover educação para todos.

[...] Era opinião de Lutero, ainda, que o Estado tinha o dever de obrigar os seus súditos a enviar seus filhos à escola, da mesma forma que compelia todos eles a prestar serviço militar para sua defesa e prosperidade. Consequentemente, a educação deveria ser mantida e dirigida pelo Estado. (MONROE, 1984, p. 179).

Os governantes da época são despertados para a premência da instrução para o povo naquela conjuntura, e de que a instrução coletiva supriria as demandas decorrentes da sociedade moderna, com impactos e transformações nas diversas áreas. Asseverados por Lutero a averiguarem a situação da sociedade secular com relação ao êxodo escolar:

Em primeiro lugar, constatamos hoje em todas as partes da Alemanha que as escolas estão abandonadas. As universidades *são pouco frequentadas* e os conventos estão em decadência. [...] sim, porque o

povo carnal se dá conta de que não pode mais colocar os filhos, as filhas e os parentes em conventos e instituições. Já não pode mais expulsá-los de casa e deixar que vivam às custas de estranhos. Por isso *ninguém mais quer proporcionar ensino e estudo aos filhos*. Dizem: Pois é, o que vão estudar se não podem tornar-se padres, monges e freira? Tem que aprender alguma profissão com que possam sustentar-se (LUTERO, 2000a, p. 8-9) (Grifo nosso).

Lutero interviu no cenário acima descrito também pela reorganização dos colégios secundários, a universidade ele já havia revolucionado enquanto docente, sua grande investidura foi pela coletivização da universidade com acesso dos jovens da população. Sua concepção humanista visava à formação integral, ou seja, o aspecto físico, intelectual, moral e espiritual, assim como o comprometimento com a escolaridade, com a profissionalização e com outros elementos político-sociais como a administração pública. De acordo com Luzuriaga (1959), Lutero propôs inclusive que se transformassem mosteiros em escolas, argumentando também sobre instituições públicas (comunitárias) de ensino, tornando a escola estatal o legítimo lema da Reforma,

No entanto, se alguém der um ducado [moeda de ouro] para a guerra contra os turcos (mesmo que não atacassem), seria justo que doasse cem ducados para educação. Mas com estes ducados se poderia educar apenas um jovem, para tornar-se um adulto verdadeiramente cristão. Um verdadeiro cristão é melhor e mais útil que todos os seres humanos na terra (LUTERO, 2000a, p. 11).

Parece-nos que o reformador ao tratar da formação de um “verdadeiro cristão” estaria de fato utilizando-se como base a Filosofia patrística e escolástica de seu tempo que encetava para a busca do homem perfeito (teologicamente aperfeiçoado), de acordo com corolário filosófico à época. Poderíamos atualizá-lo como “verdadeiro cidadão”.

Dessa proposição resultam as orientações para a organização de escolas públicas, legitimando princípios para uma educação escolar renovada e para todos, a despeito de estratificação social e de gênero. Por esse ângulo historiadores educacionais referenciais, a exemplo do que afirma o historiador Luzuriaga (1959, p. 6): “O primeiro a chamar a atenção, de modo insistente, para a necessidade de criar escolas por meio das autoridades públicas”. Gadotti, na mesma vertente, afirma:

A principal consequência da Reforma foi a transferência da escola para o controle do Estado, nos países protestantes. Mas não consistia ainda em uma escola pública, leiga, obrigatória, universal e gratuita, como a entendemos hoje. Era uma escola pública religiosa. A religião, o canto e a língua pátria eram sua base. Numa carta que Lutero escreveu em 1527 aos “regedores de todas as cidades da nação alemã”, para que estabelecessem e mantivessem escolas cristãs, afirmava que “a

educação pública destinava-se em primeiro lugar às classes superiores burguesas e secundariamente às classes populares, às quais deveriam ser ensinados apenas os elementos imprescindíveis, entre os quais a doutrina cristã reformada” (GADOTTI, 2002, p. 64).

Conclamava de maneira persistente aos pais, aos senhores, aos homens livres, aos comerciantes, aos camponeses e mineiros que encaminhassem seus filhos à instrução escolar. Nesse ponto de vista, Nunes (2017) relata que ao rever a ação eclesial, teológica e pedagógica de Martinho Lutero, procurou retirar de suas intervenções lições, significados e sentidos teológicos, sejam conseqüentemente educacionais e pedagógicas.

No que concerne à esfera educacional e pedagógica, Lutero pediu às autoridades da época a criação de uma escola de *caráter obrigatório*, para os filhos dos senhores a fim de que se tornarem proprietários, conselheiros ou príncipes, os filhos e filhas de camponeses e inclusive homens e mulheres, para que fossem capazes, quer no exercício de suas funções sociais e de trabalho, quer como reverendos, quer como povo, todos fossem pacificadores e altruístas. Lutero incentiva aos pais a enviarem e fazerem os seus filhos permanecerem na escola referenciando que assim essas crianças e jovens poderiam no futuro ter boas profissões, bons empregos e melhores proventos, e com uma formação de qualidade haveria mais doutores e professores o que trariam acréscimos à sociedade, e para isso haveria que se guardar determinados atributos:

A educação e a escola nascem das condições sociais e políticas de uma determinada formação social. Assim, nessa configuração do novo mundo, e para atuar na nova ordem do capital, nas relações de trabalho e de produção que ali se configuravam, a escola assumia uma identidade central, como protagonista de uma nova ordenação da vida e do mundo do trabalho ou do agir em sociedade, a política. Na emergente ordem burguesa é necessário supor que para produzir e para atuar plenamente na nova sociedade que se organizava, cada homem e cada pessoa deveriam manejar os instrumentos necessários para atuar nela, ou seja, para poder emancipar-se como um cidadão pleno na sociedade moderna. Para essa nova identidade da cidadania moderna, exigia-se as competências da leitura e da escrita, do equilíbrio ético e da fineza moral, da conduta laboriosa e consciente, características fundamentais para a cidadania e para o trabalho socialmente relevante (NUNES, 2017, p.39).

Destarte, ainda que um de seus pés tenha permanecido na Idade Média promulgando uma dualidade no ensino, a praxe de acordo com a estratificação social, já determinada, Lutero aventou, pela primeira vez na História da Educação universal, uma

educação popular, acessível a todos, e como já mencionado anteriormente, atribuindo-lhe o caráter obrigatório, constringendo famílias e governos à responsabilidade do cumprimento. Concebia o financiamento, organização e superintendência das escolas como responsabilidade pública.

Testemunho da força também educativa da Reforma no plano político é o fato de que a própria autoridade imperial teve de assumir esta nova concepção de uma escola pública para a formação dos cidadãos ou, pelo menos, dos governantes. [...] é, porém, de grande importância histórica a tomada de consciência do valor laico, estatal da instrução, concebida não mais como algo reservado aos clérigos, mas como fundamento do próprio Estado. E é preciso acrescentar, do Estado Moderno, embora ainda conserve o nome de sacro império Romano: muitos fermentos modernos se agitam efetivamente em seu interior (MANACORDA, 1989, p.199).

Naquela ocasião não se conjecturava um poder nacional oriundo da vontade popular mediante sufrágio universal, portanto, Lutero defendeu acirradamente uma proposta de reforma social possível, dentro dos ditames do humanismo cristão e, que atendesse às necessidades fundamentais, como comida, trabalho e educação.

Lutero defendia também que a educação deveria ser de fato uma questão pública, social e familiar, e que sua gestão e na sua manutenção e planejamento deveria agregar todos os cidadãos: “Para Lutero, a democracia começa e termina no município (o burgo), base geográfica da comunidade religiosa.” (PAULY, 2002, p. 149), tratava-se, portanto, de uma gestão democrática. Suas persistentes preleções abrangiam uma gestão econômica e política da escola estatal que fosse isonômica com relação a demais instâncias:

[...] defende a educação básica pública, municipal, financiada com o mesmo valor destinado aos militares e à infraestrutura comercial! Ou seja, ele imaginava que generais e comerciantes eram tão necessários quanto professores. A cidadezinha de Leising tornou-se a primeira comunidade luterana organizada. Seu estatuto foi preservado. Ele dedica um capítulo inteiro à sua escola pública não-estatal! Isto em 1523! (PAULY, 2002, p. 155).

Tratava-se, portanto, de *empoderar* uma educação de base cuja responsabilidade seria de todos os membros da comunidade escolar e da sociedade organizada; todos seriam responsáveis neste processo participativo. E ainda, toda a gestão democrática, há que ser participativa a partir de vivência e compromissos comunitários na defesa e no cuidado dos pobres e crianças, incluindo-os no processo de ensino, não eximindo a incumbência da Igreja do mesmo empenho.

A escola da Igreja de Leising atendia 45 alunos em 1529, numa população de 3 mil habitantes. A escola contava com um professor para

os meninos e uma 'senhora honesta, já de certa idade e irrepreensível', para as meninas menores de 12 anos. Eram eleitos e avaliados pela assembleia paroquial anual, que também definia seus salários (PAULY, 2002, p. 155).

Portanto, a salvaguarda Luterana era de um ensino público e acessível, quer à nobiliarquia ou à plebe, ao povo comum, afortunado, próspero ou infortunados, empobrecidos e miseráveis. Outro detalhe relevante que merece destaque é que em sua concepção político-pedagógica Lutero imprime à educação a *igualdade de gênero*, por assim dizer, imprimindo à educação a inclusão de meninas.

Ele não se preocupou apenas com a educação dos meninos, mas igualmente com a educação das meninas, visto que elas são participantes do “sacerdócio universal<sup>12</sup>”, além do que, uma das grandes preocupações de Lutero com as mulheres, devia-se ao fato de que eram espancadas, tinham morte precoce no parto e ainda elas “eram violentadas, em especial, as pobres que se tornavam prostitutas”. (JARDILINO, 2009, p. 55).

Advogava que a educação de homens e de mulheres deveria ser pautada no mesmo currículo, que deveriam ter professores capacitados e que aprendessem línguas e outras disciplinas.

Ressaltando que às mulheres cabia o dever de executar as atividades domésticas, necessitavam de tempo livre para estarem na escola, ainda que a carga horária da jornada escolar da mulher fosse reduzida. Portanto, o avanço consiste no fato de Lutero legitimar a criação de escola para mulheres em todos os municípios, em cada cidade da Alemanha.

Também uma menina pode dispender diariamente uma hora para ir à escola e, ao mesmo tempo, cumprir perfeitamente suas tarefas domésticas. Porque seguramente gastam muito tempo, com dormir, dançar e jogar (LUTERO...). Se não existissem nem a alma nem o Paraíso, nem o Inferno, e ainda se não se devesse levar em consideração apenas as questões temporais, haveria igualmente necessidade de boas escolas masculinas e femininas, e isso para poder dispor de homens capazes de governar e mulheres em condições de conduzir bem suas casas” (LUTERO *apud* CAMBI, 1999, p. 249).

Observa-se determinado conservadorismo na reprodução dos papéis sociais de gênero presente na afirmação de Lutero, embora devamos levar em conta o período histórico em que a questão da mulher não fosse acuradamente questionada naquele contexto.

---

<sup>12</sup> Doutrina protestante na qual os cristãos, cada um na sua vez, exerciam papel de sacerdotes sem a necessidade de um mediador, (Nunes, 2017).

Destacadamente Lutero prenunciou a questão da mulher atribuindo a necessária atenção às suas condições materiais e sociais.

Em *A nobreza cristã da nação alemã*, de 1520, Lutero sustentou sua real preocupação com a *marginalidade* das mulheres, pois, empobrecidas, tendo sido violentadas e sem outra perspectiva convertiam-se à prostituição; Lutero então encoraja a cessação do prostíbulo e estimula o casamento, versa sobre assuntos maritais, noivado, sexo, adultério e divórcio.

Quanto à profissionalização da mulher, era bastante restrita limitando-se ao ofício de mestre de ensino, atualmente, professora, o que não deixa de configurar avanço para a época, a despeito de não ter se tratado propriamente de igualdade de gêneros, mas de propor uma igualdade no campo teológico: “promoveram a difusão da instrução a fim de que cada um pudesse ler e interpretar pessoalmente a Bíblia, sem a mediação do clero” (MANACORDA, 1989, p. 194).

Até aqui, tratamos no tocante ao período do século XVI em duas etapas da educação: a humanista e a proposta pela Reforma protestante e nos ativemos à segunda. Porém, de forma geral e na prática a educação renascentista não chegou à população.

[...] a educação renascentista “preparou a formação do homem burguês. Daí essa educação não chegar às massas populares. Caracterizava-se pelo elitismo, pelo aristocratismo e pelo individualismo liberal. Atingia principalmente o clero, a nobreza e a burguesia nascente” (GADOTTI, 2002, p.62).

O privilégio parece ser comum na educação, desde as diferentes civilizações antigas à nobreza a formação intelectual à plebe não se destina nenhum acesso a qualquer tipo de educação. Em contrapartida, Manacorda acentua que foi exatamente a educação da Época Reformista, aquela que popularizou o viés da educação renascentista antecipando mudanças no que tange ao acesso ao conhecimento laico “com a expansão do humanismo, com a Reforma que em parte o assume e democratiza a educação” (MANACORDA, 1989, p. 203).

De fato, para Martinho Lutero, a garantia das necessidades da vida humana passa por uma educação estatal, popular e em sua perspectiva de ética cristã que tem seu lugar particular na educação; o sistema escolar foi, portanto, construído além de público, comunitário, sem disciplina coerciva, social ou religiosa à população.

Isso indica para uma educação com características democráticas e participativas, sentido afirma Pauly (2002, p. 149): “Lutero é um dos primeiros líderes religiosos a fundamentar uma ética democrática, embora não concebesse a democracia como sistema

político”. Seu interesse incontestável pelos problemas da educação e da escola o levou a redigir discursos argumentativos direcionados aos então políticos alemães.

Os principais textos de Lutero relativos à educação do Estado, como *À Nobreza Cristã da Nação Alemã, relativos à melhoria do estamento cristão* (1520) e *Carta aos conselheiros comunais de todas as cidades da Alemanha* (1524), indicam como deveria ser organizado um sistema de ensino e os princípios orientadores da educação. O *Sermão sobre a necessidade de mandar os filhos à escola* (1530) esclarece a importância da família como instituição educativa, pois para o reformador a responsabilidade de uma das partes não desobriga a outra de cumprir com seu papel na formação educacional do indivíduo, pelo contrário, a educação dada pela família e pela escola deve caminhar simultaneamente.

E ainda o *Grande e Pequeno Catecismo* (1529), com nítido caráter didático o material foi produzido como material de apoio, o *Pequeno Catecismo* direcionado à população e o *Grande Catecismo* voltado à formação clerical protestante, e isso tendo já traduzido a Bíblia para a língua do povo, o alemão comum. Em conformidade com a época, o pensamento da família era enviar os filhos para a formação clerical, o que lhes daria seguridade, porém para Lutero e os reformadores, a consideração era educação popular estatal como condição para o aparelhamento que precisava ocorrer na estrutura material da sociedade. Ao dispor sobre a instrução universal, Lutero não está falando a partir da concepção religiosa apenas, mas com a materialidade humana e social.

Dessa forma, Lutero pediu às autoridades da época a criação de uma escola que incluísse os filhos e filhas de camponeses e pediu em sua *Carta aos conselheiros comunais de todas as cidades da Alemanha*, de 1524 e que os pais enviassem seus filhos à escola para serem instruídos, pois a cidade precisava de pessoas cultas; os mais simples seriam pregadores dos textos sagrados e os filhos dos patrões seriam príncipes, senhores ou conselheiros. Também pediu para que os pais contribuíssem com doações para o sustento financeiro. E advertia aos pais empobrecidos de que sua preocupação havia de ir além da saúde e alimentação de sua prole, deveria incluir a educação das crianças e jovens melhor instruídos porquanto servirão melhor a Deus, e, portanto, ao não priorizar a educação os pais pecariam pela negligência de não enviarem seus filhos à escola,

De que nos valeria se, no mais, tivéssemos e fizéssemos tudo e fôssemos todos santos, mas deixássemos de fazer tudo aquilo que é a razão principal de nossa existência: a educação da juventude? Em minha opinião, nenhum pecado exterior pesa tanto sobre o mundo perante Deus e nenhum merece maior castigo do que justamente o pecado que cometemos contra as crianças, quando não as educamos (LUTERO *apud* JARDILINO, 2009, p. 85).

Os meninos capazes deveriam ser encaminhados ao estudo, especialmente os filhos das famílias empobrecidas, e certamente os demais meninos, mesmo que não fossem tão inclinados ao estudo deveriam aprender o latim, a aptidão da leitura e a habilidade de escrita “pois não precisamos somente de eruditos doutores e mestres na Escritura; também precisamos de pastores comuns, que preguem o Evangelho e o catecismo ao povo jovem e rústico, que batizem e administrem o sacramento”. (LUTERO, 1995, p. 342)

O movimento luterano é eminentemente cultural e tem um importante legado educacional e pedagógico, ao fundamentar-se na relação entre o homem e as Escrituras, defende o “livre-exame”, acessível a todo cidadão e a leitura precisava ser socializada para o povo; e nesse aspecto a educação de Lutero seria difusa, para toda a comunidade e não apenas por meio das instituições públicas mantidas pelo Estado e não exclusivo direito de uma determinada categoria social. Assim como deveria formar de maneira que todos pudessem participar da administração e governo:

[...] Deus não quer que reis, príncipes, senhores e nobreza por nascimento governem e sejam donos sozinhos. Quer que também seus mendigos participem. Do contrário, irão pensar que somente o nascimento nobre faz senhores e governantes, e não Deus somente. (LUTERO, 1995, p.257)

Ora aquele que fosse capaz de administrar seu tempo e de governar sua vida escolar igualmente o faria em sociedade sendo que o professor seria referência ao processo, o sujeito social, responsável pela formação do jovem com discernimento nas decisões, com circunspeção em sua autoformação, (indivíduos educam a si mesmos), prudência em suas alianças (sentido de desafio), ponderação para as escolhas, enfim, todos os princípios que constam na Bíblia e que devem ser desenvolvido pelo cristão: Amorosidade (amor de Deus em ação), alegria, (satisfação), paz, longanimidade (paciência, tolerância), benignidade (gentileza, consideração), bondade (desejo de ajudar), fé (fidelidade), mansidão (brandura), temperança (domínio próprio), conforme Gálatas 5:22.

Ora, homens desse tipo devem ser educados assim desde criança, como também mulheres desse tipo se educam assim desde pequenas. Portanto, é necessário que meninos e meninas sejam bem-educados e instruídos desde a infância (LUTERO *apud* MANACORDA, 1989, p.197).

E em sua postulação educativa, com relação aos professores, Lutero antepõe a exigência de pessoas habilitadas para o ensino, que fossem estudiosas e, se possível dedicadas

exclusivamente ao estudo, visto a necessidade existente, uma vez que faria parte da docência a tarefa de participar na transição do pensamento medieval ao pensamento moderno, bem formando os estudantes. Sobre a formação e ao ensino, ao valorizar o ofício como o “mais importante e o melhor” vemos que a obra educativa de Lutero é um elogio ao professor, pois cumpre o papel de “ensinar e dignificar o homem” ensinando adequadamente as crianças e a juventude, salientando a relevância do professor, afirma Lutero.

[...] se pudesse ou tivesse que abandonar o ministério da pregação e outras incumbências, nada mais eu desejaria tanto quanto ser professor ou educador de meninos. Pois sei que ao lado do ministério da pregação, *esse ministério é o mais útil, o mais importante e o melhor*. Inclusive tenho dúvida sobre qual deles é o melhor (LUTERO, 1995, p. 359) (Grifo da autora).

Destarte sustentou a vantagem de um estudo mais prolongado e intensivo para as pessoas que desejassem qualificar-se para os cargos de professor, chegando mesmo a defender que se dediquem exclusivamente aos estudos, pois que, sendo um ofício oneroso, que os professores fossem devidamente qualificados, pessoas especializadas. O ensino apropriado das crianças e da juventude, Lutero advoga um estudo mais prolongado e intensivo para as pessoas que se qualificam para os cargos de professor, de pregador e outras funções, chegando mesmo a defender que se dediquem exclusivamente aos estudos. Na conjuntura em foco, começa a haver novas exigências para educação como, por exemplo, o aparelhamento de professores de maneira que possam equipar os jovens para o exercício de seus ofícios:

[...] existe a necessidade de formar professores afinados com essa nova perspectiva de formação. A “divisão de classes”, mencionada por Lutero, nessa nova sociedade, deve continuar, mas agora com maiores possibilidades de ascensão, desde que o estudo seja prioridade. Os mestres-escolas não deverão mais se conformar em ensinar aos filhos dos pobres a leitura, a escrita e o cálculo, pois isso só já não basta. (JARDILINO, 2009, p. 68).

Nesse aspecto, para o professor de antemão, a erudição e ilustração, não seriam suficientes, deveria também ser versado no estudo de línguas, visto que o novo contexto econômico e social demandava a apreensão das línguas para a prática da comunicação e do comércio entre os povos. Em seus escritos e exposições sobre a educação registra que desenvolvimento social só é possível ao homem cujo conhecimento seja latente para sustentar as propostas de mudanças em processo na Alemanha. E igualmente quanto ao custeio, adverte que mais vantajoso seria fazer doações, e as autoridades a cada ano destinarem recursos a obras e armamento, mas para que se tivessem professores bem preparados.

[...] Caros Senhores, cada ano gasta-se tanto em espingardas, estradas, caminhos, diques e tantas outras coisas desse tipo, para dar a uma cidade paz e conforto; mas por que não se investe muito mais ou pelo menos o mesmo para a juventude pobre e necessitada, de modo que possam surgir entre eles um ou dois homens capazes, que se tornem mestres de escola? (LUTERO *apud* MANACORDA, 1989, p.196).

Sobre o ofício de ensinar, vemos que a laboração de Lutero é um verdadeiro elogio ao professor e à sua ação educativa, desta maneira, a família deve confiar seus filhos a pessoas habilitadas para o magistério. A vista disto argumenta, ainda que os pais sejam competentes para o ensino e possam fazê-lo, precisariam despende tempo e ambiência à vista dos serviços domésticos sob sua responsabilidade. Também, havia que se manter educadores comunitários para as crianças, à juventude e atribuiu aos conselhos e autoridades o cuidado e empenho em prover as condições e assegurar a publicidade do ensino comunitário.

Para ele a escola básica que fosse universal sem ser desigual seria o alicerce das novas mudanças, dispensava importância basilar ao ensino das Escrituras, das línguas e da cultura de forma geral. À escola cabia a incumbência de cumprir com esses preceitos, pois somente assim se chegaria ao objetivo final, coletivo: formação de cidadãos capazes de administrar o Estado e a casa, gerir a justiça em seu sentido mais amplo, que respeitasse direitos inalienáveis, do cidadão, quais sejam, à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, enfim, direitos civis, políticos e sociais.

Em contrapartida, vemos nas proposições educacionais de Lutero, a exemplo da diretriz do ensino centrado na autoridade do professor de modo a demarcar regras a serem obedecidas para que a criança possa crescer e recebendo um alinhamento apropriado é uma conservação do modelo anterior.

Deixaram a juventude crescer como as árvores no mato, sem se preocuparem como ensinar e educá-la; por essa razão se desenvolveram de modo tão deformado que não servem para nenhuma construção, havendo uma capoeira imprestável, útil somente para o fogão (LUTERO *apud* JARDILINO, 2009, p. 88).

Lutero apresentou alterações que alteraram as condições da Alemanha em dimensões gerais, inclusive em grande proporção na educação e seu corolário é fundante à ideia de educação na Modernidade. Desta maneira o ensino diretivo e o controle permaneceram por toda a Modernidade. Pode-se dizer que a reforma a qualquer parte a que tenha alcançado, impregnou com o anseio de transformação social, sendo a educação o ideal a ser realizado. Quer na escola, seja no colégio, quer universidade a educação era um dispositivo necessário para implantação da nova ideologia protestante e isso fez defendendo a escola universal, o acesso à

leitura e letramento na língua materna, a importância da interpretação e do livro, haja vista a necessidade destes elementos para as práticas religiosas.

Com relação à Universidade, Lutero recomendava também o ensino da Jurisprudência e da Medicina, mostra em seus depoimentos a sua indignação por haver tantos cursos superiores em sua época, sem, contudo, existirem muitos profissionais instruídos com a formação de mestres ou doutores para benefício da sociedade.

Até o ano de 1250 estava constituída a primeira geração de *studium generale*, na Europa, incorporando estudantes e mestres conforme sua nacionalidade, dedicados ao ensino superior de algum ramo do saber (medicina, direito, teologia). Posteriormente são fundadas as universidades por disposição papal ou real, a exemplo da universidade de Coimbra foi fundada, no ano de 1290.

As universidades europeias datam do século XII, sendo a primeira a de Medicina em Salerno, na Itália. Neste mesmo século constituiu-se a de Direito em Bolonha. No século XVIII fundou-se a universidade de Paris. Outros exemplos são a Universidade de Oxford na Inglaterra e a de Salamanca, na Espanha. No século XVIII fundou-se a universidade de Paris. Outros exemplos são a Universidade de Oxford na Inglaterra e a de Salamanca, na Espanha. Até o ano de 1250 estava constituída a primeira geração de *studium generale*, na Europa, incorporando estudantes e mestres conforme sua nacionalidade, dedicados ao ensino superior de algum ramo do saber (medicina, direito, teologia). Posteriormente são fundadas as universidades por disposição papal ou real, a exemplo da universidade de Coimbra foi fundada, no ano de 1290.

Também partiu do protestantismo o prenúncio dos primeiros esforços para a criação de um sistema de ensino no sentido que se entende, e isto se deve justamente por seus conceitos de leitura individual das Sagradas Escrituras pelo povo. Os textos escritos por Lutero às autoridades assinalavam a organização de um sistema de ensino, e de igual modo prescreviam os princípios norteadores da educação. Lutero ressaltava que as escolas enquanto inseridas em um sistema de ensino, deveriam ser cristãs e assim, para o elaborarem, teria que se debater o mote do *currículo*, indicando conteúdos e literaturas a serem utilizados, que garantissem unidade às escolas, e o ingresso e permanência dos filhos camponeses.

Ao abordar a criação de um *novo sistema escolar* e defender a educação como direito universal, sua postulação pedagógica se faz em defesa da união entre trabalho intelectual e físico, caracterizando não só uma reforma educacional, mas uma proposta de ensino pautada na ciência e no desenvolvimento da consciência.

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2006, p.13)

Por excelência uma pedagogia da Modernidade, em alternativa com a concepção de educação e de trabalho e assim intervir melhor não apenas a própria vida, como também na comunidade. Para considerar a Pedagogia precisamos considerar a escola. Escolarização pressupõe sistema de ensino, com efeito, há premissas na citação de Dermeval Saviani (2006) que entendemos estarem presentes já no século XVI e são conceitos igualmente defendidos por Lutero: de que a educação é uma questão de interesse público, ou seja, da sociedade, devendo “construir uma sociedade democrática”; romper com um estado de coisas cristalizado, de “superar a situação de opressão do antigo regime”; de liberdade, “livremente entre os indivíduos”; de superação da ignorância, “celebrar indivíduos livres porque esclarecidos”, constituindo-se arcabouço da Modernidade. Saviani diz com relação a organização de Sistema Nacional de Ensino, que

Sua organização inspirou-se no princípio de que a educação é direito de todos e *dever do Estado*. O *direito à educação* decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa. Para superar a situação de opressão própria do “Antigo Regime”, e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado “livremente” entre os indivíduos, era necessário vencer a barreira da ignorância. Só assim seria possível transformar os súditos em cidadãos, isto é, em *indivíduo livres* porque *esclarecidos, ilustrados*. [...] A escola é erigida, pois, no grande instrumento para *converter os súditos em cidadãos* [...] (SAVIANI, 1997, p. 17-18).

Nesse sentido, Lutero antecipa inclusive preceitos que serão consolidados na Revolução Burguesa, ou seja, a estruturação do sistema de ensino na perspectiva de Dermeval Saviani guarda semelhanças do sistema de ensino pensado por Lutero, obviamente, atualizando-se cada época. Apenas no que se trata da Reforma, a proposta de Lutero era um Sistema de Ensino Municipal visto que município (burgo) era a base das decisões e do poder. O Reformista estava tão concentrado em consolidar a educação e a escola pública quanto o Estado e a sociedade, e, para remodelar o Estado ou a sociedade civil, entendia depender da sugerir fundamentos para o Estado.

[...] o Estado serve uma ordem mais alta que não é identificada com a Igreja visível, mas com o Reino invisível. Isto significou que o Estado era autônomo, liberto das mãos controladoras das instituições religiosas; sobre esse assunto, Lutero formulou uma doutrina-chave da moderna teoria do Estado: a autonomia do Estado. (COOPER, 1982, p.47).

Alterar o modelo e as concepções de ensino, bem como a instituição escolar supunha para Lutero a uma educação direcionada à volta a fonte da fé cristã renovada, mas em particular, a uma nova sociedade, intimamente ligadas. Na concepção do reformador, a escola estatal tinha uma configuração, “a educação pública, isto é, a educação criada, organizada e mantida pelas autoridades oficiais — municípios, províncias, Estados — começa, como dissemos, com o movimento da Reforma religiosa no século XVI” (LUZURIAGA, 1959, p. 5). Trata-se de uma missão que “é obra e honra do governo secular transformar animais selvagens em seres humanos e preservá-los como tais, para que não se tornem animais selvagens” (LUTERO, 2000a, p. 88) dessa maneira devia estar perto da Igreja, do lar do cidadão, nas cidades e vilas, e, perto da escola seguiriam então, a Prefeitura e o centro do Governo.

E Lutero, mesmo atribuindo a tarefa ao Governo – portanto, defendendo uma escola estatal – caracteriza essa escola com dois elementos adicionais que não permitem que ela seja confundida com a escola estatal que conhecemos hoje: a) a escola que ele tem em mente é uma escola cristã; b) atribui a cada cidadão, pessoalmente, o dever de contribuir para manter essa escola (Jornal Evangélico luterano, Número, 7584, 2012)

Ele compreendeu com agudeza o enorme potencial da educação com ônus para o Estado, uma *educação inclusiva* dos seus cidadãos das diferentes classes sociais e níveis culturais, de diferentes idades cronológicas e inclusive, acessíveis ao com menos aptidão, de onde se deduz o desenvolvimento de metodologias de ensino, a transformações nas técnicas educativas e escolares tornando-as adequadas às diferentes etapas de ensino e a profissionalização.

Almejou ainda, uma escola para além do conhecimento academicista do humanismo renascentista, pois entendia que a aprendizagem devia ter um interesse e um fim: é a versão luterana da escola para o trabalho. Dizia Lutero que as grandiosas obras poderiam ser realizadas por seu filho, e o menino pode tornar útil para a cidade e os pais, poderiam participar, encaminhando-os a uma carreira e obviamente, também a escola e para que ele fosse. Seria esse, um investimento excelente.

Há, aqui, uma noção de que a educação possibilita o trabalho e, dessa forma, a ascensão social, noção essa que será assumida posteriormente pelo liberalismo. Essa ideia

defendida por Lutero se propaga rapidamente, produzindo e generalizando a crença de que o acesso à escola pode aumentar as possibilidades de ascender no estrato socio econômico. As mudanças no contexto sociopolítico imprimiram uma urgência em alterar a mentalidade herdada do medievo de que os estudos visavam somente a formação para a vida clerical. A esse pensamento e Lutero refutava enfaticamente argumentado sobre a relevância de que a sociedade estava mudando e se fazia necessária que também aprendessem uma profissão.

Os processos educativos se especializam e se libertam da centralidade do artesanal e da formação de caráter humanístico-religioso, dando espaço à manufatura e a fábrica. As instituições educativas da sociedade pré-moderna (família, escola e Igreja) assumem uma nova forma: família – formação moral e extensão do seu controle sobre o indivíduo; escola – classes organizadas por idade, socialização dos programas e métodos; Igreja – espaço educativo e instrutivo com função social; teorização, valorizando as contribuições das ciências humanas tanto na aprendizagem como na formação, entendida cada vez mais no sentido social e menos religioso, à qual liga o sujeito a uma sociedade nas suas necessidades históricas (SILVA, 2014, p.14).

Lutero ao tratar com a família, mais especificamente os pais, referência que ao permanecer na escola essas crianças e jovens, seus filhos poderiam no futuro ter boas profissões, bons empregos e melhores proventos, e com uma formação de qualidade teriam mais doutores e professores o que traria acréscimos à sociedade, e para isso haveria que se guardarem determinados atributos. A vista disso o saber pedagógico renovado se desenvolveu a partir da Reforma, adequou-se, socializou-se. Passou-se a vincular a capacidade das crianças ao nível elementar e dos jovens, ao ginásio, a escola ajustou-se em diferentes espaços de ensino e aprendizagem. Lutero concebia a ideia de espaços públicos onde se ministraria o ensino, quanto aos pequenos, entendia que sua escola, deveria ser um ambiente alegre e lúdico, não deveriam aprender apenas as línguas e a História, mas também deveriam aprender a cantar e estudar Música com toda a Matemática.

Lutero valorizava a *contação de História* em uma perspectiva mais lúdica por meio das quais as crianças teriam acesso à sabedoria do mundo, sua interpretação pedagógica era de que a educação é atribuição igualmente secular e religiosa. Quanto ao método disciplinar utilizado pela escola e pela família Lutero propôs alterações. Para ele, a escola deveria ser adequada a infância, e com isso estabelecendo as premissas da educação infantil, tal a relevância com que a educação escolar era considerada, por ele:

Pela graça de Deus, está tudo preparado para que as crianças possam estudar línguas, outras disciplinas e história, com prazer e brincando. As escolas já não são mais o inferno e o purgatório de nosso tempo, quando éramos torturados com declinações e conjugações. Não

aprendemos simplesmente nada por causa de tantas palmadas, medo, pavor e sofrimento. (LUTERO, 1524).

Seu ensino baseado na oralidade e na memorização, mas defendia também a aprendizagem por meio da ludicidade. Sua própria formação escolar fundamentou-se na educação escolástica, portanto, ele mesmo sofrera punições físicas e pressões psicológicas que o tornaram vítima de sofrimento, o mesmo castigo era empregado aos outros alunos. Por ter vivenciado uma espécie de *tortura* acadêmica, Lutero alerta aos mestres, sobre seu papel eminentemente formativo em relação ao aluno. Salienta que é imperativo incentivar o aluno, incentivá-lo ao invés de fazer da escola um lugar de emulações, de controle e de tortura.

[...] quando a disciplina é aplicada com maior rigor e tem algum resultado, o máximo que se alcança é um comportamento forçado ou de respeito; no mais continuam sendo meras toras, que não têm conhecimento nem nesta nem naquela área, não sabem responder nem ajudar ninguém. (LUTERO, 1995, p. 319)

E preocupou-se com as questões objetivas das pessoas, das coletividades estabelecidas ao redor dos burgos (comércio, prestação de serviços e produção artesanal), ao escrever a *Nobreza Cristã de Nação Alemã*, Lutero posiciona-se e fez um enfrentamento com relação a materialidade das pessoas e defendendo o paradigma da educação como condição para a própria sobrevivência da cidade ou do Estado.

[...] o progresso de uma cidade não depende apenas do acúmulo de grandes tesouros, da construção de muros de fortificação, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armaduras [...] o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando possuem muitos homens e muitas mulheres bem instruídos, muitos cidadãos ajuizados, homens bem instruídos, honestos e bem educados (LUTERO, 1995, p. 309).

A Reforma luterana dinamizou o processo educacional no decurso do embate e cisão definitiva entre a Igreja medieval. O movimento reformista, reconhecidamente foi o motor das forças que agitavam a Alemanha e a Europa com seu movimento da História, recomendava uma educação formadora de cidadãos, homens úteis à coletividade, pessoas capazes de assumir as tarefas mais complexas, dando origem ao conceito de utilidade social da educação.

Lutero direcionou a edificação de uma educação escolar pública, amparando a classe social e culturalmente desfavorecida, aos trabalhadores no campo e nas cidades, inseridos no processo produtivo. Integra-se a sua concepção política e social a determinação de que a escola devia atender os *setores populares*, não servindo, no entanto, somente para a cultura básica, mas também para formar uma elite produtiva:

Embora aqui não se possa dizer que as divisões sociais estejam superadas, (Lutero, nesse sentido, foi bem outra coisa que um revolucionário), toda a via, as classes destinadas a produção são consideradas não mais como os principais destinatários da catequese cristã, mas também como participantes ativos no processo comum de instrução; ele se põe o problema da relação instrução-trabalho. Se a necessidade de ler as Sagradas Escrituras e a capacidade de cada um interpretar a palavra divina nelas contida está na base dessa nova exigência da cultura popular, é, porém, o desenvolvimento das capacidades produtivas e a participação das massas na vida política que exigem este processo. (MANACORDA, 1989, p.198).

Lutero defendeu uma educação de dimensões universalista e democrática, que proporcionasse aos sujeitos, indistintamente, cultura letrada, conhecimento elaborado, uma intervenção que fora aventada por necessidades e circunstâncias históricas, mas, de fato “Lutero defendia a educação universal e pública, solicitando às autoridades oficiais que assumissem essa tarefa, por considerá-la competência do Estado”. (MOSER, 2008, p. 75).

A história deixa vestígios quanto à relevância da obra de Lutero, especificamente para a cultura e a educação, pois se propõe um projeto pedagógico que superou o projeto humanista da educação excludente do renascimento. Vale salientar que a Reforma inaugura entre as demais coisas, a responsabilidade para com a totalidade do ensino. Seu projeto de educação universal era uma formulação ainda inexistente no percurso da história da educação. Ademais, a escola da Reforma é uma escola do humanismo, porém distinta, pois é marcadamente pragmática e irrestrita.

As inovações de Lutero na educação foram de extrema importância e se configuram em referência às outras nações à época, e o sistema educacional alemão constituiu-se como modelo a ser reproduzido. Observou-se que a pedagogia luterana em sua concepção redentora não reconhecia os limites da educação, pois os reformadores acreditavam que a educação exercia poder sobre a transformação social.

Há que se admitir, a educação naquele momento era realmente um diferencial, porém, não fosse o movimento da história, o potencial articulador do monge agostiniano em diferentes instâncias sociais e, assim também sua visão pedagógica arrojada, não somente a sociedade não teria se transformado, como a escola e o ensino continuariam entregando a sociedade sujeitos improdutivos: “O que se aprendeu até agora nas universidades e conventos a não ser ficar burro, grosso e estúpido? Houve quem estudasse vinte, quarenta anos e não sabe nem latim, tampouco alemão”. (LUTERO, 1995, p.306).

Promoveu o senso de igualdade essencial entre os homens, mas não se isentou de realizar uma pedagogia empírica que respeitasse as diferenças e ultrapassasse a educação

reprodutivista, livresca e elitista existente, e que permitisse a toda criança e jovem a apropriação das riquezas universalmente acumuladas, e por isso sustentava que a escola humanista reformada deveria planificar uma educação pragmática e, possibilitasse também a qualificação para as novas condições do trabalho e da produção necessárias para a nova realidade do século XVI.

Uma questão matricial da pedagogia de Lutero era a *alfabetização de crianças, jovens e adultos* de maneira a viabilizar o acesso a uma educação embebida na realidade cristã, na qual para as cidades, tudo estava se modificava, tudo estava mudando, tudo se atualizava e evoluía, e assim a educação para crianças e jovens não poderia ser a mesma, precisava de inovação. E para os adultos, precisava ser implantada. Aquela sociedade constituída sob percepção e cultura profundamente religiosa viu na Reforma um novo sentido para as massas. E o movimento, concebido unicamente como religioso, se converteu em lutas sociais relevantes para transformação estrutural da sociedade, e da concretude de suas vidas, vejamos:

Tudo o que pertence ao sustento e às necessidades da vida, como: comida, bebida, vestes, calçado, casa, lar, campos, gado, dinheiro, bens, consorte piedosa, filhos piedosos, empregados bons, superiores piedosos e fiéis, bom governo, bom tempo, paz, saúde, disciplina, honra, leais amigos, vizinhos fiéis e coisas semelhantes (LUTERO, 1983, p. 374).

O trabalho educativo foi para o reformador, uma possibilidade de consolidação da revolução que iniciaria a libertação e o ingresso dos desafortunados nos meios sociais, a religião ocupa recantos culturais da sociedade e com um discurso regula hábitos, ditando regras e costumes. A educação valida, legaliza e solidifica os valores e a ideologia da religião.

Ao articular a educação ao movimento político e as lutas de classe daquele momento, empregou o a educação como meio para redimir os homens de suas condutas e a sociedade de ser opressiva, permitindo que os servos se emancipassem culturalmente, pretendeu entrincheirar a educação com o caráter de *hominização*.

De outra parte a ascensão social, em decorrência de rupturas econômicas na ocasião, fez com que, inicialmente, as distâncias sociais fossem atenuadas, aproximando os de maior poder aquisitivo à nobreza, e estas assistindo as camadas desfavorecidas, suscitando uma sensação de igualdade social. Parece estar estabelecido como uma das funções da educação escolar daquele século, procedimento sociais e educacionais, passíveis de humanização, e igualmente de formação política das pessoas cujo exercício do seu papel social se insere as leis que o regulam, e para dar sustentabilidade as suas ações, Lutero menciona Justiniano ao argumentar que “as leis são a couraça e o armamento, enquanto que as armas são adorno e

decoração. A educação para a justiça, portanto, não pode prescindir do conhecimento das leis que regulam a vida do cidadão emergente” (LUTERO *apud* STRECK, 1996, p. 41).

Quanto à dimensão de humanização a Reforma estabeleceu uma estrutura mais democratizante, já que sua concepção religiosa considera a horizontalidade das relações do homem com o Divino e conseqüentemente, entre os cristãos reformados, tendo como premissa a igualdade incondicional na proclamação do Evangelho, pois que todos são filhos de Deus. Além disso, o relacionamento com Deus é direto e pessoal e todo o leigo irmanado na mesma esperança podendo ascender na estrutura religiosa protestante, é representação de igualdade.

Podemos ver aqui a magnitude das ideias de Lutero que, ao presumir que o trabalho educativo para a assimilação dos elementos e formas adequadas, individualmente tinha que atingir a *metanoia* (mudança essencial de pensamento ou de caráter), e a partir desse processo de humanização, igualmente ocorreria a transformação social. A comunidade seria reconhecida por relações de fraternidade e amor (cristão), e renovaria as diversas dimensões da sociedade, e tal ruptura se daria mediante a plena formação do homem por meio do conhecimento, um resgate glorioso e original da Paidéia Cristã. Lutero foi fortemente influenciado pelo Cristianismo neoplatônico agostiniano e, para Agostinho de Hipona, a renovação se deu no átimo que:

Estava maduro o tempo de dar vida a uma síntese completa do pensamento cristão que exprimisse seus fundamentos teóricos na trilha do pensamento grego e pusesse em evidência seus elementos éticos, antropológicos e políticos e históricos dotados de nítida autonomia e diferença presentes na visão cristã do mundo. (CAMBI, 1999, p. 135).

Para Martinho Lutero tratava-se de uma nova visão de homem e de coletividade, a igualitária, solidário que reinventaria a educação, a família e o Estado, que está presente em sua pedagogia Lutero e que se desenvolveu em toda a sociedade. Como homem de seu tempo e com sua formação de monge agostiniano, Lutero impactou aquela geração e posteriormente a história, não negando, mas estabelecendo uma nova leitura de suas crenças na medida em que defendeu a liberdade pessoal ou em outras palavras, autonomia; a obediência apenas à consciência individual; independência quanto à intermediação do clero e responsabilidade individual.

Tanto a forma admonitória da prédica cristã como a noção de conversão são ideias extraídas da cultura grega, como também aquela outra, centralíssima, de Paidéia (de formação humana que receberá no Cristianismo uma redefinição como *Paidéia christi* [...]) Mas é com a escola de Alexandria – ligada à cidade que era a capital cultural do helenismo – que se aprofundou a noção de paidéia cristã., assimilada

pelo filtro do platonismo e pela referência à transcendência e a universalidade das ideias e valores.[...] O Cristianismo é portador de uma nova paidéia, embora devedora da antiga (CAMBI, 1999, p. 129).

Resumindo, a Paidéia cristã centra-se na figura do Cristo e para Lutero, o exercício da vida cristã se faz no mundo, na esfera secular, não sob a determinação do clero, mas pautado na educação que devia ser universal e transformadora: para todos, igualitária e mantida com recursos provenientes de impostos pagos pelos cidadãos. Ademais, a família, o campo, a oficina do artesão, o comércio, enfim, em qualquer que fosse o local onde o homem estivesse, ele podia estar contatado a dimensão transcendente, pois para ele, o mundo era um grande santuário e qualquer atividade humana desenvolvida, se achasse em sintonia com Deus. Inclusive, o investimento dos pais na educação de seus filhos, contribuiria para a formação de um verdadeiro Cristão.

Lutero inaugura a educação como elemento de formação integral e de evangelização, pois para amar a Deus e servir ao próximo, a pessoa precisa ser capaz de ler, entender, analisar, discutir e transmitir a mensagem essencial da Bíblia. Não obstante cada homem, e mulher, precisavam se educar e afetar seus jovens, adultos e crianças, ou seja, a educação pessoal e da sua prole é responsabilidade da família cristãmente recíproca e dedicada à criação dos filhos.

A afirmação do Cristianismo produziu também uma profunda transformação na célula educativa fundamental e primária: a família. As relações internas entre seus membros foram se redefinindo em termos de “amor” e não (ou não apenas) de “autoridade”. Muda-se a relação com o pai (o próprio deus é visto como “Pai Nosso” misericordioso e amável, (ao qual se recorre com confiança e intimidade) que agora é o guia da família, mas guia atento e amoroso, não mais aquele pai-patrão das sociedades antigas (sobretudo a romana), do qual se tem medo e se espera e se espera um severo controle e um eventual castigo; ainda mais central e mais afetivo torna-se o papel da mãe: a figura que apoia, que socorre, chegando até o heroísmo, mais íntimas se tornam as relações entre pais e filhos. [...] Sem dúvida é um modelo ideal, mas que atua profundamente na cultura e nas práticas das primeiras comunidades cristãs, nas quais o amor como *ágape* começa a agir justamente pela família (CAMBI, 1999, p. 133).

A educação protestante idealizou cidadãos de personalidade autônoma e a tanto na intelectualidade, em sua individualidade, quanto nas relações sociais e econômicas. Ressaltava o aspecto religioso, premissa daquele século medieval, mas também o ético e de igual maneira, uma educação que abarcasse a todos. A concepção da pedagogia de Lutero e sua visão peculiar do mundo incluía a educação como parte integral da existência e missão humana, educar para a vida. As traduções da Bíblia e de outros textos escritos por Lutero possibilitaram o acesso de

um maior número de cidadãos à leitura. Nesse sentido, a primeira e mais importante consequência da reforma protestante é a formação da educação pública, e apesar desta educação surgir contra a educação eclesiástica da época, esta era de caráter religioso.

E a escola reivindicada e criada por Lutero acabou por se relacionar com a realidade em sua dialética, ou seja, o processo educativo de vertente religiosa, ora negou os desafios políticos e culturais, ora promoveu igualdade na diversidade naquele período. Questão importante nesse processo, é perceber como alguns conceitos atuais como democratização do ensino, diferenças individuais, formação docente, educação continuada, foram apresentados e defendidos intrinsecamente pela pedagogia de Lutero.

[...] a grande linha de defesa da condição humana, em oposição ao quadro negativo as representações que a definiam como decorrente da “miséria” – tudo isso produziu um campo significativo para as criações e a emergência da Reforma Luterana e sua continuidade. Acreditar em si, saber ler e escrever para essa sociedade traduzia-se numa condição fundamental para que ela se reconhecesse moderna (NUNES, 2018, p. 86)

Assim sendo, muitas propostas deste professor universitário e pedagogo na Alemanha inspiraram a criação e a atuação de escolas nos diversos níveis de ensino e sua propositura de equidade social na educação representa ainda grande valor na Europa e no Brasil. Foram muitos os impactos da reforma luterana, mas esse estudo acentua a cultura e a educação. Se cultura tem um caráter social e define-se por ser uma criação do ser humano (e não é natural), a própria reforma religiosa é parte dessa cultura e assim, discutir o impacto da reforma religiosa do século XVI, passa pela cultura e implica considerar a dimensão religiosa que perpassava todas as dimensões da vida, assim como o papel da educação.

Após o movimento luterano é que essa cultura religiosa na educação e da pedagogia vai sendo superada. Cambi (1999) mostra que no século XVI, há um esforço de renovação na Educação e da pedagogia que excede dos *studia humanitates* e das rupturas do humanismo, constituindo uma nova sociedade e cultura pedagógicas, dali para o futuro, definitivamente orientada para as características da Modernidade, embora estas só sejam completamente celebradas no século seguinte.

Entre o desejado e o possível houve, há e sempre haverá distâncias, mas o fato é que Lutero causou um choque de realidade naquele período apesar de sua formação conservadora, e sendo um homem com a cabeça nas ideias e os pés na realidade, propõe liberdade cabendo ao Estado coibir excessos e efetivar as mudanças, que em seu entendimento deveriam ser graduais e em consideração às limitações da camada mais frágil na absorção tanto

das mudanças religiosas como das socioeconômicas. O sonho da reforma da Igreja ganharia à época maiores proporções, de uma nova Igreja local, vinculada a poderes locais, e, de outra banda, o sonho de viver o Cristianismo no mundo precisava ser parcialmente revisto e qualificado nesse aspecto a visão pedagógica luterana dignificava a figura do Cristo como modelo exemplar.

Quanto aos *Evangelhos*, são evidentes alguns aspectos fundamentais da educação cristã: que é projetada e guiada por um mestre-profeta (como Cristo), que fala contra os hábitos correntes e quer provocar uma catástrofe interior, uma renovação espiritual através de uma mensagem que inquieta e que desafia a tradição e a indiferença subjetiva, a mensagem exemplificada, por exemplo, no *Sermão da Montanha*, com suas referências aos “pobres de Espírito”, aos “que tem sede e fome de justiça”, aos “puros de coração”, para ativar uma regeneração interior, mas também as invectivas de Cristo contra a hipocrisia dos fariseus e escribas, “Sepulcros caiados” que vivem a religião apenas com um ato formal, contra os mercadores do tempo, etc. (CAMBI, 1999, p. 123-124).

Lutero advoga que além de universal e gratuita, a educação precisava se tornar compulsória, com currículos bem definidos, obrigatórios para todos, aplicados por professores treinados, e vinculada ao Estado. Segundo essa abordagem, pode-se acimar que os princípios de uma educação popular (povo), gratuita e obrigatória e de financiamento estatal podem ser encontrados nas propostas para a educação no movimento da Reforma Protestante de Lutero, já no século XVI. A principal característica dessa educação pública religiosa, “[...] é seu apelo às autoridades (e a resposta delas) no sentido da fundação de escolas mantidas com recursos públicos e do estabelecimento de frequência obrigatória” (LUZURIAGA, 1959, p. 6.).

Em função disso, a contribuição da Reforma no contexto educacional, haja vista que naquele período Lutero e o movimento reformista já reivindicavam a publicidade da educação, universalidade e gratuidade, para quem não a pudesse financiar.

Lutero não tinha têmpera paciente e serena, esse protestante apaixonado do Século XVI parecia não aceitar calmamente o que não dava para mudar, e tinha a determinação para mudar o que precisava ser mudado. A sua questão era de abordagem dialética-problemática: entre estacionar e deixar a ordem das coisas se deteriorarem ainda mais, ou ignorar a força da tradição e da inércia e tentar transformar a realidade sem provocar anarquia ou barbárie. Eis a questão, decidir entre a utopia e a realidade possível; persistentemente enfatizou em suas produções intelectuais e suas concepções religiosas a realidade e as responsabilidades políticas e sociais de seu mundo.

Importa ressaltar que ao escrever a carta intitulada *Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha*, publicada no ano de 1524, pleiteando a criação e manutenção das escolas

Martinho Lutero instiga a sociedade a viabilizar uma educação na qual: “Lutero queria todos os cidadãos bem preparados, para todas as tarefas na sociedade. Propôs uma escola cristã que visasse não uma abstração intelectual, mas a uma educação voltada para o dia-a-dia da vida”. (AHLERT, 2007, p. 154).

Assim, o referencial de Lutero para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, agora construída por indivíduos seculares era emergência do novo referencial de sociedade a época. Com isso surgiram no século XVI na Alemanha instituições de ensino determinadas pelo progresso da reestruturação da religião, escolas com conotação da teologia protestante, guardando semelhanças entre si, e visavam o desenvolvimento humano e social.

Foi um enorme o desafio o de buscar escrever sobre a pedagogia de Lutero, de tentar elaborar um conjunto os ensinamentos de um Homem do século XVI, cabalmente censurado pelo poder religioso vigente, incompreendido intelectualmente, desprezado e perseguido socialmente por suas concepções. Lograr reconstituir propostas pedagógicas da Reforma foi um exercício exigente, visto que são avançadas para o seu tempo e tardias para a contemporaneidade.

No que se refere ao nosso estudo, nomeadamente a educação, verificamos que esse protagonista não se deixou abater ou arrefecer seu foco, nem o dissuadiu de uma pedagogia humanista cristã, mais social e democrática. Escreveu uma obra que remonta a um vasto acervo de títulos, entre livros teológicos, cartas pedagógicas e instrucionais, textos político-filosóficos. Amiúde, escrevia cartas a seus amigos e aliados, respondendo-lhes ou perguntando-lhes por seus pontos de vista e respondendo-lhes aos pedidos de conselhos.

Em toda a sua obra Lutero reivindica a universalização da educação escolar, propalando a escolarização, dentre seus argumentos é que a ignorância é o grande mal da religião, ou como afirmou Rabelais<sup>13</sup>, *ignorance est mère de tous maux*, ou a *ignorância é a mãe de todos os males*, razão pela qual superá-la é uma responsabilidade de todos e de cada um.

No íterim da disputa ocorrida em Leipzig no ano de 1519, Lutero reafirma contato com os humanistas e particularmente com Melanchthon, Reuchlin e Erasmo de Roterdã. Estes, como Lutero foram cômnicos quanto aos direitos à educação e deveres dos poderes instituídos, em sua manutenção e financiamento. O cidadão tem de ter consciência das suas responsabilidades, daquilo que ocorre ao redor enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento

---

<sup>13</sup> François Rabelais, (1494 -1553) foi um escritor, erudito, padre e médico francês do período do Renascimento.

todos têm de dar sua parcela de contribuição. Somente assim se chega ao objetivo final, coletivo: a justiça em seu sentido mais amplo, ou seja, o bem comum. A nobreza interessada nas alterações de Lutero, o persuadiram à que se colocasse sob sua proteção, convidando-o para seus castelos na eventualidade de não lhe ser seguro permanecer na Saxônia.

Um dos elementos utilizados na ação pedagógica luterana foi o ensino da língua alemã. Com o incentivo para que os homens e mulheres passassem a ler, Lutero inicia uma produção de textos impressos primeiro em alemão e fomenta uma revolução na cultura. E somado a isto, com a tradução da Bíblia para o alemão, Lutero contribui para a formação da unidade nacional, posto que “a língua de um povo é um sistema simbólico que organiza sua percepção de mundo, e é também um diferenciador por excelência” (CUNHA, 1987, p. 100).

Sendo a língua a base para a comunicabilidade e o trânsito de todo o tipo de informação, comunicação e influência, garantia a unidade cultural e nacional ao povo, amplamente desejada pelos príncipes. Assumem, assim, uma leitura comum na sociedade e na forma de viver, agir e comportarem-se em seu *locus* e assim também na trama das relações nas quais estavam envolvidos: trabalho, sociedade, comércio, religião, etc. Nessa nova ordem havia a necessidade de que adultos, homens e mulheres, tivessem acesso à leitura e a escrita em sua própria língua e que se formasse uma classe secular de homens cultos. E muito embora a educação proposta por Lutero fosse de caráter cristão reformado, nossa ênfase é de que essa mesma educação consistia também em uma identidade social, de caráter formativo.

A educação primava pelo ensino das línguas, especialmente o ensino da língua pátria e, ademais abarcava a pluralidade e o democratismo, visto que a exigência de Lutero foi de que a educação alcançasse toda a população indistintamente de classe social, sexo, idade e facções políticas ou religiosas, e com vistas também a disseminá-la estimulou a criação de escolas para toda a população com o uso da língua pátria.

Ainda hoje nos espantamos com a beleza e grandeza desse princípio sobre o qual se constituiu a Paidéia cristã: ensinar a todos, todos são capazes de aprender [...]. Esse anúncio e essa afirmação traduzem-se na mais universal e mais democrática abertura do processo educacional, pois reconhece-se que todos são capazes de aprender todas as coisas, até a fé é aprendida[...]. Portanto, podemos dizer que o Cristianismo inaugura a atitude de reconhecer a plena capacidade de todos para aprender. (NUNES, 2017, p.58).

Para que o povo tivesse formação intelectual, Lutero integrou democraticamente meninos e meninas, envolvendo precipuamente a família, dos diversos segmentos sociais, entendendo que a mesma possui um encargo fundamental no desenvolvimento da criança.

Lutero aspirava educação para todos os cidadãos de maneira que fossem qualificados, produtivos. Propôs uma escola cristã que pretendesse não somente a abstração intelectual, mas uma educação voltada para a árdua rotina, na qual a consideração da vida ativa do ser humano é essencial para alcançar a prosperidade e a riqueza.

O domínio do latim no século XVI era prerrogativa de uma percentagem irrisória de população instruída e dentre estes os membros do próprio clero e o rompimento com a supremacia da Igreja católica, e do uso do latim, a defesa da individualidade humana são fatos que marcam o fim da Idade Média e princípio da chamada Idade Moderna.

Nesse novo mundo, na nova ordem do capital, nas relações de trabalho e de produção que ali se configuravam, a escola assumia uma identidade central, como protagonista, pois, na ordem burguesa emergente, era necessário supor que, para produzir e para atuar plenamente, na nova sociedade que se organizava, cada homem e cada pessoa deveriam manejar os instrumentos necessários para atuar nela, ou seja, para emancipar-se como um cidadão pleno na sociedade moderna. Para essa nova identidade da cidadania moderna exigiam-se as competências da leitura e da escrita, o equilíbrio ético e da fineza moral, da conduta laboriosa e consciente, características fundamentais para a cidadania e para o trabalho relevante. (NUNES, 2017, p.63)

O respeito pela personalidade humana e assim como pela cidadania são ideias profundas dessa grande corrente humanista cristã e embora a tese primeira de Lutero fosse restaurar o Cristianismo a fé original, em tempos de tensões e transformações culturais, busca superar os hábitos existentes por uma nova cultura. Dentre as muitas iniciativas pedagógicas efetivadas por Lutero, converter a Bíblia para o alemão foi simultaneamente um ato de transgressão e uma coluna da sistematização do que é a língua alemã, que até então fora considerada como uma língua inferior, comum a servos e incultos.

Lutero é por isso considerado Precursor da Unificação da Língua Alemã, e, não porque o reformador fosse ostensivo ao latim, ao contrário, ele escrevia tanto em latim como em alemão. E, embora seu objetivo não fosse estritamente político, a consequência foi o redimensionamento na relação entre a Igreja e o Estado. Ou seja, a proposição de redefinição da abrangência do Estado entendendo ser fundamental que este conquistasse e legitimasse sua esfera de atuação, necessário para governar a Alemanha, posição essa que ia contra os interesses do clero, pois favorecia o poder temporal, ou seja, dos príncipes.

No século XVI, ao se discutir a cultura católica arraigada, as regras da Igreja consolidadas, as determinações clericais para ingresso aos estudos e, sobretudo, à universidade e senda social o aporte de superação se deu por meio das intervenções de Lutero com relação

ao poder instituído; e do debate inicialmente institucional e eclesiástico que acaba por constituir-se uma militância política.

[...] essa batalha igualmente militar e econômica, potencializou a ruptura moral e religiosa. Martinho Lutero representou já em si e em seu movimento, a correlação de forças, antes impensada, entre os reformadores evangélicos e seus aliados, os príncipes alemães, e as estruturas e forças tradicionais da Igreja Católica em profunda crise teológica, moral e espiritual (NUNES, 2017, p.66).

Evidentemente marcou a cisão no campo da “luta institucional, política e teologicamente instituída” (NUNES, 2017, p.66) que atinge maiores proporções e é cimentada no século XVIII com o Iluminismo e a Revolução Burguesa na França, a revolução industrial na Inglaterra, o desenvolvimento do capitalismo, e a Filosofia que no período da Idade Média foi considerada *escrava da teologia*, reassumindo a perspectiva grega de investigação do universo, do homem e da vida. Ao defender o Estado como primazia na organização das relações entre homens e instituições com controle e poder decisório sobre as questões seculares, entendendo que também a Igreja devia submeter-se a autoridade civil, Lutero dá início a uma nova ordem política e social.

A reforma luterana enquanto um movimento histórico, de dimensões religiosas e de consequências sociais e culturais, apresenta-se com uma nova sanção sagrada a legitimar as novas relações que nasceram da ruptura, tanto ético-religiosa quanto econômico-política das relações feudais, da superação das relações de vassalagem e de dominação estrutural que até então prevaleciam. (NUNES, 2017, p.65)

Dessa forma, o Movimento da Reforma abre horizontes inauditos durante toda a Idade Média, e o debate o legitima por meio de uma profícua produção de textos na língua alemã. Assim vai se erigindo um povo e uma nação hegemonicamente unidos por um sentido de identidade comum e de pertença aos interesses coletivos do nacionalismo nascente. Pode-se afirmar que no século XVI ao traduzir a Bíblia não apenas forneceu as bases para o desenvolvimento da língua alemã saxônica, elevou o dialeto à condição de língua padrão e de desse modo Lutero tornou-se uma impressão decisiva na evolução da língua na Alemanha. Soma-se a esse fato, o incentivo ao povo para aprender a ler e a escrever.

Surgiu então o germe de um humanismo patriótico e ao voltar-se às questões sociais e políticas Lutero envolveu-se direto com os problemas locais, portanto [...] o sentido de nacionalidade alemã é pensado a partir do uso da língua alemã (BAHIA, 2008, p. 23). Destacamos que tradução da Bíblia foi elaborada em uma linguagem que o camponês conseguia

entender foi um marco na cultura popular. Não se tratou de uma mera tradução, mas de uma com a qual as pessoas conseguiram dialogar, interagir.

Essa potência recém-inaugurada, o frescor de uma língua, viva, universal entre as pessoas, é o que aquinhoou essa tradução. A linguagem organiza o pensamento e a sua livre expressão, e foi a partir de Lutero que ao fim, foi se afirmando gradativamente e se constituindo uma identidade nacional alemã em uma sociedade em que cada dia mais o homem terá livre expressão.

Nessa nova vida social, o homem não só terá oportunidade para a expressão máxima dos seus valores, como lhe assistirá permanentemente o dever de se exprimir de sorte a não reprimir valores de ninguém, mas, antes facilitando a máxima expressão de todos eles (TEIXEIRA, 1961, s/p).

E é assim que após avanços e retrocessos, o processo de legitimação da unidade alemã constitui-se dois séculos depois, e então houve o nascimento de um povo, de uma pátria, nação e língua, depositários de ciência erudição, literatura, teatro, música, dança, passando a compor o repertório da burguesia intelectual europeia.

A associação entre o povo, o “espírito” e a língua alemã ofereceu, portanto, um argumento convincente a favor da cultura alemã. Dessa maneira, de um lado buscava-se o sentimento de pertença dos alemães a uma nação por meio de suas raízes históricas, de outro, alastravam-se ideias e posturas humanistas e que se disseminaria como idealização por um Estado nacional contra o conservadorismo instaurado e favorável a burguesia.

Enquanto fenômeno sócio-educacional, a Reforma luterana possui histórica proporção epistemológica e pedagógica no que se refere ao processo ensino/aprendizagem, capaz de intervir no movimento da sociedade. Em um século marcado por inúmeras indagações, controvérsias e vicissitudes, uma das características identitárias propostas pelo reformador é o da escola e/ou educação, agora voltadas para o acesso de todos, nas premissas da individualidade burguesa já anunciada.

Romper com um modelo socio econômico e cultural incidiu sobre o modelo de escola presente e a proposição de outro padrão pedagógico para formar o homem para um mundo em transição.

A pedagogia luterana é a *Segunda* grande tradição de ruptura e de reforma derivada da ação de Martinho Lutero em seu tempo e na história. Se por um lado a ruptura teológica teve relativo sucesso, constituindo uma nova atitude diante do Papado e configurando uma nova relação com os príncipes alemães, a novidade criativa da ação de Lutero, foi posta à prova no passo seguinte: as tarefas e os desafios para construir uma *nova*

*ordem*. Sabermos, segundo os procedimentos interpretativos dominantes nas ciências sociais, que a dimensão de superar, ou até mesmo de *desconstruir* a ordem antiga, é mais pragmaticamente possível de acontecer do que a criação do novo, da nova atitude, a capacidade do convencimento e a geração das condições necessárias para construir a *nova ordem* (NUNES, 2017, p.70).

Suas críticas reformistas incluem explicitamente propostas para uma reforma da educação escolar de sua época, até esse momento, de formação exclusiva de religiosos e de eclesiásticos. A análise, portanto, são as propostas pedagógicas que, no contexto do movimento da Reforma Protestante, monge da ordem de Santo Agostinho, Martinho Lutero, apresenta em defesa da reforma do ensino secundário e da universidade e da criação de escolas de educação elementar que atinjam toda a população.

Ele propõe, em dois de seus principais textos, uma educação escolar cristã que apresente uma nova organização em relação a: currículos, métodos, professores, formas de financiamento e manutenção das escolas. Também reflete sobre a utilidade dessa educação e propõe que ela: atenda a todos; seja criada e mantida pelas autoridades públicas e não mais pela Igreja; seja de frequência obrigatória, para a qual apela aos pais e às autoridades por essa tarefa.

A educação e a escola nascem das condições sociais e políticas de uma determinada formação social. Assim, nessa configuração do novo mundo, e para atuar na nova ordem do capital, nas relações de trabalho e de produção que ali se configuravam, a escola assumia uma identidade central, como protagonista de uma nova ordenação da vida e do mundo do trabalho ou do agir em sociedade, a política. Na emergente ordem burguesa é necessário supor que para produzir e para atuar plenamente na nova sociedade que se organizava, cada homem e cada pessoa deveria manejar os instrumentos necessários para atuar nela, ou seja para poder emancipar-se como um cidadão pleno na sociedade moderna, Para essa nova identidade da cidadania moderna, exigia-se as competências da leitura e da escrita, do equilíbrio ético e da fineza moral, da conduta laboriosa e consciente, características fundamentais para a cidadania e para o trabalho socialmente relevante (NUNES, 2017, p.39).

Tal e qual na sociedade contemporânea, Lutero concebeu a ideia de espaços públicos onde se ministraria o ensino, quanto aos pequenos, entendia que sua escola, deveria ser um ambiente alegre e lúdico, não deveriam aprender apenas as línguas e a História, mas também deveriam aprender a cantar e estudar Música com toda a Matemática. Opunha-se ao ensino baseado na oralidade e no ensino memorístico e defendia a aprendizagem por meio da ludicidade:

Pela graça de Deus, está tudo preparado para que as crianças possam estudar línguas, outras disciplinas e história, com prazer e brincando. As escolas já não são mais o inferno e o purgatório de nosso tempo, quando éramos torturados com declinações e conjugações. Não aprendemos simplesmente nada por causa de tantas palmadas, medo, pavor e sofrimento. (LUTERO, 1524).

Pregou a igualdade essencial entre os homens, mas não se isentou de realizar uma pedagogia empírica que respeitasse as diferenças e ultrapassasse a educação reprodutivista, livresca e elitista existente, e que permitisse a toda criança e jovem a apropriação das riquezas universalmente acumuladas, e por isso sustentava a escola humanista reformada deveria estipular uma educação pragmática e que possibilitasse também a qualificação para as novas condições do trabalho e da produção necessárias para a nova realidade do século XVI. De fato, ao articular a educação ao movimento político e as lutas de classe daquele momento, empregou o a educação como meio para redimir a sociedade da opressão e permitir que os servos se tornassem cidadãos, teve, portanto, um caráter de *hominizar*.

A educação reformada põe em destaque a personalidade autônoma e a individualidade, tanto na intelectualidade quanto social e política. Ressalta o aspecto religioso, mas também o ético e de igual maneira, uma educação que abarcasse a todos. A concepção da pedagogia de Lutero e sua visão peculiar do mundo incluía a educação como parte integral da existência e missão humana, educar para a vida. Foram muitos os impactos da reforma luterana, mas esse estudo vai se ater à cultura e a educação.

Lutero foi cômico quanto aos direitos e deveres. O cidadão tem de ter consciência das suas responsabilidades, daquilo que ocorre ao redor enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição. Somente assim se chega ao objetivo final, coletivo: a justiça em seu sentido mais amplo, ou seja, o bem comum.

## **2.1. A PEDAGOGIA DE LUTERO E SEUS FUNDAMENTOS**

Consideramos que no Brasil, mesmo sendo um país de tradição católica, já deveríamos ter explorado e conhecido um tanto mais a educação luterana reformada, há muito mais tempo. Lutero foi é conhecido e divulgado como Líder da Reforma Religiosa, mas a produção historiográfica é reduzida se considerarmos a relevância das mudanças por ele estruturada na educação. Para Eric HOBSEBAWM (1998) o surgimento de uma nova geração pode se distanciar das paixões dos grandes momentos formativos da história de seus países é

um sinal de esperança para os historiadores. Porém, não se pode esperar a passagem das gerações. Há que se resistir à formação de mitos nacionais, étnicos e outros, no momento em que estão sendo formados.

Isto posta, reflexão que realizamos sobre a educação na obra de Lutero, suas ideias e concepções pedagógicas, configura-se como uma análise histórica e filosófica da pedagogia de Lutero instituída a partir da Reforma Protestante, considerada um movimento revolucionário e de resistência ao modelo medieval que encetou uma sublevação na visão de mundo, de homem secular, individual e político:

Ao contrário do pensamento teocrático da Idade Medieval, o renascimento valorizava as humanidades, entendendo-se por isso os conhecimentos ligados diretamente ao interesse humano, que formam e desenvolvem o homem, que respeitam sua personalidade. Era clara sua reação ao Estado-Igreja medieval. Vislumbrava-se a educação como sinal de protesto, o que contém um germe da educação moderna e leiga. Esse movimento não podia deixar de repercutir no seio da Igreja, que deparou com a Reforma Protestante. Engels Considerou a reforma Protestante como a primeira grande revolução burguesa. Foi iniciada pelo monge agostiniano MARTINHO LUTERO (1483 – 1563), filho de um mineiro. A exaltação renascentista do indivíduo, de seu livre-arbítrio, tornara inevitável a ruptura no seio da Igreja: “para cada cabeça uma sentença”, dizia Lutero (GADOTTI, 2002, p.64).

A perspectiva filosófica e a concepção pedagógica pragmática e funcional Luterana, notoriamente humanista cristã, que figuram nas concepções do teólogo, músico e pedagogo, decorre da necessidade de oferecer uma educação geral e mais abrangente; a inserção da experiência manual, a ludicidade, da música, arte, das disciplinas humanistas, a criação da escola, de um novo currículo e uma nova concepção de prédios escolares desde a infância; a defesa da universalização da alfabetização, a defesa da universalização da alfabetização, da escolarização e da educação de jovens e adultos, a inclusão de mulheres no processo educacional; o aspecto social da educação, a defesa da escola pública, organização de um sistema Escolar, as orientações para organização do processo de ensino, a obrigatoriedade da frequência escolar, Educação popular de acesso - são elementos do projeto político pedagógico da educação de Lutero.

Algumas dessas características não apresentam Martinho Lutero como precursor da criação de uma nova escola cristã, é inevitável o reconhecimento de que, imerso nas transformações ocorridas em seu tempo e aliado à figura de Filipe Melanchthon, contribuiu significativamente para a proposição de uma *nova pedagogia cristã*, e assim também a extensão do direito à Educação, marcada, sobretudo, em sua proposta de criação das escolas elementares,

além da reorganização dos colégios secundários e da universidade, enfatizando a ação do Estado como responsável pela educação escolar.

Os processos pedagógicos, portanto, dizem respeito ao aspecto amplo da educação em que ocorre a intervenção intencional de ensino, ou seja, na qual há um processo de educação há uma prática pedagógica, o que difere, é a qual epistemologia é norteadora de cada prática pedagógica ou ainda, quais modelos pedagógicos fundamentam determinada práxis.

Supondo que se ele propôs uma modelo educação, nela se insere uma pedagogia correspondente, o ideal luterano de “uma escola ao lado de cada Igreja” vai sendo substituído por uma visão mais secular, ampla e coesa, somada à formação de valores.

A fim de esclarecer a que nos referimos visto que mencionamos a pedagogia de Lutero, fundamentamo-nos na premissa de que pedagogia é toda a teoria e a prática da Educação em sociedade, não sendo está somente uma dimensão prática e nem tão somente uma dimensão teórica. A pedagogia é uma ciência que investiga a educação formal e informal, inserida num determinado contexto socioeconômico e cultural, questão que trataremos, ao configurarmos a pedagogia de Lutero.

Qualquer contexto a que um processo de formação esteja inserido, trata-se da Educação e dela deriva-se o ensino aprendizagem, quer seja a educação dos escribas no Egito, o mandarinato da China, a Educação budista da Índia, a catequese medieval ou a educação em Lutero. Nesse sentido a perspectiva fundante dessa investigação não é o ufanismo, ou a defesa apologética, nem de culto à personalidade, mas é o intuito de constituir o estudo do campo histórico e filosófico.

Essa é a razão, que torna fundamental o estudo ora empreendido, visto que ao romper com a tradição elitizada e nobre, dualista e sectária, da educação medieval, ele defende a tese de que a educação e a escola são necessidades humanas fundamentais.

Ao defender seus arbítrios reformadores, suas ideias pedagógicas cristãs acabam por influenciar a elaboração e a composição de uma escola pública e, nesse sentido, a tradução da Bíblia para o alemão, substituindo o latim em todas as escolas, foi sua ação político, pedagógica e cultural, por excelência.

Assim, Lutero abre dois nichos: o primeiro é a defesa de que a educação formal, o aprender a ler e a escrever, seja condição indispensável a todos, ainda que o objetivo fosse que a população pudesse ler a Bíblia, razão inclusive que se deve às acusações do proselitismo de Lutero.

Há que se considerar, no entanto, o contexto e o pretexto histórico de seu tempo e ademais Lutero terá influência de maneira radical numa tradição pedagógica que não fica somente no campo eclesial, mas amplia-se para o campo filosófico e propriamente pedagógico.

Nesse enfoque temos a pretensão de preencher uma lacuna ainda não explorada pelas escolas de tradição luterana, a pedagogia de Lutero, indicativa de uma prática socializante, inserida na vida política (da cidade), comprometida com a transformação da sociedade a ênfase na educação da população.

[...] Quantos de nós ainda cremos que a vida não mudará essencialmente, que a guerra sempre estará entre nós, que o crime e a moléstia sempre flagelarão o homem! Entretanto, quando percebemos que só ontem começamos a progredir, que não conhecemos ainda nem o décimo milionésimo do que poderemos e precisamos conhecer, e que, ainda assim, estamos realmente iniciando uma "nova ordem de coisas", vemos, pelo contrário, que só um sopro de robusto e orgânico otimismo é que nos deve animar, diante da relativa celeridade com que o homem está refazendo a vida, para sua maior tranquilidade, seu maior bem-estar, sua maior dignidade e sua maior felicidade. (TEIXEIRA, 1930, s/p)

Seguindo a esteira do grande protagonista da Reforma, defendemos que apesar da realidade em que se ineria, assumiu numa perspectiva crítica, a liderança do movimento educacional estatal que se iniciou na Alemanha, buscando libertar a educação das determinações forjadas pela Igreja durante séculos.

À parte sua linguagem teológica, atentaremos para a pedagogia subjacente ao movimento reformista luterano e sua luta pelas questões sociais e educacionais de um Lutero entrelaçado com as questões de sua época, indicando às autoridades e às famílias sua responsabilidade em oferecerem uma educação de qualidade, a luta em buscar satisfazer as demandas sociais por uma educação qualificada e pública, e a reivindicação da atenção por parte das autoridades, e a interação entre o social e o educacional, bem como a democratização da escola e da sociedade que constitui a base do reconhecimento de uma pedagogia em Lutero.

Seu posicionamento com relação à educação escolar está explicitado especificamente nos textos *Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas (1524)* e *Uma prédica para que se mandem os filhos à escola (1530)*. Esses dois tratados são proposituras vibrantes à responsabilidade do Estado e da família:

É realmente um pecado e uma vergonha que tenhamos de ser estimulados e incitados ao dever de educar nossas crianças e de considerar seus interesses mais sublimes, ao passo que a própria natureza dever-nos-ia impelir a isso e o exemplo dos brutos nos fornece variada instrução. Não há animal irracional que não

cuide e instrua seu filhote no que este deve saber, exceção feita à avestruz, de quem diz Deus: “Ela (a fêmea avestruz) põe seus ovos na terra e os aquece na areia; e é dura para com seus filhotes, como se não fossem dela”. E de que adiantaria se possuíssemos e realizássemos tudo o mais, e nos tornássemos santos perfeitos, se negligenciássemos aquilo por que essencialmente vivemos, a saber, cuidar dos jovens? Em minha opinião não há nenhuma outra ofensa visível que, aos olhos de Deus, seja um fardo tão pesado para o mundo e mereça castigo tão duro quanto a negligência na educação das crianças (LUTERO *apud* MAYER, 1976, p. 250-251).

Lutero referenda a educação e suas questões conceituais abarcam a reforma do sistema educativo, e defende a estruturação do ensino universal, elementos que são fundamentos para a constituição histórica da pedagogia democrática, incluindo a todos em seus processos sem distinção e discriminação. Há, portanto, uma pedagogia em toda proposta de educação que consiga definir algumas fundamentações para a prática axiológica e educativa.

Há uma peculiar pedagogia em Lutero, embora esse não tenha escrito um tratado, uma teoria abordando uma concepção de mundo, de educação, mas pelo caráter estratégico e proeminente de Lutero no seu tempo, no sentido da educação, e da sociedade que pensava, ele preocupou-se de maneira fundamental com um sistema público de educação, e com o modelo de homem e de cidadão que se queria formar. Beillerot (1985) escreve que a pedagogia e, sobretudo, a ação pedagógica é, por um lado, imposição, nesse aspecto, teoriza,

[...] de um sentido cultural arbitrário e, por outro lado, uma prática, ou seja, um conjunto de comportamentos e ações conscientes e voluntárias de transmissão de saberes [...], por explicações que apelam à razão de uma ou mais pessoas, com a finalidade de (a) modificar os comportamentos, os afetos, as representações dos ensinados [...]; (b) fazer e adquirir métodos e regras fixas que permitam fazer em face de situações conhecidas que se reproduzem com regularidade; (c) fazer agir. (BEILLEROT *apud* LIBÂNEO, 2001, p.8).

E em seus diversos textos, alguns de natureza eclesial, sermões, outros escritos, cartas que ele escrevia aos príncipes e aos condados alemães ele destaca uma substancial preocupação com a educação e apesar do caráter fragmentário de sua intervenção ele defende veementemente um tipo de educação e um direito a educação escolar que é patente em sua obra, em seus trabalhos:

[...] não há ideais educativos válidos para todo tempo, senão que cada um tem os seus próprios. Estes ideais de educação dependem essencialmente da visão de mundo e de vida de cada época, e estão constituídas por uma multiplicidade de fatores:

políticos, filosóficos, religiosos, sociais e etc., os quais se relacionam constantemente (LUZURIAGA, 1959, p. 9).

Parte-se então do pressuposto de que a há uma pedagogia Luterana que emergiu sobre situações práticas que transcendem ao seu tempo porque provocaria outra atitude, outra leitura. E, importa reconhecer que no Brasil há raros estudos sobre a respectiva pedagogia das Igrejas de confissão Evangélicas Luteranas, ainda que diversas e plurais entre si, não tem uma produção sobre essa dimensão, a chamada dimensão da Educação.

A pedagogia luterana dessacralizou poderes humanos e naturais liberando o homem do temor da natureza ensinando que os elementos da natureza não tinham deidade e que os fenômenos naturais não se constituíam poderes místicos que neles habitavam. Também o conhecimento foi dessacralizado, despojado de seu poder determinista, o homem pode iniciar-se a conhecer e educar-se, pensar filosoficamente e posteriormente a produzir a ciência.

A educação reformada que se acentua pela personalidade soberana de si e pela pessoa livre, quer na razão, quer na teologia valorizava o aspecto ético e humanista, assim como de uma a escola que atendesse a todos. Estavam definitivamente quebrados o hermetismo e o elitismo medieval católico, Lutero inaugura essa nova página na Educação e a partir desse evento e de defesas pontuais, a pedagogia moderna começa a tomar corpo histórico, derivadas de Lutero.

Esse fundamento permite afirmar que a pedagogia luterana não se reduz a Lutero, ela começa com ele e se estende por três, quatro séculos. Como sugere Walter Altmann (1994), Lutero, em geral aceitou “os princípios pedagógicos da escola humanista”, certamente pela influência do humanista e do amigo e companheiro Felipe Melanchthon.

A aparente dificuldade de que num país de tradição católica se estuda muito pouco a tradição luterana, quer no aspecto religioso e muito mais na sua tradição pedagógica, decorre que não há fontes referenciais abundantes, constituindo-se fonte principal a história da pedagogia da educação, ainda assim, são pesquisas em manuais que omitem a obra luterana ou a restringem de maneira simplista. O que se pretende nesse estudo é a ampliação desse parágrafo evidenciando o que significou a pedagogia Luterana e nessa perspectiva, demonstrar que Lutero quebrou, de um lado, a tradição religiosa, teológica, clerical medieval e igualmente superou a compreensão, a definição de educação e de escola nos moldes do clero medieval, então única naquele momento: “[...] o modelo de cultura que o movimento reformador tem em mira para organizar as próprias escolas é o humanístico, baseado na prioridade das línguas e na centralidade da educação gramatical” (CAMBI, 1999, p. 248).

Ao romper com uma tradição milenar Lutero abre espaço para se reconhecer o que se tem hoje como Pedagogia Moderna e, embora inserido nos limites de seu tempo, ao socializar a leitura da Bíblia, ao criar “escolas dominicais” de ler e escrever, ao preocuparem-se com a formação escolar as crianças e dos adultos e ao escrever aos príncipes alemães defendendo que a riqueza de uma cidade não está na questão material, mas está na qualidade cultural na formação dos cidadãos, Lutero vincula ao chamado capital escolar ao capital humano da época. Isso configura os bastidores de uma nova Pedagogia.

Investir na formação das crianças traduzia-se em manter os condados e as cidades prósperos e ele escreve isso em diversas de duas cartas, ou seja, investir em escolarização significava formar filhos de Deus, formar pessoas de bem e, indubitavelmente Lutero interessasse pela infância. Não havia até Lutero uma escola secular fundamental e infantil em termos de compreensão atual, portanto, as escolas que acolhem crianças fora do circuito de formação do clero e mantidas pelo estado, são luteranas. Primeiro educador da Modernidade a defender a educação infantil e o equivalente à educação fundamental para ambos os sexos, e não apenas para a nobreza.

A ideia de que todas as pessoas precisam aprender a ler e escrever, independente de classe e de gênero, como valor positivo para a sociedade é luterana. Ao questionar a função da escola, seus métodos de ensino e conteúdo, afirmando que negar o acesso à instrução seria negar-lhes as condições de prover a subsistência, encobrir a pobreza constituiria a forma mais grotesca de cisão entre os jovens e futuro, Lutero inaugura uma nova atitude. Em seu ponto de vista, o que se evidencia é uma grave crise na educação. Lutero é inovador na questão educação, pois esta deveria atender o desenvolvimento do ser consciente, inserido na história, sem discriminação social ou de gênero. Era na ampliação dos horizontes sociais e políticos que ele concebia a educação.

Uma questão importante é que há muitos e bons trabalhos que tratam da Reforma Protestante de um ponto de vista religioso, porém, na História da Educação e na Filosofia da Educação tradicionalmente destaca-se o caráter religioso do movimento e superficialmente sobre a Educação em Lutero.

Esse estudo abordou especificamente a dimensão da Educação, o que implicou em apresentar as bases da intervenção da pedagogia de Lutero e, a partir de nossa reflexão sobre qual papel teve a educação sobre o indivíduo, quais os pressupostos e vertentes que a fundamentaram e como se desenvolve essa teoria e prática, posto que estejam tratando de processo de ensino, consideramos estar tratando da Pedagogia.

Levando em conta o atual mundo moderno com pleno desenvolvimento tecnológico e científico, desigual, sectário, segregado, hostil, intolerante e preconceituoso, em conformidade com as características do capitalismo hegemônico, também a proposta luterana se alinha ao que contesta o pensamento e os poderes hegemônicos do consumismo e defende uma proposta humanista e emancipatória de Educação.

Dentre as muitas contradições, podemos reconhecer que Lutero, em seu tempo, pretendia uma nova pedagogia como um novo *ethos* de liberdade e cidadania, na qual houvesse igualdade em que homens e mulheres construíssem a hegemonia da população, com poder de decisão e de “livre consciência”<sup>14</sup>, o que se daria partir do conhecimento, também das outras áreas de seu agir em concomitância com a dimensão teológica.

Nessa proposta, defendia a obrigatoriedade da escolarização das crianças e a exigência de que cada família por ela se responsabilizasse, como condição para o engajamento político e social, não dispensando o Estado e os pais pelo cumprimento do dever; o primeiro com relação à construção e manutenção de escolas obrigatórias e o segundo ente envolvido, pela obrigação de enviar seus filhos a uma unidade escolar.

Advogava que o oposto seria nefasto ao desenvolvimento da nação. Aqui está o germe da educação pública, na qual o trabalho pedagógico não deveria restringir-se aos limites de formação para clero, mas promover uma formação educacional abrangente que preparasse o sujeito para a vida secular e a construção de uma nação forte e livre. Dessa maneira, a universalização do conhecimento como direito inalienável do povo o capacitaria para a o exercício da política, da cidadania e da liberdade religiosa e econômica.

Lutero foi excepcionalmente dinâmico. Em período atual, pode se dizer, que foi um revolucionário. Tal defesa produziria implicações sociais e levaria ao questionamento dos padrões instituídos, de classe e de gênero.

Em primeiro lugar, Lutero lutou bravamente na direção de romper a concepção de educação como *privilégio* ou como competência de algumas classes, restritas unicamente a um determinado gênero, o masculino, ou exclusiva de algumas instituições feudais, a nobreza e o clero (NUNES, 2017, p. 73-74).

Lutero concebeu a educação básica como pilar para sustentar a nova sociedade que se erigia e reivindicou das autoridades a criação de um sistema educativo, uma escola universal para todos, em especial para os filhos e filhas dos camponeses, camada social mais frágil da

---

<sup>14</sup> A religião era a base da sociedade. Lutero, porém, reivindica a liberdade de consciência e afirmava não se submeter a autoridade do papa e dos concílios, em virtude que os mesmos se contradiziam mutuamente.

estrutura feudal. As profundas transformações econômicas, políticas-sociais e religiosas, a partir da Reforma Protestante provocaram mudanças educacionais.

A escola, no sentido apontado pelo reformista, seria uma das instituições capazes de uma formação de caráter cultural e secular e, portanto, de melhores condições de igualdade social. E a condição primeira do processo formativo, seria a formação intelectual de modo a subsidiar a leitura, requisito para desenvolvimento da consciência pessoal e da sociedade.

Nesta senda a *práxis* foi o elemento, na área da Filosofia do Conhecimento ou Epistemologia, que fundamentou a pedagogia luterana e relações socio políticas e religiosas existentes, e o indicativo de validação do conhecimento é o encadeamento a preparação do sujeito para trabalho, ou seja, a capacidade humana de transformar bens naturais e bens culturais.

Acreditava que o êxito da vida pessoal e coletiva requeria uma sólida base educacional, e sua intervenção didática e pedagógica se deu por meio dos Catecismos Menor e Maior que visavam atender a vulnerabilidade da formação dos que estavam a frente dos coletivos religiosos Luteranos; denunciar a negligencia e se tinha com o engajamento eclesiástico e combater a imoralidade na vida pessoal e familiar da sociedade, de forma que tivessem melhor qualidade nas relações socio afetivas e no exercício do ofício.

O conceito cristão protestante de Lutero sobre educação não se circunscreve exclusivamente ao aspecto cultural, científico e tecnológico, mas estrutura-se no modo singular de perceber o mundo, amiúde considerando as relações humanas, buscando entender questões filosóficas e antropológicas tais como a presença no mundo, a subsistência, a perspectiva de mundo, a finitude bem como questões axiológicas, ideologias e normativas, a ética e a moral.

Nessa perspectiva, os catecismos consubstanciavam-se em uma súpula para a vida em todas as suas dimensões, material, espiritual e social, retomando a Lei Mosaica em seu papel de delinear a moralidade dos indivíduos, a partir de sua concretude existencial.

Não se tratava unicamente da instrução que se fazia cotidianamente às camadas populares reservando-lhes o acesso à leitura individual das Sagradas Escrituras, mas também da universalização do ensino para a difusão do conhecimento. Ocorre que a efetivação da escola pública mantida pelos governos dependia da correlação de forças, disposições e condições impostas pelas circunstâncias e pela dinamicidade e antagonismos dos sujeitos históricos.

[...] Diríamos da Educação da Reforma que essa supunha a leitura da bíblia, e, por tanto, a necessidade de ensinar todos a ler; daí o seu interesse pelo ensino popular. Por outro lado, a Reforma afirma a supremacia da autoridade secular sobre a eclesiástica, e, por isso, submete àquela Educação. A Reforma igualmente organiza a educação

pública não apenas no grau médio, ampliando a ação dos colégios humanistas da Renascença, mas também e pela primeira vez, com a escola primária pública. Finalmente, tem Reforma caracteres a em cada país, acentuando o caráter nacional de Educação, e daí surgem vários sistemas nacionais de Educação, ante a universalidade e a homogeneidade da Educação medieval. Cabe mencionar aqui fato decisivo da educação: o emprego dos idiomas vernáculos nacionais, em vez do exclusivo latim, como ocorria no ensino anterior (LUZURIAGA, 1980, p.109).

Nessa concepção, a Educação como bem universal, era o projeto paralelo e complementar, no qual os conteúdos, métodos e a própria organização escolar, contribuísse para formar trabalhadores, foi fundamental para se inculcar na camada de trabalhadores existentes, uma instrução centrada em sua aplicabilidade para a vida. Portanto, não se viabilizou um ensino que viesse realmente atender aos interesses populares para a participação dos bens culturais e do saber sistematizado nos níveis superiores.

Não obstante, tudo isso significou dispor de um sistema educacional, tendo como propósito a viabilidade de uma escola pública pragmática e convocou-se o povo à escola, para receber instrução, a partir demandada existente, com os valores da velha sociedade em gradativa superação.

Despontava a sociedade moderna, com dimensões geográficas, políticas, econômicas, intelectuais e religiosas afigurando-se uma nova concepção de mundo, de homem e de trabalho, a escola seria um espaço organizativo, em sua função social, e um espaço de ensino e aprendizagem em sua função pedagógica, de modo que possibilitasse, a classe popular, para que fosse paulatinamente metodizando a sua própria experiência. Podemos então, sustentar que essa nova característica de universalização do ensino, visou atender as demandas que imergiram das transformações econômicas e sociais, que exigiam trabalhadores aparelhados ao conhecimento.

Nessa perspectiva, o sistema escolar de ensino, como um agrupamento de elementos interligados, organizou-se em ensino elementar com a função de escolarização da infância, e que pedagogicamente fundamentou-se nas matérias tradicionais: leitura, escrita e cálculo, e o estudo utilizava-se da língua Vernácula, ou seja, uso correto do alemão, antes do latim.

A proposta pedagógica de graus de ensino, na Alemanha e nos múltiplos condados, para todas as “crianças, ricas ou pobres”, “camponesas ou nobres”, manteve o espírito humanístico da época anterior (Séculos XIV, XV), mas diferindo-se enquanto humanismo cristão.

A concepção pedagógica luterana concebia a educação em três fases:

1. A fase inicial ou a primeira fase consistia ensino elementar da língua alemã, considerando a preparação obrigatória da leitura, era composta de exercícios práticos para o aprendizado e limitava-se em aprender a reter o básico do texto (LUTERO, 1993a, p. 364).

Entendemos esse método como da atividade de leitura oral e repetição, importando aqui a memorização do texto bíblico. A *escola primária*, de cunho religioso, destinava-se para o povo, localizando-se nas aldeias e pequenos povoados.

A ênfase de Lutero na memorização considera, portanto, a fixação mental na aprendizagem, notadamente a intencionalidade era que a Bíblia fosse incorporada pelos sujeitos, amalgamada à memória permanente a fim de que cada pessoa pudesse plasmar novas atitudes, novas formas de perceber-se e perceber o outro e que isso se mesclasse com cada cidadão e cidadã, proporcionando-lhe uma melhor condição de vida. A organização do processo de Ensino deveria prescindir de carga excessiva, ou seja, para além da carga normal ao processo de aprendizagem, finalidade era de que os alunos retivessem na memória o essencial. (LUTERO, 1993).

Podemos aqui, estabelecer um paralelo com o aprendizado do Alfabeto, uma vez recebida a informação, ou seja, o primeiro contato com o abecedário; passamos para etapa de repetição por meio de atividades diversificadas ou fixação, a etapa em que colocamos a informação em nossa memória e, por fim a recuperação ou estágio em que a informação é armazenada, retida na memória, dessa maneira, uma vez aprendido, a assimilação torna a informação acessível.

2. A segunda fase no processo ensino-aprendizagem correspondia à interpretação do sentido e a compreensão do texto que foi armazenado. Os procedimentos didáticos deveriam ser encaminhados com serenidade, equilíbrio, persistência e labuta (LUTERO, 1993). Ou seja, não se tratava de conhecer por conhecer, mas em compreender princípios cruciais para além da aprendizagem espontânea ou natural, próprias de interseções sociais permanentes ou casuais.

Nas *escolas secundárias*, o ensino manteve o caráter humanista, guardadas as proporções da Reforma, e focou-se ao aprendizado das línguas antigas, recomendando o estudo das ciências, das artes liberais e da história com ênfase ao ensino de história, visto que por meio dela poderiam conhecer a sabedoria de todo o mundo; valoriza o ensino de Geografia, a Matemática e Música, e era franqueado à burguesia, preparando-os para cargos eclesiásticos e para as profissões liberais.

3. O *ensino superior*, nos estados alemães, durante o século XVI e posterior, a universidade já em parte existentes, foi reestruturado pelo progresso da religião e assemelhava-se ao desenvolvimento da teologia protestante, mantendo-se na atualidade, conquanto com princípios reformados e métodos presumidamente diferentes.

A Universidade de Wittenberg no período entre de 1517 a 1520 ganhou destaque, acabando por atrair um número crescente de novos alunos, em uma época em que o líder da Reforma preconizava que os grandes males se originam na ignorância.

Na contemporaneidade, podemos ponderar o caráter educativo e crítico do processo de ensino, compreendendo-se que as relações e os processos de ensino-aprendizagem são parte do encadeamento de procedimentos didáticos, considerando-se ainda o trabalho docente, a organização da aula, a utilização de elementos didáticos como os objetivos e os conteúdos, métodos e técnicas de ensino e avaliação, aplicadas no processo de ensino.

É aquela que tem por finalidade específica aprender determinados conhecimentos, habilidades e normas de convivência social. Este tipo de aprendizagem é transmitido pela escola, que é uma organização intencional, planejada e sistemática, as finalidades e condições da aprendizagem escolar é tarefa específica do ensino (LIBÂNEO, 1999, p. 82).

Na percepção de Lutero não bastavam explicações, ainda que verossímeis, da realidade, seria necessário a aplicação; a teoria deveria estar incluída na vida prática, havia que se propor atividade prática para cada teoria, ou seja, o modelo de pedagogia da vida ativa de Lutero intencionava a preparação para vida: teoria e prática da música, se toca ou se canta, a prática da dança, a dança para se dançar, as práticas artesanais e a preparação para o mundo do trabalho, por meio de experiências aborais nas escolas e oficinas.

Com relação à disciplina, a pedagogia de Lutero, como já anunciamos, opunha-se à velha disciplina escolar baseada em punições físicas e pressões psicológicas que causavam sofrimento aos alunos. Questionou inclusive a disciplina rígida ministrada pelos pais ao educarem seus filhos, justificando que o castigo físico, não levaria ao respeito.

A organização das etapas ou graus de ensino se dava por meio da seriação e o currículo da escola luterana era de cultura geral e de formação na concepção cristã, e, primavam pelo ensino das línguas vernáculas, neste caso em particular a grande ênfase dada à arte enquanto função formativa: educação física, dança, música e canto.

Estava inserida na grade curricular, a formação para o trabalho constando como componente curricular, Trabalho Manual Produtivo e Artes Técnicas (atividades práticas para o ofício), distribuído nas séries, objetivando-se um melhor preparo à população contra a penúria

em que viviam as famílias da classe popular. A educação humanista da Reforma Luterana contrasta com o conservadorismo exagerado a Igreja Católica, e mesmo considerando as contradições próprias da história, configura-se como um pensamento progressista.

Com base nas leituras realizadas e no até aqui exposto, logramos elaborar um esboço das disciplinas que compunham o currículo de ensino proposto por Lutero:

<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>ENSINO MÉDIO</b>	<b>ENSINO SUPERIOR</b>
Estudo da Bíblia	Estudo da Bíblia	Obras dos santos padres da Igreja
Estudo da Língua Alemã: leitura, escrita e cálculo	Estudo de Línguas: Hebraico, grego, latim e Alemão	Lógica Hebraico, grego, latim e Alemão
Leitura	Leitura e Gramática	Literatura, gramática, retórica
História	História	História
Aritmética	Matemática	Matemática, Geometria, Astronomia
Música, Canto	Música, canto e teatro	Música
Jogos e brincadeiras	Exercícios físicos, dança	Exercícios físicos
Trabalho Manual Produtivo	Artes Técnicas	Teologia Jurisprudência e Medicina

Por conseguinte, na medida da aquisição do conhecimento, o homem aprimorou seu trabalho e suas condições de existência, sua consciência pessoal, moral, intelectual, racional e material, diferenciando-se de outros animais. O empenho em romper com a visão biológica, em autoconhecer-se, exige uma elaboração científica que possibilite uma reflexão política, social e filosófica. Igualmente, a busca de superação do sistema teocrático e ditatorial profusamente difundido, de maneira inteligível e pertinente, possibilitou aos indivíduos o julgar por si mesmos, contribuindo, assim, para a formação de homens livres.

A liberdade para interpretação da Bíblia não só foi um dos pilares reformistas, mas o princípio basilar era pedagógico e educacional luterano. Ou conforme Cambi (1999), Manacorda (1989), as contradições políticas religiosas deram início a reforma protestante na Alemanha e estas mesmas protestações sociais iniciaram a reforma do sistema de ensino e

deram validade à escolarização popular, com a universalidade da alfabetização e do ensino de línguas.

Ou seja, os reformadores salvaguardavam o acesso de todos a esse conhecimento e foram propugnadores do desenvolvimento de uma classe de homens seculares cultos, dando origem ao conceito de utilidade social da educação. A proposição da respectiva *revolução da educação* foi elaborada por Martinho Lutero com um projeto inovador, com sua meta em modificar o currículo escolar cristão, o método e os professores. Seus objetivos foram ao encontro dos anseios da classe economicamente emergente de comerciantes, para quem a educação representava uma possibilidade de ascendência social.

Outra grande influência educativa da reforma foi o estabelecimento de sistemas escolares baseados na ideia de educação comum a todos. O completo desenvolvimento de tais sistemas de escolas públicas do Estado aguardou a evolução da ideia política de que o bem-estar do Estado depende da educação individual do cidadão. Mas a origem encontra-se na doutrina da reforma de que o bem-estar eterno de cada indivíduo depende da aplicação da sua própria razão à revelação contida nas Escrituras. Consequentemente a capacidade de ler as Escrituras, a vantagem de lê-las no original e a necessidade do treino das faculdades do raciocínio, apresentaram novas tarefas à escola e exigiram uma educação universal e mesmo obrigatória das crianças de todas as classes e de ambos os sexos. [...] A ideia moderna de educação elementar, é sem dúvida um resultado dos princípios contidos na Reforma (MONROE, 1984, p.176-177).

A obra de Lutero é relevante para a história, a cultura e a educação, e também representou uma resposta às necessidades alavancadas por circunstâncias históricas, tais como o fato de que os príncipes, vislumbraram na Filosofia política de Lutero, a contingência de se estabelecer politicamente contra o poder do papado, inclusive contestando o poderio da Igreja sobre riquezas que se encontravam em seus territórios.

Na medida em que os cidadãos e as escolas distanciaram-se do domínio clerical, os conflitos locais e comunitários de camponeses começaram a se manifestar concretamente concretizando-se a *luta de classes*, e um esboço de cidadania ocidental cristã, a cidadania não se separa da política, cultura e formação intelectual, suporte para o processo educativo, visto que apenas a educação assegura a liberdade.

[...] Pode-se dizer que com o protestantismo afirma-se em pedagogia, o princípio do direito-dever de todo cidadão em relação ao estudo, pelo menos no seu grau elementar, e o princípio da obrigação e da gratuidade da instrução, lançando-se as bases para a afirmação de um conceito autônomo e responsável de formação, não estando mais o indivíduo

condicionado por uma relação mediata de qualquer autoridade com a verdade e com Deus. (CAMBI, 1999, p. 248).

Ao se tratar do caráter público dos diferentes níveis de escolarização do modelo de educação proposto a partir da Reforma Religiosa, adentra-se em questões referentes às origens do direito à Educação, de acordo com as linhas educativas acima referidas. Usualmente os manuais de História da Educação denotam a origem da educação como um direito social a datar do processo da Revolução Francesa (século XVIII), entretanto, a investigação, baseada no particular paradigma da educação proposto por Lutero, no qual o financiamento, a organização e a manutenção das escolas deveriam ser de responsabilidade pública.

[...] as autoridades civis, sobretudo as da Saxônia, efetua-se uma reorganização das escolas municipais, e sucessivamente chega-se a fundar algumas escolas secundárias financiadas e controladas pelo Estado. Nasce assim os ginásios que são o primeiro e mais duradouro núcleo da escola nacional alemã. (CAMBI, 1999, p. 250).

Deste modo, ao relançar as estruturas da sociedade alemã à época e ao propugnar pela primeira vez na história o Estado como o responsável pela educação escolar, tornando-se a atribuição e dever das autoridades municipais em manter as instituições escolares, além de criá-las:

[...] resulta em essencial para todo o cristão, a posse dos elementos elementares da cultura (em particular a capacidade de leitura) e, de maneira geral, para as comunidades religiosas a de difundir essa posse em nível popular, por meio de instituições escolares públicas mantidas às expensas dos municípios (CAMBI, 1999, p. 248).

Conforme explica Cambi (1999) parte do princípio estabelecido por Lutero de que cristãos deveriam ser educados religiosamente e, para isso, a necessidade imperativa da alfabetização/letramento para a leitura da Bíblia. Estabeleceu-se o princípio significativo para Lutero de preparação de futuros e bons resultados a toda à sociedade: “[...] a formação de cidadãos cultos e respeitadores da lei favorece a paz social e uma grande economia de dinheiro” (CAMBI, 1999, p. 249). Dessa forma, ao longo desse capítulo que ora se finda, buscamos apresentar as ideias, os movimentos, os impulsos e as razões do possível reconhecimento de uma fecunda e original intervenção política e educacional efetivada a partir de Martinho Lutero e de seus seguidores.

Nessa trilha defendemos que tais intervenções envolvem uma nova concepção de Educação e da função social da Escola. A conseqüente conclusão a que chegamos, da qual nos

ocuparemos no capítulo seguinte, consiste em buscar identificar os traços dessa Pedagogia nas escolas luteranas da tradição histórica e educacional do Brasil.

### CAPÍTULO III - A PAIDÉIA CRISTÃ E A PEDAGOGIA DE LUTERO

Neste capítulo apresentaremos o conceito de Pedagogia e de Paidéia, remontando aos ideais da concepção grega de educação no contexto da sociedade antiga, que visava atender às demandas da *polis*, espaço no qual se daria a formação no sentido da constituição do homem virtuoso, de modo a alcançar a Pedagogia de Lutero, defendendo essa formação histórica como uma destacada dimensão da Paideia Cristã.

Inicialmente, importa dizer que à vista dessa reflexão no campo da educação, cuidamos para dialogar prioritariamente na dimensão da Filosofia, procurando compreender o sentido da paidéia grega, entendendo que há um apelo emergente em nosso tempo, no sentido de que a escola seja um espaço em que crianças, jovens e adultos desenvolvam a capacidade de ser, de humanizar-se de *hominizar-se* e de reunir condições de tornar-se cidadão, expressar-se por meio da linguagem, da música, da dança, das artes e, enfim, reinventar o seu mundo por meio da atividade reflexiva, como recursos da política, e não desacompanhados de passos alternativos para a formação da cidadania.

O papel histórico da escola tem sido de sua função precípua de ensino, apesar das tantas demandas sociais deste século para a educação escolar e, considerando-se a provisoriedade de cada época, histórica e social, gostaríamos de pensar um pouco sobre a pedagogia de um modo genérico, de retomar o ideal da *Paidéia* e o desafio da uma educação para todos, intencionalmente humanizadora.

[...] Lança-nos ainda um apelo para nosso próprio tempo, na assimilação ativa e crítica de um dos mais privilegiados ramos do saber humano, em função do compromisso histórico que a sociedade atual nos lança. E para além destas realidades e de outros tantos questionamentos o pensamento continua em busca de conhecer o homem, o mundo e o tempo que constantemente flui. Esta realidade dinâmica, processual e ativa só pode receber um discurso histórico provisório, e sempre comprometido. (NUNES, 1997, p.9)

Ao abordarmos a educação como *Paidéia* no sentido terminológico, enquanto referência histórica e conceitual da cultura grega, interrogando de maneira radical as

contradições relativas à produção do conhecimento e da cultura, consideramos que se possibilita a verificação relacionada a problemática da vida coletiva e da formação.

Etimologicamente a palavra pedagogia tem origem na Grécia antiga, *paidós* (criança) e *agogé*, ou *gogós*, *gogia* (condução). O termo *pedagogo*, axiomáticamente, surgiu na Grécia Clássica, cujo significado seria *aquele que conduz, guia*; ou seja, tratava-se do escravo inútil para o trabalho que conduzia os meninos até o *paedagogium* (local de ensino). A pedagogia grega visava a formação do cidadão da *polis*, a educação e a pedagogia enfatizava a política social. A princípio, a palavra *Paideia*, de *paidos* - criança) significava simplesmente "criação dos meninos", mas, como mostraremos, este significado inicial da palavra mais tarde adquiriu um sentido amplo, bem mais geral, dando à educação a conotação que efetivaria em cada indivíduo a plena formação humana.

Não há em qualquer outra língua uma palavra que tenha equivalência com a *paidéia* e que absorva completamente o seu sentido, tendo o potencial, entretanto, em sua amplitude, de associar-se a vocábulos tais como, *educação, pedagogia, cultura, literatura, tradição*. Trata-se, portanto, de um determinado ideal de cultura, tomada aqui como preceito e como horizonte formativo ou como aprestamento de virtudes para um arquétipo de homem perfeito. *Paidéia* vem do grego, sua razão, significado e representação, ou seja, seu sentido, não é passível de compreensão se não do ponto de vista histórico e cultural da Grécia Antiga. Mas também é sabido que os conceitos são passíveis de acréscimos ou de supressões, de acordo com os sujeitos que a contextualizam histórica e culturalmente, e dessa maneira somos nós quem lhes atribuímos o sentido pleno. Enfim, é na realidade que se vão significando as concepções e os juízos, validando ou não, sua veracidade em cada época.

De modo que essa disposição para o exercício de reflexão nos remete à Grécia Antiga, pois não é possível compreender a gênese do conhecimento se não a partir da Filosofia e da própria historicidade, uma vez que a realidade é histórica.

É nos Séculos VII e VI a.C., nas Colônias de Jônia e Magna Grécia que inicia-se o processo de separação entre a Filosofia e o pensamento mítico. Os gregos ocupam-se com questões cosmológicas sobre os elementos constitutivos das coisas em contraposição à explicação mítica de verdade sobre a realidade, baseada na tradição oral. É a passagem do pensamento mítico para o racional e filosófico, a busca da compreensão da *physis*, do mundo (*cosmos*) e do ser como algo passível de ser apreendido pelo logó humano (razão, discurso, palavra).

A partir do esforço para conhecer a verdade, as causas e os princípios (arqué) de toda realidade, o homem através da *philos* (que ama) *shopia* (sabedoria) começa a tomar o seu destino em suas mãos e gradativamente libertar-se dos *mytos*. O mundo grego torna-se antropocêntrico e a formação do homem adquiriu plena harmonia e domínio de si, aliado à sabedoria. A Filosofia ocupa-se do problema do conhecimento, e o pensamento associado ao método que sistematiza esse pensamento torna-se a fonte de toda a investigação no processo de conhecer.

Para os antigos gregos o conhecimento tinha diferentes dimensões, por exemplo, *episteme* diz respeito ao saber que chamamos de conhecimento científico que incluía leis e causas. O *lógos*, a razão que chegou aos nossos dias pela linguagem erudita como *logia* significando palavra, estudo, conhecimento, tratamento. E advém o conceito de *Paidéia*, trata-se de um conhecimento difuso não havendo um consenso, com relação à expressão, ao contrário, com o avançamento da história estabeleceu-se uma diversidade de significados divergentes entre si, contudo era genericamente aceita como *Paideia* (de *paidos*, criança) significava simplesmente "criação de meninos". Hoje aceita-se melhor a ideia de que *Paidéia* significa educação da vida inteira, educação integral.

O seu desígnio era limitado a um período de aquisição de conhecimentos, quer dizer a instrução, a princípio em música e ginástica, que continham elementos tais como da história, arte de persuasão, dança, religião e música propriamente dita. Tinha entre seus objetivos mais centrais a transmissão das condutas e dos procedimentos coletivos, da geração anterior a geração posterior, e assim sucessivamente, objetivando o cuidado necessário a preservação da maneira de agir do coletivo social, mais precisamente o padrão ético e guerreiro dos heróis, expressando não somente a ideia de habilidade ou destreza, mas de arte, de beleza, e de perfeição.

Independente dos diversos enfoques que se privilegiaram em cada momento histórico, conservando a centralidade da Filosofia, com relação a *paidéia* de Platão, não há como negar a intrínseca ideia de ensino e de aprendizagem, agregado ao significado de plena formação do bom e do belo. E a definição da *Paidéia* socrática como “modelo” implica também certa relação com o indubitável ímpeto humano de seguir exemplos a serem imitados.

Foram sobre estes dois pilares conceituais da Grécia Antiga, a apresentação de um modelo a ser seguido (paradigma) e o de imitação e representação (*mimesis*), portanto, modelo e imitação, que se assenta a *Paideia* grega.

Consonante a Platão e a Aristóteles, a *mimesis* é a representação da natureza. Contudo, de acordo com Platão toda a criação era uma imitação, até mesmo o cosmos era uma imitação do mundo das ideias (natureza verdadeira) e assim da mesma forma, a representação artística do mundo físico seria uma imitação. Já Aristóteles valoriza a arte como representação do mundo, ou seja, sendo a “imitação de uma ação” que, no caso das artes cênicas, teria o efeito catártico.

Em suma, em ambos, a *Paidéia* referenciava-se no paradigma da aceitação do arquétipo dos ancestrais e na medida em que um jovem se desenvolve, acata e imita o referencial de vida de seus pais e de seus heróis, geralmente os melhores atletas e guerreiros, num processo de irradiação de cultura tão antigo quanto o gênero humano.

Destacadamente o sentido de formação e de cultura, a partir do critério da *Paideia grega*, enquanto formação e como fator de humanização, constitui-se na preparação do homem virtuoso, nutrindo a justiça como a razão. A educação e a *Paidéia* autêntica desenvolveriam no jovem a aspiração e o anseio de tornar-se cidadão perfeito, capaz de exercer os seus direitos e seus deveres, e a *aretê* (virtudes), de maneira a ter e a uma vida prazerosa, notadamente a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça, no convívio na *polis*.

Em outro aspecto, a *Paidéia* dos sofistas era prioritariamente voltada para os metecos, pode-se dizer os primeiros pedagogos remunerados da humanidade e estes organizavam o corpo de conhecimento e de tradições coletivas, idealizando a *aretê* como competência técnica, o que condiz atualmente no contexto capitalista, na lógica de mercado, considerando a educação na concepção utilitarista da educação, que destina-se a atender às demandas do mercado de trabalho.

Então, a história da *Paidéia* equivale a transmutação dos valores gregos, homóloga ao processo histórico, social e educativo, mediante a gênese de seu ideal de gênero humano. Os gregos pretendiam definir o modelo, a ideia de homem, ou seja, aspiravam à forma humana ideal, quer fossem filósofos, legisladores, poetas, educadores e artistas; o processo de formação emergia do conceito de *Arete* (excelência, virtude), a justiça como a primazia das virtudes, a nobreza de sentimentos de apreço ao direito e ao amor pela justiça como referência do que todo homem deveria ser.

Os gregos inauguraram a reflexão sobre educação e sobre sua finalidade social e política. Cunharam a polissêmica e rica expressão a *Paidéia grega*. A definição de um ideal de virtude, denominada *aretê*, a ser buscada pelas práticas educativas e a ser reforçada pelo reconhecimento social, sustentava o entendimento do que se considerava a *Paidéia* e a pedagogia gregas. Esse ideal de vida e de educação não era concebido como uma atitude estática, mas sim como um ideal que se apresentava

como se estivesse em mudança e adaptação e adaptação, dependendo sempre da forma com que a sociedade encaminhasse igualmente seus processos materiais, econômicos ou políticos. (NUNES, 2018, p.32)

Nesse ideal dinâmico de cultura a educação refletia os anseios e os valores desta sociedade, tendo sido possível o progressivo acolhimento de transformações que agregaram valor na cultura e no saber da Grécia Antiga, em consonância ao heroísmo, à perícia, à habilidade e à força e de um ideal até então desconhecido, ou seja, um ideal político e educacional.

Desde a constituição das cidades-estado, aspecto comum às polis gregas era a transmissão da cultura como prerrogativa e não somente das escolas ou das famílias, conquanto as polis eram educativas, educando nas inúmeras atividades coletivas, nas reuniões políticas, administrativas e jurídicas, nos jogos, nas artes e na arquitetura, nas representações dramáticas, objetivando a formação do cidadão leal ao estado e do homem equilibrado, como o fim do exercício da cidadania e dos deveres cívicos.

Na Grécia ou em Atenas a educação voltava-se a formação integral, uma era elitizada e destinava-se a aos filhos da antiga nobreza e de comerciantes enriquecidos efetivava-se tanto a domicílio quanto na escola. Os cidadãos de posse possuíam escravos inúteis para o trabalho braçal que educavam, instruíam e conduziam os meninos à escola na qual aprendiam exercícios físicos, a formação intelectual era composta de artes, teatro, literatura, para que os cidadãos a serem formados tivessem liberdade e autonomia. A centralidade na cultura grega era o homem, e todo homem nobre era cidadão que exercia o papel político, social e, portanto, o direito à escolarização era efetivamente do gênero masculino, quanto a mulher, era excluída desses processos.

A condição econômica e as posses de terras e escravos determinavam a cidadania e os direitos, e assim, os meninos descendentes de soldados, de metecos, de artesãos não tinham acesso à cultura elaborada e sua formação constituía em preparação para a sucessão no trabalho do pai, dessa forma aprendia na oficina laboral que era o próprio negócio da família. A educação espartana, diversamente, era responsabilidade do Estado e destinava-se à formação militar, o objetivo não era a formação do cidadão da *polis*, mas o guerreiro. O menino era treinado no campo, sua formação era composta de exercícios físicos e de preparação pela e para a luta, aprendendo a desenvolver resistência a fome, a dor, ao frio, enfim às agruras cotidianas. A mulher aqui podia desenvolver atividades físicas com o intuito de parir filhos saudáveis, os de constituição debilitada e frágeis ou deficientes eram deixados à morte.

A *Paidéia cristã* altera algumas dessas condições de maneira extremamente relevante: a educação é para toda a população, incluindo mulheres, filhos e filhas de soldados, burgueses artesãos ou comerciantes, e camponeses tinham acesso à educação escolar. O cristianismo havia encerrado o ciclo de sacrifício da vida de crianças que não atendiam ao padrão de “normalidade” exigido, então pode-se dizer que a *Paidéia cristã* abrangia também a educação especial para pessoas portadores de deficiências, o “ide e ensinai tudo a todos” surgia como distinção, tal como afirma Nunes (2017), do mestre Jesus de Nazaré.

Consideramos que a *Paidéia grega*, como interpretação de todas as formas e criações da arte, cultura, Filosofia e como expressão vinculada ao imenso legado da sua tradição, inaugura a educação como um processo consciente e intencional. Portanto, não se tratava de simplesmente de adquirir o domínio sobre as matérias ministradas, mas de formação integral em que se deveria semelhantemente promover a excelência moral, circunscrevendo as potencialidades mentais e físicas em vista de um caráter modelar, de maneira que o homem pudesse ser um melhor cidadão.

Ampliando o conceito, para os gregos, *Paidéia* seria o resultado obtido no processo educativo que se estende ao longo da vida, para além da escolaridade, enfim, o pleno efeito da educação e da cultura sobre o homem plenamente desenvolvido, enfim o homem ao se humanizar torna-se verdadeiramente homem.

Agora analisemos a grande importância da formação, da *Paidéia Cristã*, que a exemplo da *Paidéia grega* idealiza a cultura como princípio formativo e igualmente como ideal da formação de uma natureza humana elevada, para uma humanidade também idealizada e que consistia na transformação dos valores históricos e espirituais. A *Paidéia Cristã* é uma página estrutural da Educação Universal.

A *Paidéia cristã* protestante tinha um modelo de homem e, como os gregos almejavam o homem ideal, então pode-se dizer, que o processo educacional se dava por meio de um referencial, modelar, Jesus de Nazaré, tal como a o homem deveria ser, a imagem da perfeição e do amor à justiça. E afirmaria o homem espiritual como ideal de homem perfeito, aquele que passaria pela conversão moral, axiológica e eternal, tornando-se apto à negação dos ímpetos e dos desejos individuais, em força espiritual e assim, com o caráter de um homem Deus.

Trata-se da afirmação de um novo tipo de homem (igualitário, solidário, caracterizado pela virtude e pela humildade, do amor universal, da dedicação pessoal, como ainda, pela castidade e pela pobreza) que no âmbito religioso vem modelar toda a visão da sociedade e também os comportamentos coletivos, reinventando a família (baseada no amor e

não apenas e, sobretudo na autoridade e no domínio), o mundo do trabalho (abolindo qualquer desprezo pelos trabalhos “baixos” manuais e colocando num plano de colaboração recíproca os patrões e os escravos, os serviçais, os empregados e os dependentes) e o da política (que deve inspirar-se, nos valores éticos – sociais de igualdade e solidariedade, devendo ver o soberano agir como um pai e um guia do povo, para dar vida a uma *res publica christiana*). (CAMBI, 1999, p. 121)

O espírito imortal de cada homem é seu maior bem e o domínio de si, uma vida espartana exigia a inversão de valores seculares para uma perspectiva do bem eternal. Trata-se por tanto de oferecer uma superior cultura Cristocêntrica, para a formação da juventude tal como ele deveria ser.

O antídoto metafísico contra a ignorância, de Deus, de si, do próximo e da vocação da vida humana seria redimir a alma, tornando-a adequada para conhecer e obedecer a Deus daí a importância da formação de professores; estes não teriam uma educação popular rápida, para eles, o estudo deveria ser com vigor, quantidade e duradouro. A cultura cristã é substancialmente influenciada pela cultura grega, desde os judeus helenizados ao uso do idioma, que carrega consigo razões e categorias intelectuais que serão gradualmente incorporados pelos cristãos e, no caso de Lutero, incluindo a criação de uma biblioteca em cada escola.

Embora a interpretação judaico-cristã seja de um Deus único e criador, os cristãos associando a teoria de Platão aos seus propósitos, integrando-a a sua concepção de homem e de mundo tornaria isso um paradigma das verdades reveladas. Mais tarde, Agostinho de Hipona assimila a fundamentação Platônica e a integraliza a cultura Cristã, numa simbiose entre o humanismo grego e o humanismo cristão. Paulo de Tarso havia sincronizado o humanismo grego e o cristão, e mais tarde corroborado por Agostinho, faz-se uma interpretação ao inverso, e Deus passa a ser concebido como a medida de todas as coisas, esse seria o substrato da educação, na qual não haveria relatividade de princípios e de valores.

Dessa maneira a *Paideia Cristã* seria o cumprimento gradativo do amoroso cuidado de Deus que havia se completado com Cristo, ao trazer para a realidade ideais sublimes de igualdade, de fé, esperança e amor e, portanto, o referencial e o caminho perfeito para a humanidade, deu-se então a conversão da *Paideia grega* em *Paidéia Cristã*.

A *Paideia da humanização*, cujo objetivo era a elevação intelectual, moral e espiritual do homem seria laureada em Jesus de Nazaré, para Lutero o maior poder educativo da história, facultando ao cristianismo a possibilidade de oferecer ao mundo uma educação universal, e que se proliferariam ao passar do tempo, conforme a Segunda Carta de Pedro (2Pe

1.5-7): “Por isso mesmo, vós, reunindo toda a vossa diligência, associai com a vossa fé a virtude; com a virtude o conhecimento, com o conhecimento o domínio próprio, com o domínio próprio a perseverança, com a perseverança a piedade, com a piedade a fraternidade, com a fraternidade o amor”.

Assim, a *Paidéia Cristã* e luterana propõe um novo currículo escolar, que tem a Bíblia como cerne do ensino, e para aprofundar os estudos do Novo e do Velho Testamento, Lutero defende a indispensabilidade do ensino das línguas antigas, o hebraico e o grego, e apresenta uma argumentação convincente referendando a necessidade de aprendê-las e abrindo uma nova estrutura.

Ao definir as escolas elementares e ao organizar escolas para jovens, com acento clássico e com conteúdo gerais, nos quais incluíam-se as Letras, as Artes, os jogos, o currículo luterano tornar-se-ia o embrião do currículo escolar moderno, com derivações que alcançam até nossos dias. (NUNES, 2017, p.75)

Após revisitarmos as experiências culturais gregas de educação, e do mesmo modo a *Paidéia cristã*, destacamos a influência da *Paidéia grega* e de como os judeus helenizados incorporaram em sua cultura na própria vida envolvendo o inclusive o universo escolar. Percebemos a pertinência e acuidade em analisar que ambas as *Paidéias* tiveram como critério a formação integral, do homem virtuoso, livre e autônomo capaz de intervir na sociedade.

Ao interrogar o verdadeiro sentido da formação buscando a gênese da cultura ocidental, pretendemos contribuir para o debate teórico da educação, sendo critério orientador para pensarmos o encontro da *Paidéia Grega* com o Cristianismo, possibilitando a compreensão e, quiçá, o despertar da consciência crítica, para olharmos para a formação na pedagogia Luterana, como fator de humanização do homem. “Se para a *Paidéia grega* o mito estrutural era centrado na determinação da honra, do heroísmo, na aretê, a virtude maior para a *Paideia cristã*, é a (*esperança*), a fé e a caridade (*amor*)” (NUNES, 2017, p. 55).

Um elemento que tomou centralidade em nossa investigação: a questão dos referenciais históricos e os desafios de uma compreensão filosófica dessa produção histórica. A Filosofia da Educação tem a tarefa e o desafio de buscar entender e articular as relações entre o particular e o geral, de lograr entender as singularidades do fenômeno analisado no corpo dos estudos sobre as origens da educação, sobre os interesses das pedagogias, seus pressupostos e as relações materiais e subjetivas que as condicionam. Em outras palavras, ter o contexto como

foco é um indicador fundamental para os estudos de base histórica e filosófica, no campo educacional, como se pretende discorrer nessa parte de nosso estudo.

O eixo teórico que situa esta prática afirma que é necessário ter o passado como elemento indicador e avaliativo, mas que é fundamental o diálogo entre a história, as ideias filosóficas hegemônicas e as novas abordagens e iniciativas, para explicar, por exemplo, a eclosão de uma consequência pedagógica na Reforma, e dela as inovações e desprendimentos no cenário educativo contemporâneo.

A História da Pedagogia e da Educação evidencia a contribuição de Lutero para a educação e destacam suas propostas, quer como revolucionário reformista ou inovador educacional, sendo criticadas ou aplaudidas, mas não se fica indiferente às mesmas. Como afirma Melanchthon:

[...] excelentes dons intelectuais e notável erudição. “Foi em Wittenberg que Lutero pôde revelar de forma brilhante a sua inequívoca capacidade, tanto nas atividades cotidianas da escola, como nas pregações” (MELANCHTHON, 1983, p.24).

Qualquer que sejam as ações educativas nelas encontra-se inserida uma pedagogia e no que tange à prática educacional luterana, pode-se afirmar que sua pedagogia tem uma notável contribuição para a Educação e se conduz por uma determinada concepção epistemológica, por uma concepção de ensino e aprendizagem e por uma notável didática. E isso acontece em qualquer situação de ensino seja: Ensino Superior; Ensino Médio, Educação Básica; Educação Cristã; Ensino Técnico; Escola de Formação profissional, entre outros.

Nesse sentido, pode-se entender em Lutero como em muitos educadores transformadores, notadamente o educador brasileiro Paulo Freire, que considera a educação como conscientização, o encontro entre a vida e o conhecimento, em sua argumentação, o mentor da educação popular deste século, afirma que, estar no mundo.

[...] sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 1996, p. 64).

Os textos produzidos por Lutero indicam claramente a responsabilidade da escola na vida em sociedade de seu tempo, considerando a necessidade de humanizar as relações civis e de superar as arestas políticas e econômicas advindas da separação Igreja e Estado. Parte-se

então do pressuposto de que há uma pedagogia Luterana, assim como há uma Educação reformada, importando reconhecer que no Brasil há raros estudos sobre a respectiva pedagogia e as Igrejas de confissão Evangélicas Luteranas e, ainda que sejam diversas e plurais entre si, não tem uma produção referencial sobre essa dimensão.

Há necessidade de estimular um sentimento de pertença de sua pedagogia e as pedagogias do século XX que arduamente defenderam uma educação inserida na realidade das pessoas, no contexto sócio cultural e que lhe possibilitassem transitar, compreender-se como sujeito histórico e a intervir no contexto econômico e político de uma industrialização que depauperou a parcela majoritária da população.

O pensamento pedagógico de Lutero é uma fonte de inspiração para todos aqueles e aquelas que defendem a formação intelectual imbricada a uma função socializante, fundamental para a manutenção de uma identidade de classe e necessidade de haver uma interação entre os que trabalham, e tencionando para os que governam o Estado assumam sua responsabilidade na educação e invistam na educação pública, como determinado na Constituição Federal, no caso de nosso país.

Neste sentido, em seu ideário precedente, Lutero adentrou analiticamente também em outras esferas da sociedade, por acreditar na junção das ações dos governantes e do clero e do povo em geral. Dentre as intervenções de Lutero, interessa neste capítulo procurar enxergar sua importância para a educação e tratar de que formas podemos defender que a ação educacional de Lutero possui uma Pedagogia. Este é o escopo de nossa pesquisa e a intencionalidade organizadora dessa tese. Assim, partimos da concepção de que toda a ação educativa corresponde uma pedagogia.

Não há sociedade sem práticas educativas. Pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas. O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. De modo que não podemos reduzir a educação ao ensino e nem a Pedagogia aos métodos de ensino. Por consequência, se há uma diversidade de práticas educativas, há também várias pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação etc., além, é claro, da pedagogia escolar. (LIBÂNEO, 2001, p. 153)

Nessa perspectiva teórica, entendemos o ato de Lutero ao instigar o mundo alemão ao debate e a transformação como um ato eminentemente pedagógico e crítico para aquele momento histórico. E tratou-se de um debate que gerou um movimento com dimensões geopolíticas, econômicas, culturais, sociais, humanas, artísticas e intelectuais, de um mundo imerso em uma crise a época, numa sociedade também em crise, e que culminou com a Reforma superando o discurso hegemônico do poder e retirando o domínio de uma determinada categoria social exclusiva de sobre a educação.

Dentre os vários reformadores e suas ações pedagógicas, nosso enfoque é a pedagogia luterana que propunha sim o Cristianismo, mas outro tipo de Cristianismo, um que se comprometia com a prática intencional de produzir e internalizar a subjetividade e ainda uma identidade coletiva com um sentimento de pertença social. Esse projeto cultural, imbricando-se com a prática sociopolítica de intervenção no real; era esta a base da pedagogia de Lutero.

É uma questão, pois, de entender a pedagogia como prática cultural, forma de trabalho cultural, que envolve uma prática intencional de produção e internalização de significados. É esse caráter de mediação cultural que explica as várias educações, suas modalidades e instituições, entre elas a educação escolar. Também daí decorrem as várias projeções do educativo em projetos nacionais, regionais, locais, que expressam intenções e ações logo materializadas nos currículos. (LIBÂNEO, 2001, p. 8).

Esta perspectiva pedagógica tem pressuposto democrático e implementá-la não era de fato algo simples, pois supunha a capacidade de preparar a homens e mulheres para a cidadania e para o bem comum, a igualdade social. Encetava para a instauração de uma sociedade democrática e pedagógica com projeções educativas que incluísse a todos.

Essa trajetória histórica e política necessariamente demandaram responsabilidades das autoridades seculares e esforços conjuntos da população que para que se pudessem operar transformações pontuais e essa é a perspectiva democrática de que tratamos:

[...] democracia é, acima de tudo, um modo de vida, uma expressão ética da vida, e tudo leva a crer que o homem nunca se encontrará satisfeito com alguma forma de vida social que negue essencialmente a democracia. [...] em educação: o homem deve ser capaz, deve ser uma individualidade, e o homem deve sentir-se responsável pelo bem social. Personalidade e cooperação são os dois polos dessa nova formação humana que a democracia exige. (LIBÂNEO, 2011, p. 8)

Somados ao empenho das partes, em processos graduais de compartilhamento de conhecimentos e esperanças, novos horizontes e experiências foram sendo disseminados. E ao

longo do tempo deram origem a sementes amadurecidas da Modernidade que preconizava a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

A pedagogia de Lutero e sua proposição ampla de educação tiveram um forte papel de intervir nas contradições daquele momento, sem o que é uma conquista inabdicável, respaldadas em valor universal como uma *ética de vida* e é por acreditar nesta dimensão pedagógica que esta pesquisa vem à lume. Não significa que não possam e não devam ser reformuladas e reformadas no sentido de permitir, ao mesmo tempo, uma compreensão mais efetiva e uma garantia sempre mais ampla de sua aplicação. Garantia que avança substancialmente em conquista subjetivas, materiais e sociais, que hora constituem para um grande percentual da população, grande déficit de cidadania na sociedade. Ou seja, a finalidade da educação para Lutero se confunde com a finalidade da vida.

A única finalidade da vida é mais vida. Se me perguntarem o que é essa vida, eu lhes direi que é mais liberdade e mais felicidade. São vagos os termos. Mas nem por isso eles deixam de ter sentido para cada um de nós. À medida que formos mais livres, que abrangermos em nosso coração e em nossa inteligência mais coisas, que ganharmos critérios mais finos de compreensão, nessa medida nos sentiremos maiores e mais felizes. A finalidade da educação se confunde com a finalidade da vida. No fundo de todo este estudo paira a convicção de que a vida é boa e que pode ser tornada melhor [...] Educação é o processo de assegurar a continuidade do lado bom da vida e de enriquecê-lo, alargá-lo e ampliá-lo cada vez mais (TEIXEIRA, 1930, s/p).

O movimento, que teve início no interior da instituição religiosa, guarda uma abrangência irreversível em todas as esferas, uma vez que em sua pedagogia defendeu que a metodologia de ensino deveria ser ativa, lúdica e prazerosa, com característica infanto-juvenil, e ainda, que desenvolvesse o limite e a liberdade, sem ser maçante punitiva.

Ora, a juventude tem que dançar e pular e está sempre à procura de algo que cause prazer. Nisto não se pode impedi-la e nem seria bom proibir tudo. Por que então não criar para elas escolas deste tipo e oferecer-lhe estas disciplinas? Visto que, pela graça de Deus, está tudo preparado para que as crianças possam estudar línguas, outras disciplinas e História, com prazer e brincando. Pois as escolas de hoje já não são mais o inferno e purgatório de nossas escolas, nas quais éramos torturados com declinações e conjugações, e de tantos açoites, tremor, pavor e sofrimento não aprendemos simplesmente nada (LUTERO, 1995, p.320).

Ora, a ética da responsabilidade e da cidadania participativa está no cerne de sua pedagogia política que propõe a transformação social democratizando da liberdade, o poder e o conhecimento para a população, não os limitando a determinada classe social.

Lutero utilizou-se também, da modalidade da educação à distância, por assim dizer, lançando mão da imprensa apresentou escreveu panfletos por meio do qual disseminou um novo código de ética e cidadania, e igualmente, por meio de cartas escritas aos diferentes setores da sociedade. Suas Cartas e Prédicas eram distribuídas nos condados e nas famílias.

Vale salientar que o conceito de *cidadania* é moderno e nesse sentido, a ética e a pedagogia luterana, constituiu-se em coautoria do humanismo, no sentido de que questiona os interesses dominantes da classe detentora do poder e do conhecimento. A reforma protestante teve repercussões histórico-sociais e político culturais que influenciaram não apenas a suas gerações, mas também gerações posteriores, a exemplo de Johannes Amos Comenius<sup>15</sup>.

Em sua obra *Didática Magna* (1633), Comenius estabeleceu sua proposta pedagógica, como sendo a Educação um direito universal e que se assenta basilarmente sobre três pilares, que norteiam o conceito do Cristianismo protestante, de educação: a instrução, a virtude e a religião. Para ele a educação instrumentalizaria o indivíduo a viver e mudar a realidade existente na sociedade, sociedade essa que deveria oferecer oportunidades para todos.

A concepção pedagógica do bispo morávio é entendida atualmente como *Concepção Redentora da Educação*, ou seja, a educação resgataria o sujeito da corrupção do gênero humano, e, por conseguinte transformaria a sociedade em espaço fraterno e solidário de igualdade e de convivência.

Comenius, “defendia que era possível ensinar tudo a todos”, e que se havia um método de “aprendizagem”, haveria também um método de “ensinagem” assim, seria preciso graduar o ensino, e a educação era para a vida e não apenas para o processo de escolarização. Ao pensar a educação, Comenius o fazia considerando o homem como criação de Deus, e por isso teria que haver igualdade de condições a todas as crianças que deveriam aprender desde a infância as escrituras como meio preventivo ao pecado e a corrupção. Ao sistematizar sua pedagogia Comenius estabeleceu uma unicidade em que formar o homem para a vida seria sinônimo de formá-lo como um homem cristão, e ao redimir o sujeito do pecado, a educação

---

<sup>15</sup> João Amós Comênio nasceu em 28 de março de 1592, em Nivnice, na República Checa. Morreu em 15 de novembro de 1670. João Amós Comênio, em Português, moraviano, Bispo protestante, educador, cientista e escritor. E como pedagogo, é considerado o fundador da didática moderna.

estaria conseqüentemente redimindo a sociedade de seu modelo corrompido, ao padrão da Cidade Santa, à semelhança da cultura do céu.

A relação do pensamento pedagógico de Comenius com a Educação Cristã consiste na essência do que deveria ser Cristianismo atual: não haver dicotomia entre vida cristã e secular. Ou seja, princípios não se negocia, não se muda, então a educação num país cristão deveria ter o ethos, ou seja, costumes fundamentais, comportamentos pessoais, coletivos e institucionais e ainda os valores e ideais, característicos de uma nação cristã.

Pode-se notar em Comenius o conceito de cidadania ainda que teoricamente não existisse, a prática de relações democráticas estava se aplicando a partir do princípio da “liberdade de consciência”, autorizada em Lutero, como ainda de participação decisória dos sujeitos e da socialização do conhecimento, Comenius a partir da pedagogia de Lutero amplia e atualiza.

Permanece a concepção filosófica sobre o homem, sobre o mundo, sobre a existência. As ideias, e valores de caráter sociopolítico que fora claramente exposto na sistematização de suas cartas e que organizaram uma concepção de deveres, mas também de direitos quer para as autoridades, quer para a população, ou seja, transcendeu a religiosidade, para moral, para liberdade de consciência, pilares todos que são basilares a pedagogia luterana,

Se por pedagogia entendemos a integração entre os pressupostos teóricos e as dimensões práticas, não temos dificuldade em reconhecer que há uma pedagogia luterana. Trata-se de reconhecer que há uma específica e original integração de concepções sobre o homem, sobre o mundo e sobre a direção e o sentido da ação educacional que se integra as atividades próprias do fenômeno Educacional e escolar inspirado na obra de Martinho Lutero e seus seguidores. (NUNES, 2018, p.82)

Dessa maneira, a educação pressupõe uma interação entre sujeito, e conhecimento em uma relação dialética com a cultura, a política, economia, sociedade a partir de situações concretas com o mundo e com os outros. Nesse processo de apropriação de conhecimento o sujeito é produzido e produz conhecimento, e nessa premissa o desafio reformador problematizou a realidade e foi fundamental na constituição e elaboração do conhecimento rigoroso na Alemanha do Século XVI.

A problematização central desse período era a compreensão e superação de uma situação limite: opressão econômica, política, social e religiosa e o enfrentamento de Lutero em várias instâncias do poder vigente, deu início a uma mudança da visão do mundo que ocorreu paulatinamente, mediatizada por processos educacionais que originaram concepções de mundo entranhadas por contradições, dúvidas, anseios e esperanças e irreversíveis.

Observa-se que não se tratou apenas de uma visão pessoal da realidade, mas incidiu sobre a leitura da realidade dos homens e mulheres naquele contexto, o trabalho de problematização e de conscientização realizado por Lutero e de como seus escritos construíram uma base axiológica, epistemológica, social e política para a pedagogia conscientizadora e libertadora luterana.

Lutero a partir de sua visão de mundo percebe contradições e para superá-las agrega forças políticas que lhe asseguram problematizar a situação vivida e começa a socializar seus pensamentos e propostas de forma que fossem compreendidas, vendo o problema não como barreira intransponível, mas como desafio passível de transformação e que exige enfrentamento coletivo.

Fundamentalmente gerou esperanças, instrumentalizou mudanças no pensar e agir o que serviu de âncora para ação educativa, influenciando a população que se engajou no processo político e pedagógico, possibilitando uma transformação crítica, num contexto em que realidade se configurava objetiva, unilateral e estática. Evidenciadas as demandas e as superações necessárias, Lutero inicia uma construção coletiva envolvendo seus pares reformistas, lograram êxito na análise propositiva da nova visão de mundo que se queria construir sobre a prática social naquele espaço geográfico e econômico da Alemanha.

Em sua ação pedagógica Lutero propôs novos conceitos que explicitavam princípios e pressupostos norteadores de uma ainda inaudita realidade como caminho possível de transformação em diferentes níveis (local, micro e macro) e em dimensões (cultural, social e material) dessa realidade. Para que os sujeitos que pudessem estabelecer relações entre as diferentes práticas nos níveis e dimensões existentes apreendendo os fatos duramente criticados por Lutero, havia um percurso necessário: leitura e letramento, formação intelectual e profissional.

Constituiu-se como um projeto educativo, e como projeto educativo tem ideias, defende valores, organiza procedimentos, pressupõe compreensões comuns, amo mesmo tempo que dispõe de estruturas materiais e didáticas que deveriam representar esse núcleo reflexivo e teórico que lhe oferece sustentação. (NUNES, 2018, p.83)

Observa-se que pedagogia de Lutero se constituiu nos choques de realidade do século XVI e, alista-se entre o desejado e o possível, consubstanciando no exercício dos valores, direitos e deveres inseridos nas novas correlações entre os homens no mundo.

Historicamente, seis foram os embates de Martinho Lutero entre 1521 e 1530: as Reformas em Wittenberg (1521-1522); a Rebelião dos Camponeses (1524-1525); as Visitações às Paróquias (1525-1528); o Colóquio de Marburgo (1529); a Dieta de Espira (1529); a Dieta

de Augsburgo (1530). O resultado desses embates foi uma pedagogia realista e prático, foi a liberdade da Igreja e educação agora tutelada pelo estado; a individualidade restringida pela consciência; o consenso de que as mudanças seriam graduais e a responsabilidade da educação universal no sentido de considerar a capacidade de absorção das mudanças por parte dos mais fracos e limitados pela falta de conhecimento, como pelas condições socioeconômicas.

Na história atual, na realidade de nosso país, percebemos que até a década de 1990 a definição de Pedagogia estava circunscrita ao próprio curso de Pedagogia, à docência de no ensino superior ou médio, no caso do segundo se houvesse curso magistério, e posteriormente, a partir dessa década, ampliou-se também à docência para crianças do primeiro seguimento da Educação Básica.

Há estudiosos e cientista da educação que compreendem a pedagogia como a *ciência da educação* que tem como objeto de pesquisa o fenômeno educativo em sua pluralidade. Na educação formal, em instituições escolares da Educação Básica, pública e privada, ou em espaços não escolares.

A partir dos anos 2.000 começa-se a divulgar e aplicar o conceito de Pedagogia para além da Escola e seus muros, ou seja, a pedagogia não-escolar: pedagogia hospitalar, empresarial, pedagogia social, andragogia, editoras de livros didáticos, assessorias especializadas, ONGs, Igrejas, associações, eventos, sindicatos, e no contexto familiar. Temos dificuldades políticas em reconhecer essa ampliação.

Em qualquer dimensão, porém, a pedagogia está ligada ao processo de ensinar e aprender tendo como pressuposto que a educação seja uma atividade essencialmente humana e o seu desenvolvimento, por tanto não se separa dos aspectos social e político.

O trabalho educativo requer uma pedagogia e toda pedagogia é histórica e culturalmente produzida, e hoje podemos dizer que a Pedagogia é a área do conhecimento que se ocupa da educação em diferentes dimensões da pesquisa/ensino na esfera da educação; seu objeto é o ser humano que ensina e o que aprende, portanto, na linguagem de Comenius se existe um processo de ensinagem, há que haver um processo aprendizagem.

O pedagogo é, portanto, um educador, o profissional da pedagogia, a quem cabe apresentar propostas teórico/práticas para a elaboração de novas práticas e novos métodos, de acordo com a necessidade social em um determinado momento histórico e também atuar em espaços não escolares, na implantação de ensino de sujeitos em diferentes fases de desenvolvimento, e também aos diversos níveis e modalidades do processo educativo. Portanto,

não mais se trata do escravo inválido que conduzia a criança à escola, mas o sujeito do conhecimento que conduz o processo educacional, e que excede a instituição escolar.

Para melhor compreensão das concepções pedagógicas faz-se necessário evocar a História da Filosofia e revisitar aos gregos, as teses e obras dos filósofos socráticos<sup>16</sup>, para nos atermos aos clássicos, se desejamos compreender minimamente os conceitos de teoria da essência e teoria da existência, já pontuadas nesse estudo, visto que dessas concepções teórico-filosóficas derivam-se as escolas pedagógicas em todas as vertentes, atualizadas a cada tempo histórico.

A vista disso faz-se necessário delinear os fundamentos em que balizamos nossa proposição sobre a pedagogia inserida no processo educativo, entendendo que educação não se restringe aos limites das propostas educacionais formais, implica sim anuir que a Educação é historicamente construída e definida no tempo em que se contextualiza, e também, compreendida e vivida na dimensão humana e social.

Sabemos que a educação e a escola são instituições fundamentais para a reprodução da vida social e para a criação de símbolos coletivos e comuns. A educação é a prática social que, tanto quanto produz a vida humana coletiva, igualmente reproduz as ideias simbólicas e inspira ou orienta as gerações na direção da caminhada comum para a construção de uma sociedade que podemos sonhar como capaz de ser cada vez mais justa e igualitária. (NUNES, 2017, p.22).

A educação, portanto, é compreendida, com o sentido filosófico da *hominização*, fazer-se homens, isto é, tecer humanização ao animal humano para que este viva em sociedade, essa consideração está imbuída de outra: não nascemos humanos ou civilizados, somos feitos humanizados e derivação da universal cultura acumulada e transmitida por nossos antecessores.

Como progênie das gerações futuras, deixaremos nosso legado a cada homem e mulher que nos sucederão no ir e voltar, nesta ciranda história que é a existência humana, ou de acordo com o delineamento de Fernandes (1997, p. 5): “A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história”.

Assim, em todas as gerações que nos antecederam, coube a mesma tipologia de educação: a transmissão da cultura acumulada, a adaptação ou a ressignificação crítica dos indivíduos quanto a seus papéis sociais, para reprodução ou transformação social. Desta maneira, ao projeto da historicidade, dialeticamente relacionam-se disposições das contradições

---

<sup>16</sup> Sócrates (469 - 399 a. C.), Platão (428 - 347 a.C.) e Aristóteles (384 - 322 a.C.).

e mediações indissociáveis que são das estruturas e conjunturas que integram o sujeito a sociedade e ao seu grupo social por meio do patrimônio cultural.

Razão pela qual, sempre foi *conditio sine qua non* aos sujeitos históricos, inconformados com a sociedade que lhes foi legada, procurar reler o estado dos fatos no cenário de seu tempo, perscrutando conceitos culturais, sociais e estruturas sacralizados, posicionando-se no sentido de superá-los.

No processo societário do Século XVI, Lutero fez a leitura estrutural do momento e entendeu que a educação e a escola teriam que deixar de ser um espaço privilegiado e que combateriam à desigualdade e isso, dentro da organização de uma sociedade religiosa na qual a casta de poder das mais sectárias e atroz, mantendo-se em espaços de dominação por um dos mais longos períodos da história.

Dentro do processo histórico de institucionalização a escola pública foi vista como redentora da sociedade, como reprodutora, transformadora, mediadora, mas em qualquer dessas acepções ela não é neutra, é política, axiológica e ética e no dizer de Frigotto (1996, p. 44): “A escola é uma instituição social que mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e mesmo por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros”.

No sentido em questão, a educação historicamente tem sido concebida como transmissora de ideologias de dominação e de pedagogias educacionais que as sustentam, sendo possível avaliar as causas pelas quais as classes populares forma mantidas afastadas do conhecimento e das ciências. A dominação perpassa gerações ainda que de alguma maneira sempre tenha havido o despertar de consciência de alguns e estes têm sido capazes de *fazer história*, ainda que tenham também sido feitos pela história e pela cultura do momento em que viveram.

A importância da consciência desses sujeitos que desenvolveram a crítica, apostando na possibilidade da construção de outra sociedade, superando ideias calcificadas, anuncia um nível de relação dialética em que de fato, a vida é que faz a consciência.

Podemos considerar que a real intensão de Lutero jamais foi a revolução no sentido moderno como é entendida, desejava a Reforma da Igreja junto as autoridades e não em oposição a elas, de qualquer forma, como pudemos observar, a obra de Lutero é relevante, tanto quanto sua vida é profícua, e refletem as circunstâncias histórias em que se inserem. Realizou uma revolução social e política, como também educacional.

Lutero conviveu com o humanista Felipe Melancthon, seu amigo e companheiro, e em suas trocas intelectuais, com certeza Lutero deve ter absorvido muitas de suas ideias. Também se correspondeu com Erasmo de Roterdã admirável humanista católico, com quem dialogava sobre as questões da Reforma, acabou por polemizar o livre arbítrio e a questão da permanência ou não de alguns sacramentos e por essas questões, rompeu sua relação com Erasmo de Roterdã, contudo, considerando-se sua inteligência e argúcia, certamente incorporou seus princípios pedagógicos humanistas.

Sua ação pedagógica tinha objetivo religioso, e entendia o Cristianismo como maneira de revolução política e intelectual duradoura, e, portanto, de acordo com a concepção redentorista agostiniana e tomista à época, intencionava a junção da essência humana à criação divina por meio da concepção essencialista e a defesa da igualdade entre os homens é bebeu também na fonte do humanismo renascentista burguês, guardadas as suas diferenças.

Em outros termos: a dominação da nobreza e do clero era uma dominação não natural não essencial. Mas, social e acidental, portanto, histórica. Vejam que toda postura revolucionária é uma postura essencialmente histórica, é uma postura que se coloca na direção do desenvolvimento da história. Ora, naquele momento, \_ a burguesia se colocava na direção do desenvolvimento da história e seus interesses coincidiam com os interesses do novo, com os interesses da transformação; e é nesse sentido que a Filosofia da essência, que vai ter depois como consequência a pedagogia da essência, vai fazer uma defesa intransigente da igualdade essencial dos homens. (SAVIANI, 1983, p.50).

Neste contexto de transformações, Lutero reformou a Igreja, e igualmente propôs e criou a educação sob perspectiva humanista com elementos clássicos e do renascimento interligou Reforma religiosa e organização do sistema escolar humanista.

A Reforma Protestante do século XVI foi um movimento sócio-político, e como tal representou o rompimento com os poderes absolutos da Roma Católica. Conseguiu-se estender a Bíblia à população, no decurso da reforma, havia sido traduzida em linguagem simples. Não admira que seus escritos tenham se espalhado rapidamente, pois em pleno século XVI tiveram a ajuda da então "nova tecnologia" de impressão de livros. Lutero se tornou famoso justamente por causa de sua linguagem popular e acessível.

Nesse contexto, a pedagogia de Lutero sublima o caráter revolucionário do humanismo, a Reforma trilha o caminho da Burguesia, defendendo a igualdade essencial cristã entre os homens, por um lado caminha na direção dos interesses da classe dominante, embora

anseie por considerar os direitos de parcela dos homens de seu tempo que se encontravam esquecidos e abandonados.

### **3.1 A Educação como Direito e o Direito à Educação: fundamentos luteranos e práticas pedagógicas inclusivas para uma Pedagogia Humanizadora na realidade brasileira**

Faremos uma breve incursão no histórico da Educação Brasileira e da Pedagogia, com a finalidade de analisar a organização do trabalho do pedagógico em contextos pedagógicos escolares.

A História da Educação Brasileira passou por diversos momentos marcantes, teve seu início com os habitantes que aqui se encontravam e que já tinham seus próprios meios de fazer educação. Uma educação espontânea, sem nenhum critério pré-estabelecido na qual as famílias, as tribos, ensinavam seus filhos de maneira simples, sem nenhuma intencionalidade pré-determinada, apenas como subsistência que sofreram um processo de aculturação europeia com a chegada dos jesuítas. Os Jesuítas, além dos seus costumes, trouxeram para o Brasil a cultura europeia e a pedagogia aplicada através do *Ratio Studiorum* (Ordem dos Estudos).

A educação escolar colonial no Regime Colonial no período que compreende 1500 a 1822 mais ou menos institucional de tal época teve três fases: a de predomínio dos Jesuítas, a das reformas do Marques de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e do período em que D. João VI, então Rei de Portugal trouxe a corte para o Brasil (1808-1821). (GHIRALDELLI JR, 2008, p.24).

No período da colonização do Brasil, a educação formal que se dispensou ao povo brasileira foi catequética, e para os nativos americanos, foi um período de aculturação, no qual desconsiderando-se seu modo de vida, os seus costumes, as tradições, religiosidade e a língua.

No século XVI, a Companhia de Jesus, mais conhecida como jesuítas, ordem religiosa da Igreja Católica, criada após a Reforma Religiosa para conter o desenvolvimento da reforma Protestante, o movimento da contrarreforma tinha objetivo combater os infiéis em todo o mundo, expandindo o catolicismo para as novas terras em processo de colonização, especificamente na América.

[...] no contexto da Europa Ocidental, aos episódios que desembocaram nas chamadas reformas religiosas do século XVI: a reforma protestante levada a cabo por Martinho Lutero (1517) e a contrarreforma da Igreja Católica, mediante a convocação do Concílio de Trento (1545-1563). Ambas tiveram um profundo impacto no âmbito da educação europeia e do mundo colonial (América, África e Ásia) de então. No caso

brasileiro, devido ao fato de que o reino de Portugal assumiu o catolicismo como religião oficial (Padroado), os padres da Companhia de Jesus exerceram um controle de 210 anos (1549-1759) na educação colonial. Assim, a história da educação brasileira não pode, desde a sua origem, ser desassociada da educação europeia. Ela é fruto, diretamente, das ações econômicas desencadeadas pela burguesia mercantil, das grandes navegações e, como já foi dito, das reformas religiosas. A missão catequética jesuítica empreendida em relação aos ameríndios, por exemplo, estava tanto relacionada com as disputas religiosas que se processavam entre os cidadãos como também mantinha vínculos orgânicos com a própria lógica econômica que cobiçava as terras ocupadas pelos povos brásilicos. Assim sendo, a educação brasileira nasceu como uma consequência direta da história da educação europeia ocidental. (FERREIRA JR, 2010, p. 12)

Os jesuítas chegam ao Brasil em 1549 com o objetivo de catequizar os índios, ensinando-lhes a língua portuguesa, sua cultura europeia e a religião católica romana. Desejavam edificar e organizar escolas católicas pelos países do mundo como forma de conter o protestantismo sustentavam uma rígida e disciplina militar. Este modelo de educação jesuítica monopolizou a cultura e a formação da população brasileira em grande parte do seu desenvolvimento e visava a “formação integral do homem cristão” (GHIRALDELLI JR, 2008, p.25).

O Brasil era, portanto, um grande campo de missão da Companhia de Jesus, o que possibilitou aos padres integrar-se à política e à economia da colônia, tanto que empreenderam de acordo com Ghiraldelli JR (2008) um ciclo de colonização e de catequese. Durante mais de 200 anos, não havia no Brasil outros educadores que não fossem os jesuítas. E ainda que tivessem constituído escolas de ler, de contar e de escrever, foi sempre a rede de colégios de ensino secundário o que trouxe reflexos na educação caracterizando-se pelo dualismo escolar, no qual os colégios destinavam-se a um tipo de ensino para o povo e outro para os filhos das famílias econômica e socialmente privilegiadas. A grande massa não tem direitos políticos assegurados e nem acesso ao saber dominante. É excluída da escola das primeiras letras e restringida à educação familiar informal.

Essa divisão dualista de ensino, as aulas lecionadas para os índios em escolas improvisadas, construídas pela própria comunidade indígena, nas chamadas *Missões*, enquanto os filhos dos colonos, com exceção das mulheres e os filhos primogênitos, recebiam o conhecimento nos colégios, locais mais estruturados por conta de maior investimento. Os mais velhos tinham a responsabilidade de envolverem-se nos negócios do pai, aos quais seria dever de dar continuidade.

E, caso houvesse outros filhos da aristocracia que quisessem abraçar a categoria sacerdotal, cursariam a educação superior na colônia, que era exclusiva para a formação de clérigos, aos demais, que se constituiriam em letrados, estes seguiriam para a metrópole, e na Europa - na Universidade de Coimbra - receberiam formação acadêmica regressando para continuar a ser a elite dominante que administraria o Brasil.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias, o Estado assumiu a educação em Portugal, após o que a população ficou sem organização da educação por um período considerável. Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, o então ministro de D. José I, toma algumas medidas, nomeadamente a instituiu o Subsídio Literário, imposto constituído visando o financiamento da escola elementar que, no entanto, não obtiveram sucesso.

Foi apenas no século seguinte, em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil-Colônia que a cultura seria fomentada e também surgiriam instituições culturais e científicas. D. João inaugura o período que tem sequência no Brasil Império (1822 e 1889), e dentro das alterações ocorridas, citamos; A fundação do Banco do Brasil, em 1808; a criação da Imprensa Régia, tipografias e a publicação de jornais também em 1808; a criação da Academia Real Militar (1810); a abertura de algumas escolas, entre as quais duas de Medicina uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro; a instalação de uma fábrica de pólvora e de indústrias de ferro em Minas Gerais e em São Paulo; a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, e a fundação da Academia de Belas- Artes; a mudança de denominação das unidades territoriais, que deixaram de se chamar “capitanias” e passaram a denominar-se de “províncias” (1821), a criação da Biblioteca Real (1810), do Jardim Botânico (1811) e do Museu Real (1818), mais tarde Museu Nacional.

Para Ghiraldelli JR (2008), a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa no Brasil, o país começa a passar por alterações, porém não quanto à Educação Básica, esse nível de ensino não sofreria grandes alterações. O investimento seria para cursos técnicos em nível médio como também em nível Superior. Curso de Cirurgia na Bahia e o Curso de cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro. Posteriormente, Medicina, Academia Real Militar que se tornaria Escola Nacional de Engenharia, ainda no Rio de Janeiro. Assim, sucederam-se reformas conhecidas como reformas pombalinas que tinham o objetivo explícito da educação como responsabilidade do Estado, a serviço do Estado e como da melhoria da qualidade da educação.

O Marquês de Pombal, então Primeiro Ministro e Estado e Portugal empreendeu uma série de reformas no sentido de adaptar aquele país e suas colônias às transformações econômicas, políticas e culturais que ocorriam na Europa. No campo cultural o que se queria era a

implementação em Portugal de ideias mais ou menos próximas iluministas (GHIRALDELLI JR, 2008, p.26).

Então o substitutivo aos jesuítas foram as “aulas régias”, e conforme nos aponta Ghiraldelli JR (2008) eram aulas avulsas e voltadas para organizar as salas de aula/escolas que eram inteira responsabilidade do professor, que uma vez a pusesse para funcionar requisitava ao governo o pagamento devido pelo seu trabalho de ensino.

Embora a Constituição de 1824 fosse específica quanto ao ideário de um sistema nacional de educação: escolas primárias, ginásios e universidades, no aspecto prático, houve um descompasso entre o que propunha a Lei e a efetivação dos objetivos. A solução político-pedagógica encontrada foi a “adoção do método lancasteriano de ensino ou método de “ajuda mútua” entre alunos mais adiantados e alunos menos adiantados” (GHIRALDELLI JR, 2008, p. 28-29).

Podemos observar que no período imperial, apesar de deliberações descontinuadas e fragmentadas e inúmeras, com relação à educação não foi constituído um plano de ação, de outro lado, no campo das reformas educacionais, o período, sob a influência do pensamento iluminista descartou o humanismo católico antiburguês e focou formação de intelectuais nacionais. Ao regressarem da Europa, influenciados pelo iluminismo, influem no desenvolvimento da cultura e na sociedade brasileira. Também, inseriram-se nas reformas estruturais da monarquia portuguesa do Estado.

Gostaríamos de apresentar possíveis aspectos e eventuais contribuições do protestantismo para o processo civilizatório e para o cenário educacional no Brasil. A pergunta que reputamos é: em que exatamente se constitui esta possível colaboração do protestantismo para com a educação brasileira? Ou seja, houve implicações socio- políticas, econômicas e culturais, advindas da presença da educação luterana em nosso país, para a educação?

Antes de abordarmos o problema que nos interessa, a educação protestante no Brasil, precisamos realizar uma breve digressão para entendermos o contexto.

Até a Reforma no continente europeu os índices de analfabetismo eram elevados, mas em decorrência da tese luterana conhecida como *Sola Scriptura*, que defendia que toda pessoa deveria ler a Bíblia, como única salvação, ocorreu um encadeamento de fatos socio educativos, um destes foi efetivamente processo de alteração do índice de alfabetização na Europa, como resultado o aumento considerável do interesse pela alfabetização devido à grande importância que se passou a dar a Bíblia, afinal, para ler as Escrituras, seria preciso saber ler.

Disso decorreu a necessidade de que as nações inseridas no movimento da Reforma organizassem escolas, conforme a exigência do próprio Lutero, que cobrou essa iniciativa das autoridades, na Alemanha. A proposição e a organização de uma escola pública foram fenômenos inauditos para época, eis porque para alguns historiadores, foi a Reforma luterana a origem da escola pública da modernidade. Assim como foi na Europa, o protestantismo influenciou na educação no Brasil, quando o protestantismo consolidou seu ingresso no Brasil no Século XIX visto que em séculos anteriores, registram-se outras tentativas.

Os jesuítas permaneceram por 210 anos (1549-1759) ininterruptos no Brasil, e foram os primeiros educadores do Brasil, concretizando sua influência ímpar sobre a história religiosa e cultural brasileira. Tornaram-se proprietários de terras e senhores de escravos do Brasil colonial, no mesmo modelo da colonização mercantilista.

A expulsão dos Jesuítas deveu-se, entre muitos fatores, ao posicionamento do Marquês de Pombal, para o qual a Ordem representava o atraso e o impedimento do desenvolvimento modernizador de Portugal e de suas colônias. Com a expulsão dos jesuítas, a igreja católica enfraqueceu-se consideravelmente no reino português e nas colônias, embora outras ordens religiosas permanecessem nesses lugares.

A vinda dos grupos religiosos protestantes no período colonial se deu nos séculos XVI e XVII, num período da marcha cabal da Contrarreforma, ou seja, diante do empenho do clero católico na lógica de lograr impedir, ou seja, proscriver o protestantismo. A invasão do Brasil por dois países europeus; França e a Holanda, sendo que uma grande porcentagem dos invasores era protestante, provocou uma reação exacerbada dos portugueses. Nesse contexto avultou-se a consciência nacional, no afã pela expulsão dos invasores, este movimento tratou-se de uma iniciativa protestante frustrada.

Com a independência do Brasil, no período do Brasil Império (1822-1889) houve extrema necessidade de granjear imigrantes europeus, até mesmo protestantes. Em 1824 foi outorgada a Constituição Imperial, facultando-lhes alguma liberdade de culto ao mesmo tempo em que autenticava o catolicismo como confissão religiosa oficial, como afirma em seu artigo 5º: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”.

Até a Proclamação da República, em 1889, os protestantes defrontaram-se com severas restrições tais como, certidões de nascimento, casamento civil, uso de cemitérios e de acesso à educação. A partir do século XVIII movimentos políticos e socioculturais derivados

da Europa, tais como o Iluminismo, a difusão da maçonaria, o liberalismo político e os ideais democráticos, principiaram a ganhar relevância no Brasil atualizando os conceitos e influenciando particularmente no âmbito intelectual, político e religioso, causando impactos relevantes na área religiosa: atenuou o poder da igreja católica e passou a defender progressivamente a liberdade ao protestantismo.

O século XIX atestou o extenuante esforço dos protestantes no escopo de lograr efetiva legalidade e liberdade no Brasil, um progresso demorado, entretanto ininterrupto, rumo à absoluta transigência (1810-1890). Em suma, após persistir 80 anos para conquistar a liberdade de expressão, a liberdade de culto, em 1890 o governo republicano sancionou um decreto separando a igreja do Estado, endossando o completo reconhecimento e a proteção legal aos protestantes.

Um contingente de suíços católicos, no ano de 1820, deu início à colônia de Nova Friburgo. Posteriormente, em maio de 1824, aos alemães luteranos que chegaram lhes foi oferecida a área que havia sido abandonada anteriormente pelos suíços. Os imigrantes, alemães, rumaram para o sul, em um número de 4.800 imigrantes, no período de 1824 a 1830, sendo que 60% eram protestantes.

Os primeiros imigrantes luteranos planejaram a vida religiosa em seus grupos sociais, destacando leigos para serem pastores e professores, contudo, na década de 1850, ao serem descobertas as colônias alemãs na região sul do Brasil, a Prússia e a Suíça enviaram-lhes missionários e ministros. As Igrejas Luteranas perduraram culturalmente separados da sociedade brasileira, até o final da II Guerra Mundial. O Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890, efetivou a separação entre igreja e estado, consagrando aos protestantes, completa liberdade de culto.

A primeira Constituição republicana, em fevereiro de 1891, assegurou a separação entre a Igreja e o Estado, publicou outras medidas como autonomia de culto, a obrigatoriedade do casamento civil e a laicização dos cemitérios, a secularização da educação, não constando a presença da religião no currículo e a igreja católica e protestante foram postas em princípio igualitário de organização, com os mesmos direitos, deveres e oportunidades.

A era moderna com sua tremenda criatividade resultou da reunião da fé protestante com a humanista: vieram daí as ideias modernas de tolerância, da educação e da democracia; vieram também daí a energia e os alvos da época da 'livre empresa'. As implicações práticas da teoria da harmonia natural tomam-se especialmente claras quando se observa o contraste entre os pressupostos sociais e metafísicos da era protestante-humanista em comparação com os da época católica. O catolicismo sempre dependeu da hierarquia supostamente baseada na hierarquia ontológica do ser. Procurou fazer com que o sistema hierárquico controlasse todas as esferas da sociedade.

Nos países onde o catolicismo dominou, como na Itália e na França, conseguiu diminuir os focos de resistência dessas ideias. A era protestante-humanista tem dependido de uma certa harmonia oculta. Dessa forma o protestantismo tem demonstrado maior cooperação e harmonia com as esferas culturais autônomas do que o catolicismo (JÚLIA, 1988, p. 294).

Posteriormente, no ano de 1925 foram propostas emendas constitucionais que objetivando reconhecer a Igreja católica como confissão religiosa dos brasileiros e brasileiras, acabasse permitindo a educação religiosa nas escolas públicas. Ocorreu intensa manifestação contrária dos protestantes, dos maçons, espíritas e da imprensa, contudo foram fortuitamente desconsideradas.

O presidente Getúlio Vargas, por meio de um decreto de abril de 1930 outorgou a ensino religioso nas instituições escolares. O desfecho foi a Constituição de 1934 que introduziu na Carta Magna, na íntegra, os requisitos católicos sem, contudo, sancionar o catolicismo. O intercurso ente igrejas evangélicas, Igreja Católica com o estado brasileiro, após 1964 assumiriam rotas distintas e abissalmente opostas, das quais muitas características ainda repercutem atualmente.

Tentamos recuperar a tensa historicidade da integração dos protestantes e de seu desempenho político na história da educação brasileira e sua promoção social, no intento de cimentar procedimentos significativos na sociedade brasileira.

Diante do até aqui exposto, pretendemos recompilar alguns dados básicos sobre o luteranismo no Brasil, como líderes de instituições eclesiásticas educacionais, considerando que as comunidades luteranas optaram por sua inserção social pela vereda da educação, mormente por seu entendimento de que a ignorância obstaculizaria a absorção dos princípios protestantes, tendo como essencialidade a Bíblia, ora, nessa consideração a educação seria condição fundamental para a participação em seus cultos.

Organizavam-se em comunidades e as escolas eram naturalmente agregadas às igrejas, esta realidade possibilitou exercerem o relevante papel da alfabetização das crianças, não raro, esse trabalho intelectual assomava-se às atribuições pastorais, e apesar de sua precariedade dessas escolas, constituíram-se a gênese de um sistema escolar que deu origem a uma visceral cultura escolar cujo impacto reverbera até hoje.

Portanto, o fato histórico fundante para a compreensão da categoria ideológica dos emigrantes protestantes, especificamente os luteranos, está na composição e na disposição de conteúdos deslocados para a educação brasileira. O seu espaço privilegiado por essas comunidades, foi a realidade alternativa rural e de passagem educacionalmente fragilizada.

Com o distanciamento da religião dominante, além de possibilitar maior acesso aos protestantes que no espaço urbano, evitava-se também a intolerância religiosa e a segregação, que via de regra impossibilitava o acesso a instituições escolares aos filhos dos protestantes, que optavam então pelo modelo alternativo de educação: em cada igreja uma escola.

A princípio o pastor exercia o magistério na comunidade, mas muitas vezes a itinerância proselitista da família pastoral levaria as comunidades a procurar alternativas, primeiro no quadro próprio do município e posteriormente, recorrer a um ministério qualificado feminino, sobretudo missionárias, que traziam consigo novas metodologias, notadamente intuitivas e silenciosas, sem a excessiva memorização que cunhou a educação protestante. Este processo demandou ainda a anexação de arte literária, da ciência, da poesia, das línguas, da música, do cântico e da ginástica, de maneira mais simples e acessível nas comunidades rurais.

O período republicano herdou do império uma rede escolar primária precária, uma escola secundária não frequentada pela classe trabalhadora ainda analfabeta e menos ainda por filhos da aristocracia, e visto que havia discriminação quanto ao trabalho manual e trabalho intelectual. E igualmente, um ensino superior deslocado de seus objetivos. A fase republicana tem como legado o campo educativo deficitário quantitativa e qualitativamente e, em virtude das transformações políticas, a educação nacional passa a sofrer influências positivistas. O governo republicano, ou seja, a República, mas não a *res publica* (coisa pública), pois a marca do elitismo ingressou na escola republicana mantendo a dualidade quanto à instrução pública elementar, delegando aos estados a responsabilidade de financiar e legislar o sistema escolar, que demonstrava inequívoco prejuízo para a instrução pública e chamando para o Estado Federal a responsabilidade de legislar sobre o ensino superior na capital da república, promover instrução no Distrito federal e criar ensino secundário nos Estados.

A educação começa a se articular como um *sistema* na década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde. Na direção das reformas no Ensino Superior criou-se o Conselho Nacional da Educação criado e igualmente as diretrizes para o ensino superior. Destacadamente, o Manifesto de 1932 foi o movimento mais relevante desse percurso, propondo em plena ditadura getulista uma escola pública, laica, universal e gratuita de período integral para todas as crianças de 7 a 15 anos de idade.

No Brasil existia alternância no pensamento filosófico que influíram nas reformas. O positivismo, de orientação científicista e pragmática, enquanto que o pensamento liberal fundamentado na igualdade de direitos e de oportunidades, destruição de privilégios

hereditários, respeito às capacidades individuais e educação universal, influenciou as reformas da educação.

[...] durante o período republicano as classes dirigentes fizeram uso do sistema educacional existente apenas do ponto de vista dos seus próprios interesses sociopolíticos, ou seja, deram sequência à tradição educacional fundada na velha escola de elite. (FERREIRA JR, 2010, p 35)

O elitismo das reformas, porém, não se apercebeu da relevância da educação popular e da ampliação ou *upgrade* da escola de ensino elementar no momento que as estatísticas de analfabetismo no país eram assustadoras. O impasse da educação profissionalizante em nível médio no país é antigo, e no período de 1937 a 1955, o Governo Militar cria um sistema paralelo, a rede pública para qualificação rápida de mão-de-obra, o SENAI e o SENAC. O período ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945) instituída por Getúlio Vargas, foi marcado por disputas ideológicas e o Projeto de LDB (1948-1961). Com a deposição de Vargas processou-se a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que se instalou em fevereiro de 1946, com a atribuição de constituir o Estado de direito democrático. No segundo semestre desse ano, promulgou-se a quinta Constituição da história do Brasil.

Promulgada após a ditadura varguista, a Constituição de 1946 estabeleceu que a União legislaria sobre as “diretrizes e bases da educação nacional”, Artigo 5, Inciso XV. (BRASIL, 2001, p. 64). Apesar do atraso 13 anos (1948-1961), no âmbito da educação brasileira, o texto permaneceu em debate, e o cerne da discordância era alteração de dois projetos em disputa: entre os defensores da escola pública e laica e os apoiadores da escola privada, ou seja, escolas particulares e confessionais. De um lado, aos liberais remanescentes do “Manifesto de 1932”, em aliança com intelectuais de esquerda, e do outro, a Igreja Católica e os setores conservadores da União Democrática Nacional (UDN), o partido político da aristocracia agrária.

Em 1948, o projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, tinha um caráter laicista-liberal, o que levantou um novo conflito ideológico, e importa salientar que a natureza ideológica deveu-se à bipolaridade da política internacional bipolarizada entre sistemas antagônicos: capitalismo versus socialismo.

Em 1958, eclodiu como reação aos interesses dos proprietários das escolas particulares confessionais e leigas, que demandavam seus interesses e pretensões da rede privada de ensino, a “Campanha em Defesa da Escola Pública”, outra vez convocados. À culminância com a publicação do Manifesto dos Educadores, historicamente registrado como

o Manifesto de 1959, reiteravam-se uma enfática defesa escola, pública e laica, como instituição de ensino impar na superação das mazelas da educação nacional.

Na década de 1950, grande porcentagem de intelectuais, desenvolveram pensamentos progressistas, por influência do humanismo socialista e, com apoio da esquerda política, os teóricos desempenharam um papel motivador de vanguardas políticas e culturais, dessa maneira, revigorando, o pacto com a perplexão do ensino público.

[...] A conjuntura brasileira revelava um fortalecimento do nacionalismo e das classes trabalhadoras industriais que haviam surgido com outra grande força no país a partir da década de cinquenta; de outro lado, constatava-se um nível crescente de organização e consciência social por parte do povo na reivindicação de seus direitos. Isso tornava o clima no país, cada vez mais preocupante e ‘perigoso’ para grandes homens do capital monopolista transnacional, que viam a necessidade de uma expressão política para enfrentar o quadro de ‘desorganização’ que atravessava a nação (ROSA, 2006, p. 34).

Foram irrelevantes os investimentos em educação e ampliação da rede escolar realizados entre 1955 a 1964, podendo ser consideradas como exíguas melhoras que não atingiram a população ainda analfabeta com a evasão o campo para os centros maiores a procura de trabalho. Nesse ínterim, após 13 longos anos de debates, promulgou em 20 de dezembro de 1961, a Lei 4.024, a primeira LDBEN da história da educação brasileira cujas reivindicações do setor privado e da Igreja Católica tiveram preponderância com relação à defesa do monopólio estatal para a oferta da educação laica pública e gratuita a população brasileira.

Frente às demandas educacionais, a LDBEN/61 mantinha, em essência, a estrutura de ensino herdada das “Leis Orgânicas” aprovadas durante o Estado Novo e por essa razão estava muito inferior a injunção gerada pelas contradições modernizadoras da lógica capitalista. Permaneceu o binômio do elitismo e da exclusão que se manifestava na educação brasileira desde o período colonial. Nesse contexto educacional vigente no Brasil no século XX teve em Paulo Freire um crítico contundente e em 1961, ele afirmava a constatação da insuficiência quantitativa, da pungente “inadequacidade fraseológica” da escola primária.

A inadequacidade de nossa escola primária consiste na sua verbosidade, no exagero da memorização, na sonoridade da palavra, com que, fugindo à realidade em que se situa, se superpõe a ela. [...] é uma escola que não infunde esperança. Além da reprovação em massa [...] a milhares de meninos cedo antecipados em homens [...] se dão leituras em que se fala de viagens à “fazenda do tio Mário, onde vamos passar as férias”, viajando de trem e de barco e em cujo percurso “mamãe e papai conversam, Ângela e Carmen leem revistas infantis. E eu estou na janela gozando a viagem” (FREIRE, 1961, p. 21-24).

Desde o golpe militar de 1964 interrompeu todas as possibilidades de um projeto crítico social da educação brasileira, e o caráter ideológico militar antidemocrático da educação prevaleceu até a década de 1970. Para Freire (1961), ainda não se havia resolvido a universalização da educação pública, e, o currículo e a concepção de conteúdo pedagógico assim como o processo ensino aprendizagem não coadunavam com a realidade socioeconômica da população brasileira. Foi nesse contexto de transformações econômicas e crises políticas que Freire desenvolveu a sua “pedagogia do oprimido” na qual advoga que a transição de uma “sociedade fechada” (agrária) para uma “sociedade aberta” (urbano-industrial) demandava, necessariamente, a erradicação do analfabetismo,

O método de alfabetização criado por Paulo Freire estava baseado nos chamados “círculos de cultura popular”. Os círculos reuniam, por exemplo, os adultos de uma determinada comunidade rural e processavam um amplo debate sobre as condições de vida, de trabalho e dos elementos culturais que se manifestavam no cotidiano daquela população. Assim, com base nas histórias contadas pelos próprios moradores da comunidade, o educador ia recolhendo ao longo das discussões as palavras mais significativas e representativas da cultura local, e era esse vocabulário popular que servia de referência para a conquista da linguagem escrita por parte dos alfabetizandos. Portanto, as “palavras geradoras”, de uso corrente na linguagem usada no dia a dia das pessoas, eram carregadas de experiências culturais vividas pelos próprios sujeitos do processo de aprendizagem do idioma falado. (FERREIRA JR, 2010, p. 93)

Na década de 1970, na esteira do processo de modernização capitalista, por uma senda autoritária, o regime militar engendrou a Lei no 5.692/71, instituiu o sistema nacional de 1o e 2o graus explicitando a concepção tecnicista da educação, e intencionando estabelecer organicidade entre o aumento da eficiência e produtividade no trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Quer dizer, no comando do regime militar educação foi disposta como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, da eficiência, produtividade, tecnicista, operacional.

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendeu-se a objetivação do trabalho pedagógico. (SAVIANI, 2013, p.381)

Durante a ditadura (1964-1985) o Brasil transformou-se numa sociedade urbano-industrial e, em 1980, a população brasileira constava de mais de 100 milhões de habitantes,

dentre os quais mais de 70% residiam em centros urbanos. Contudo, a modernização acelerada da economia brasileira realizou-se pelo viés no sacrifício das liberdades democráticas.

Em 1979, era reconstruída a União Nacional dos Estudantes (UNE), que havia sido fechada pelos militares em 1968 e posta na ilegalidade, os professores universitários fundaram, em 1981, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), e os professores de 1º e 2º graus revigoraram, com a greve de 1979, a Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Assim, os principais protagonistas do setor educacional passavam a interferir, por meio dos seus movimentos reivindicatórios, diretamente na chamada “grande política nacional”, participando das lutas pelas liberdades democráticas. (FERREIRA JR, 2010, p. 105)

O modelo econômico vigente oficializou a pedagogia tecnicista nas escolas brasileiras, a partir década de 1970, e teve ininterruptão até os anos de 1980. Essa tendência pedagógica desencadeou outras teorias aplicadas interpretar e desvelar o modelo de funcionamento da educação. Em 1982 as eleições diretas para governadores de estado, o corolário das eleições, desencadearam os projetos educacionais alternativos ao ensino tecnicista imposto pela ditadura militar: no Rio de Janeiro os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública). Os CIEPs eram escolas de período integral. Em Minas Gerais, convocou-se o Congresso Mineiro de Educação cujas resoluções visavam combater o clientelismo, revitalizar as escolas normais e programar o ciclo básico de alfabetização e as propostas pedagógicas e os currículos de 1º e 2º graus, com inclusão das disciplinas de: Ciências, História, Geografia e Educação para o Trabalho. Em São Paulo programaram-se reformas pontuais, ciclo básico nas séries iniciais do 1º grau, o Estatuto do Magistério e a reforma curricular do 1º e 2º graus. No Paraná, instituíram-se as eleições diretas para o cargo de diretores das escolas públicas.

Em Mato Grosso do Sul, convocou-se o Congresso “Educação para a Democracia”, que estatuiu propostas de democratização, como eleições diretas para diretores, e progressão da qualidade de ensino da escola pública. A partir dos anos 1990, as políticas educacionais que se estabilizaram no Brasil foram injunções externas. Na última década do século XX dois acontecimentos concatenados marcaram: a hegemonia neoliberal no campo dos países centrais do sistema capitalista e a derrocada da União Soviética. Com o fim da Guerra Fria, o perfil internacional mudou. No novo contexto, as agências multilaterais controladas pelos países capitalistas mais ricos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras, passaram a estabelecer as regras econômicas e políticas para o mundo.

Assujeitados à tese da globalização importou-se estrutura básica educacional transplantada do centro para a periferia do sistema capitalista, privando o país de sua autonomia de elaborar suas próprias políticas educacionais e o Brasil chegou ao final do século XX sem solucionar o grande problema da escola pública: a qualidade do ensino que oferece para as classes populares.

Partindo do pressuposto cultural clássico, e considerando-se o desempenho escolar e o rendimento nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, a miserabilidade do processo educacional não permitiu as crianças de 7 a 14 anos a apropriação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, assim segregando culturalmente sua intelectualidade.

O Brasil chegou ao final do século XX Após o fim da ditadura militar (1985) e da promulgação da constituição de 1988 sem ter conseguido resolver a questão da escola pública para todos e com boa qualidade de aprendizagem e de ensino. Nosso entendimento da História da Educação Brasileira parte de uma dedução preliminar: de que a educação foi sincronicamente, elitista e excludente. Esse binômio tem sido o vetor que nos permite refletir sobre “500 anos” educação brasileira no contexto histórico, quicá o Brasil conhecesse e sobre ela se debruçasse.

Elitismo e exclusão são marcas peculiares de uma política arraigadas nas relações de produção escravistas no Brasil, complementada por um projeto de dominação exercido pelas elites brasileiras desde o início da exploração. Disso pode se deprender que a educação pública brasileira é historicamente determinada pelo processo conservador, elitista de concentração de rendas, impostos a população por meio de ideologias o nacional-populismo, e a ditadura militar regime totalitarista e autoritário.

Atualmente, há no Brasil duas grandes tendências pedagógicas que se sustentam em duas políticas educacionais emergentes na conjuntura recente: a Educação centrada no conceito de *Competências e Habilidades*, sustentada sobre dispositivos legais recorrentes às estruturas das reformas neoliberais mundiais e, de outro lado, reconhece-se a estruturação de uma nova política educacional formulada a partir dos movimentos sociais e políticos do país na trajetória recente de constituição do Estado de Direito após a trágica experiência da ditadura civil-militar (1964-1985). Essa segunda vertente sustenta-se sobre o conceito de *Direito à Educação e a Educação como Direito*. O bloco histórico que ocupou o Estado nos inícios deste milênio buscou solidificar essa tendência política e pedagógica. Há hoje muitos dispositivos legais que surgiram e aglutinam-se nessa vertente e inspiração: o Plano Nacional de Educação

(2014) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) são seus principais elementos de visibilidade, junto a outros.

Na tentativa histórica de superar os estigmas da educação autoritária vigentes no Brasil, muitos movimentos buscam inspirações educacionais e culturais em ideias e valores democráticos, emancipatórios e humanistas. Há, no Brasil, a reconhecida trajetória teórica e política da *Pedagogia Histórico-Crítica*. Há também um destacado movimento de organização das escolas e das ideias pedagógicas denominadas escolanovismo; no Brasil definidas ao redor das experiências denominadas construtivismo, de diferentes naturezas.

Ousamos afirmar que, nas silhuetas das práticas escolares atuais emerge igualmente uma concepção de educação e de Pedagogia definida como Pedagogia Humanizadora, destacando o conceito de *Humanização*, ao lado de *Direito*, como bases sólidas para pensar novas práticas educacionais e novas ordenações didáticas pedagógicas. Nessa vertente encontramos espaços para a contribuição da pedagogia Luterana, revisita e refundada, como uma tradição singular original e propositiva.

Buscamos no presente estudo lograr demonstrar que o modelo luterano de formação se mantém no Brasil sob a perspectiva histórica da *Paidéia Cristã Renovada*, e chega ao Brasil como um dos modelos de formação sob perspectiva confessional, que se atualizou numa tensão de resistência a uma realidade política diversa e contrária, firmando-se somente nos séculos republicanos. Ainda hoje se pode considerar a Educação Luterana como uma destacada rede de educação privada. Há potencialidades interpretativas e fundamentos, históricos e pedagógicos, que podem apontar para outras fontes e outros nichos de inspiração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso encontro com Lutero enfrentou o significativo desafio de realizar uma análise detalhada da Reforma Religiosa, compreendendo-a em toda a complexidade de sua identidade política, cultural e educativa. Tratou-se de conhecer vidas sacrificadas e sonhos adiados, próprios de um período sob um poder clerical totalitário, ideologicamente representado como divinizado.

A pesquisa ora finalizada deu-nos a linguagem científica e a autoridade ética necessária para compreender as tensões, as contradições, os medos, as dúvidas, as utopias, os ideais e lutas de uma época em que pessoas, especialmente aquelas da periferia econômica e social, viviam como de favor de um Deus arbitrário, mediada por sistema corrupto como expressão cabal de uma espécie de colonialismo religioso. Entender o árduo processo histórico de transcender daquele contexto em que os cidadãos comuns viviam uma vida na qual, embora presentes, homens e mulheres estavam concretamente presentes, mas pareciam invisíveis, e quando por algum interesse que não os seus ideais pareciam presentes, sua existência não era considerada real. Ora, para entendermos esse paradoxo é preciso fazer um caminho, por meio de alguma forma de análise de classes. Processo sempre doloroso, mas necessário de objetivar a condição desigual e o poder assimétrico estabelecido entre mundos, culturas e linguagens, coexistindo num mesmo tempo e espaço.

A história das relações sociais entre os homens religiosos no Século XVI era estreita, íntima, porém frágil, condição em que Martinho Lutero não aceitou, e fez uma proposta diferenciada de sociedade e de educação, em que homens e mulheres poderiam desenvolver o poder e a compreensão de como existem no mundo. Ora, o mundo não é uma realidade estática, mas uma realidade em transformação, hoje o sabemos e ao olharmos a partir do momento presente para o específico período em que se deu a Reforma, podemos analisar que a experiência vivida por Lutero durante e pós Reforma, com relação à comunidade, era de subordinação e de assimilação forçada, como um instrumento para dar aos sujeitos voz individual e coletiva. Esse processo envolveu ações processuais que possibilitaram o reencontro

com a subjetividade e a busca de superação da posição de subserviência às imposições que lhes causavam estranheza social.

A proposta democrática e crítica permitiu-nos compreender que o contexto europeu dos séculos XV e XVI foi palco de transformações econômicas, sociais, religiosas e educacionais e que tornou-se o germe do capitalismo em todos esses elementos, e que fizeram com que surgissem mudanças também na ordem da Filosofia, na concepção e produção intelectual, no trabalho e nas demais instâncias dessa época.

Ao aprofundarmos a análise histórica fundamentada na realidade observamos que a Modernidade não consolidou as promessas de infabilidade da ciência, que consolidaria um mundo melhor para todos e para todas, antes sim, a realidade e a materialidade de guerra, da fome, da violência, que são questões não resolvidas nos últimos séculos e despertam o interesse pela história passada, tanto quanto aos aspectos políticos e econômicos quanto à educação e aos diferentes processos pedagógicos.

Tentativas de investigação sobre outras proposituras educacionais, outros valores e diferentes modelos que, embora destituídas de princípios do racionalismo e do Iluminismo, no entanto, influenciaram e transformaram sociedades inteiras em séculos anteriores já foram sobejamente estudadas. Esse foi igualmente nosso horizonte motivador.

Dentre muitas ações pedagógicas insuficientemente valorizadas na história contemporânea, importa recuperar e atualizar as contribuições da *educação reformada luterana* e do aporte que esta concepção de mundo e de educação tem a oferecer nesse momento de crise econômica, cultural e de ruptura de valores.

Ainda que analisado pelo prisma religioso, Lutero, movido por indignação, lucidez e rebeldia ao sistema então considerado corrupto e devido a seu inconformismo, robustecido por sua fé e por sua religiosidade, por suas angústias e sua humanidade, assumiu posicionamentos revolucionários, políticos-pedagógicos e inovadores, que influenciaram a Europa renascentista na área econômica, política, cultural e nas dimensões sociais. O processo formativo e educacional, naquele período em que a sociedade ocidental transitava do Feudalismo para o modo de produção capitalista teve uma mudança radical.

Foi Lutero, na Alemanha, quem impulsionou a força política à programação de um novo *sistema escolar* e difundiu a necessidade de a escola chegar às classes populares, para que cada sujeito pudesse ler as Sagradas Escrituras e interpretar a palavra de Deus não mais submetido à Igreja Católica. Ora, inserido à época em que viveu, o fato de que suas ações e toda

a sua produção, quer como pedagogo, quer como agente de mudanças sociais, estão ajustadas e responderam à concretude que o *novus* demandava naquela conjuntura.

Atualizando sua utopia de coletivo educacional, proposta essencialmente comunitária e participativa, fazendo a denúncia das condições opressoras, discriminatórias e excludentes, de origem real e firmado em sua experiência corajosa e concreta em engajar-se, pôde servir de fonte de inspiração à construção de novas utopias no momento presente.

Quanto à população, aglutinou multidões à sua luta, ao fazer suas denúncias públicas direcionadas às profundas estruturas de exploração afligindo a milhões de pessoas de maneira violenta, processo que foi de dor e de esperança por meio do qual anunciou-se a mudança real e material na Alemanha e Europa.

Quanto ao poder vigente, foi capaz de ler os estamentos de seu tempo e aliar-se aos príncipes, dimensionar sua força e pautar seus interesses junto aos interesses emergentes mantendo seu objetivo de restaurar a verdade e a justiça, incorporando a sociedade local a seus projetos. Nem sempre isso é de fácil interpretação.

Sua concepção de *universalidade* e de *publicidade* do ensino foi referência que cimentou a consubstanciação da educação na esfera do Estado. Paralelamente à mudança social, que se dá com base nos interesses da classe que detém o poder econômico, político, social e no contexto reformista o trabalho manual produtivo encontrava-se em destaque a questão ética. Havia novas demandas que determinavam outra formação para atendê-las e se recomendava uma educação pragmática, ou seja, de ordem prática, realista, empírica e que formasse para a vida, para a família e para o trabalho.

Ao distinguir as esferas espirituais das seculares na qual se dá a materialidade da vida, instauraram-se alterações culturais e relacionamentos sociais, e desse movimento decorre a dinâmica da educação. Lutero no contexto a que estava circunscrito propôs um conhecimento associado ao uso prático também da classe trabalhadora, nos limites de seu tempo. Ao perder a hegemonia a Igreja Católica, que legitimava as relações verticais que predominavam na sociedade e no modo de produção feudal, de acordo com os seus interesses, começou a ser questionada; e a nova visão de mundo causou mudanças no plano cultural, religioso, enfim, no âmbito da superestrutura. Nessa correlação de forças, o movimento protestante buscou legitimar novas relações sociais, econômicas e no mundo do trabalho, possibilitando o desenvolvimento do comércio e do enriquecimento, germe do capitalismo.

As proposituras pedagógicas de Lutero, seu indubitável contributo para a educação escolar, como: o currículo, a disciplina, a relação com a família e sociedade, estão registradas

de forma ampla, ou mais restritas, estão reconhecidas aqui como sendo vanguardistas no contexto da Alemanha, da Europa e conseqüentemente do seu tempo e mundo,

Trata-se de um fato revolucionário ímpar de transformações religiosas, ético-políticas econômica, social e educacional, decorrentes da Reforma Protestante ao final da Idade Média, determinando mudanças educacionais cruciais como o nascimento do ensino público, a influência na escolarização popular, a modificação do currículo escolar, do método e no reconhecimento e formação dos professores.

Nesse mesmo aspecto, Manacorda (1989), afirma que as manifestações sociais que ocorreram na Alemanha por influência de Martinho Lutero deram início à reviravolta no “sistema de Ensino”. O destaque é nosso, para frisarmos a gênese do sistema educacional moderno, público, gratuito e universal que está, de fato, parido pela obra de Lutero. A afirmação de que o grande propulsor na revolução da educação foi Martinho Lutero fundamenta-se na assertiva de que ensino que não apenas para os nobres. Cambi (1999, p. 142), afirma: “O romantismo já tinha reconhecido a particularidade da sociedade medieval, centralizada em torno do valor religioso e da autoridade da Igreja”. Parece, portanto, que a religiosidade legalista medieval foi agente de transformações estruturais. As categorias que balizaram nossa análise estiveram no âmbito de reconhecer a cultura popular, a religiosidade e a identidade social, visto que instituem sentidos e significados às ações sociais.

Lutero criticava a hegemonia católica e seus desmandos. Ele afirma ainda que a transmissão da história e a transmissão das tradições cristãs restauradas seria a base para a humanização. Afirma ainda que caracterizaria a humanidade e dar-lhe-ia os principais referenciais axiológicos, além de resguardar a sua essência. Posto isso, há que se idealizar referenciais axiológicos que inspirem um novo sentido para a uma nova humanidade, que pela desesperança tem se voltado em busca do arcaico, a exemplo de poderes autoritários; ao misticismo na lógica capitalista, exemplarmente denunciado por Lutero, a miséria que tem ceifado vidas, da maneira indigna na espécie humana, a fome.

Não existem certezas ou capacidades individuais indicativas para a reconstrução de um novo projeto civilizatório, há sim, o desafio de identificar remanescentes culturais, educacionais e referenciais de humanização, por isso, evidenciamos que a civilização da atualidade, precisa debruçar-se sobre outros alicerces de sua cultura. Educar indivíduos particularmente éticos, com hábitos constantes para a prática do bem, com disposição para a excelência, vinculados ao propósito da vida humana: justiça, amizade, amor coragem, moderação, temperança e justiça.

A compreensão da história enquanto o reino de *Cronos* e como manancial de singular olhar para o passado e para o prosseguimento de esperanças, e de um lugar no futuro, cujo caminho é a família e educação, pois sem o conhecimento e a virtude prevalece a ignorância que leva ao erro, para Lutero resguardava a individualidade e as relações sociais e humanas de igualdade coletiva, anteriormente proposta pelo Cristo histórico ou o Cristo transcendente, inspiração perene de Lutero.

O conceito de razão crítica e emancipatória permeando a política, a família, a religião e a escola, como fatores de humanização; o ícone do universo consoante a perspectiva da civilização helênica; o entendimento de justiça e dignidade humanas da revolução burguesa; o valor da democracia, interpretada como premissa da coexistência humana e de convívio solidário, sem o que não se pode falar na Paz destacaram-se nesse estudo.

Esses indicadores são legados exemplares de muitos agentes religiosos, de Jesus de Nazaré, dos gregos, da cultura helênica ao interrogar incessantemente possíveis caminhos para reinventar a humanidade e permitem questionar a lógica capitalista do sistema que continua explorando e produzindo cada vez mais injustiças sociais.

A percepção *humanista e humanitarista* de Lutero é agregadora, facultava a possibilidade da formação geral para coletividade, independente de gênero. É bom considerar que a inclusão da mulher foi de grande avanço e, para um homem de seu tempo, Lutero desafiou o sistema patriarcal, discriminatório e excludente. Ainda com relação à mulher, o preceito doutrinário do sacerdócio universal do cristão, gerou *equidade de gêneros* no direito à educação, com o mesmo currículo, o mesmo grupo de professores, porém não com a mesma carga horária, ela deveria ter menos tempo voltado à educação em razão de seus afazeres domésticos, e ainda assim, foi significativo.

Ao importar-se com a educação da mulher e para incluí-la no sistema, Lutero defendeu a necessidade de formação das gerações mais novas, e que a escola lhes transmitiria conhecimentos, valores e crenças, abrindo-lhes possibilidades para novas realizações no governo da cidade, o que indica nessa mesma estrutura medieval, socialmente estratificada, a probabilidade de ascensão social.

Podemos ponderar quais são os valores familiares e sociais da contemporaneidade? Como atualmente a escola pode validar esses valores e quais valores? Toda a pessoa deseja ser mais e qual tem sido a participação da escola nesse ensejo? A escola possibilita que todas as crianças aprendam? Sua estrutura legitima os *direitos humanos*, com o direito da criança a aprender? Ou continua o mito de que a cultura da pobreza brasileira dificulta seu processo

escolar? Não é chegada a hora de aprofundarmos estudos e pesquisas e instituir um novo modelo de currículo, de novos métodos e disciplinas transformadoras?

Ora, em conformidade a referência do homem Jesus, para Lutero o conceito era do conhecimento e não da força bruta, e assim, pouco-a-pouco vai se entretecendo uma nova moral, a proposta cristã protestante que ultrapassa os limites da Europa. A criança popular tem outro referencial humanizador que não seja a escola?

Assistimos em nossa sociedade a milhares de ações de violência, de exclusão e de situações berrantes de marginalização, bem como o fortalecimento de organizações criminosas, a escola teria umas atribuições nessa difícil conjuntura? A sociedade determina o tipo de escola, ou há uma relação dialética entre essas instâncias?

Na Educação citada como universalista percebemos uma familiaridade com a proveniente emergência da educação na Grécia antiga, a formação integral do homem, forjando a força moral e consciência dos valores comunitários assim como imagem exterior, conforme a época, como afirmava Lutero. Qualquer que seja a experiência na História ela comprova que jamais a força destituída da razão ou da sabedoria, encerrou sucesso. Combatia a ignorância uma vez que para ele o desenvolvimento pessoal e social dependia do conhecimento, da razão e não dos punhos, dizia ele, postulava que não é a força, mas a sabedoria ou a razão que deveria imperar quer entre os maus quanto entre os bons.

Os projetos que estavam em disputa a época eram a *Paidéia cristã católica*, voltada para a formação da elite, a *Paidéia* renascentista que propalava os princípios antropológicos e a laicidade; ainda assim mantendo a metodologia escolástica e, como tal, foi elitista e intelectual e não popular, e por fim a nascente *paidéia cristã protestante*, que a princípio foi popular, no sentido de que destinava-se a toda população, incluindo o povo inclusive os servos, além dos comerciantes.

Aliás, a historiografia da educação parece ainda não ter investigado essa Educação Popular pelo viés da História da Pedagogia assim como a Educação de Jovens e Adultos, o ensino nos processos de alfabetização e letramento, no cenário da imprensa desenvolvida por Gutenberg e do analfabetismo; tantas são as possibilidades de aproximações.

Nesse sentido na disputa de projetos de educação no Brasil há que se considerar a relevância e a assertiva política nos escritos de Lutero quanto a uma educação pública, universal e gratuita, a gênese da educação pública, porque criada, organizada e mantida pelo estado e subvencionada pela sociedade e pelos pais. Ainda quanto a esse modelo de educação reformista, há relevância ao apreço de Lutero a favor dos anseios da criança e da juventude. Num tempo

em que sorrir era demasiado, em que não havia o conceito de infância e a puerícia era desconsiderada, e a criança entendida como um adulto em miniatura, havendo inclusive uma espécie de constrangimento, de rigidez, e até de aspereza na relação familiar, Lutero propôs ludicidade na aprendizagem e descontinuou a disciplina repressiva.

Propôs também que as crianças igualmente aprendessem a cantar e dançar, a jogar e a estudar música e que o processo educativo deveria, portanto, ocupar-se da educação infantil introduzindo a ludicidade no processo de ensino, e que o ambiente escolar permitisse a criança ser criança, respeitando seus ímpetos e suas potencialidades e limitações infantis. Em outras, palavras, significou a *humanização do espaço educacional*, em um período austero, intransigente e implacável com relação às fragilidades da meninice, tão pouco consideradas.

Com relação ainda ao conhecimento, aglutinou a instrução dos conteúdos escolares a uma instrução prática, cabendo também à escola o preparo de cada cidadão do burgo, preparando-o para as diferentes convocatórias sociais, para a diferente divisão do trabalho em desenvolvimento e a reorganização das cidades, e acima de tudo, para a ação moral e religiosa. Ora de um lado Lutero estava claro de que a educação moral era de responsabilidade intransferível da família (pais), ministrando a latente alma humana, do jovem e do adulto. De outro, lado, basilarmente as autoridades de cada município, província, Estado, seriam mantenedoras da educação pública, desde a educação elementar até a universidade, para as crianças e jovens independente da classe social.

Pudemos aquilatar a reforma no ensino realizada por Lutero possivelmente, com auxílio de seus amigos e colaboradores, ao inventariar diretrizes e prescrições para a organização sistema escolar, observando que a sociedade em transição exigia uma educação que preparasse indivíduos urbanitas para o trabalho e para a vida na urbe. O projeto pedagógico de Lutero era humanista cristão, e aqui se faz necessário que essa terminologia seja tradição entre os cristãos, pois entende que não se está tratando do humanismo grego, ou do humanismo como corrente filosófica renascentista, mas com a terminologia mencionada.

Recomendava a leitura da Bíblia em língua vernácula no ensino elementar para a apropriação das crianças, mas ainda assim, isso não bastaria. Igualmente o estudo do latim foi indicativo de acordo com seu planejamento dos colégios humanistas, para o ensino secundário. Vale-se de sua autoridade política pedagógica para então estabelecer o ensino do latim, do grego e hebraico, e ainda o ensino da gramática e a leitura de textos mediante o estudo de obras literárias pagãs e cristãs. Orienta ainda o estudo das ciências, das artes liberais e da história,

dando ênfase ao ensino de História, visto que por meio dela as crianças poderiam conhecer a sabedoria de todo o mundo e saber posicionar de acordo com os valores cristãos.

Quanto aos métodos, reivindica a aplicação de novos métodos no processo educativo, acatando os princípios pedagógicos da escola humanista, baseado na prioridade das línguas e na centralidade da educação gramatical. E orienta a metodologia de ensino-aprendizagem da juventude, enfatizando a liberdade no processo pedagógico escolar, dando a liberdade ao jovem no seu processo educativo. A educação não questiona pedagogicamente a questão de se manter tradição oral para aquisição do conhecimento, embora a Reforma não objete a oralidade, contribuiu no processo de transição da cultura oral para uma *cultura da leitura e da escrita*, alterando sua estruturação. É também inegável o crescimento da rede escolar e da alfabetização no período a Reforma.

Com relação aos professores, Lutero exigia qualificação e reivindicava excelência na formação docente, nivelando-a aos ofícios clericais, considerando a necessidade de estudos que exigiriam grandes esforços em tempo relativamente curto, sugerindo inclusive que pudesse haver dedicação exclusiva e que fosse vitalício. Observa-se que Lutero considerava a profissão extremamente importante, como também extremamente importante seria o tempo investido para especializar-se no ensino.

Para tratar do financiamento da educação, solicita a colaboração dos pais, mas sua convocatória às autoridades das cidades, para que construíssem e financiassem a educação, entretanto, não deixa a educação atrelada a benevolência dos pais e desresponsabiliza a Igreja de assumir relevante tarefa. Os pais não participam do financiamento da Educação Básica de sua prole, e em muitas regiões agricultáveis, como na Idade Média é difícil abrir mão do trabalho em benefício da escolarização da criança. Ademais, há ainda uma porcentagem desses jovens, que são duplos trabalhadores, a escola e o campo.

Igualmente, não convoca os príncipes para o respectivo financiamento, embora parece o óbvio, volta a atribuição como dever aos conselhos em cada cidade, entendendo ser esta uma responsabilidade municipal do poder político e social. Interessante, esse pensamento progressista de Lutero, incumbindo a base, uma vez que a vida da cidade, dependia da educação para formar os cidadãos.

A pedagogia de Lutero, para o modelo de educação exposto, tinha como elementos fundantes o que ora passamos a tratar. Uma educação que fosse *popular*, todas as crianças deveriam ser integradas a educação formal independente de classe social. Dessa maneira, são convocados para a escola, os filhos do aristocrata, assim como o do servo, pois em sua

concepção igualmente as crianças empobrecidas eram dotadas de capacidades necessárias para aprender.

O *pedagoga* entendia que a população deveria ser alfabetizada, pois também o pastor comum era necessário à pregação e ao catecismo. Já os filhos da aristocracia e dos burgueses enriquecidos teriam acesso à educação elaborada e exerceriam outras funções igualmente necessárias. Parece que a formação da elite, aqui é diferente, mantém-se a dualidade educacional, os filhos da nobreza e da alta burguesia de comerciantes tinham acesso aos colégios, e aos camponeses negociantes e artesãos, dispensava-se a escola popular de ensino elementar. O sistema brasileiro já universalizou acesso à escola, mas ainda não garantiu a permanência e o sucesso das crianças da periferia no processo educativo.

O objetivo de Lutero era a aculturação, ou seja, o método de introduzir o cristianismo enquanto cultura, à cultura própria da Alemanha, o que é muito comum em países onde a religião cristã está fundada, os elementos culturais do cristianismo são incorporados à cultura do país, e seria função da escola a formação da elite d sociedade civil, quanto a religiosa.

Ainda que haja controvérsias, não há nos registros acervados de Lutero, indícios de proposições pedagógicas distintas, entre classes sociais, como já afirmamos a escola estruturada tanto para as classes populares quanto para a classe social abastada, o que se pode observar foi o emprego diversificado na direção da escolaridade proposto a todos que frequentavam a escola. Ademais, nossa questão referencial é de que a educação era para todos e todas, e todos e todas teriam acesso à escola condição estabelecida para a transformação social, assim, ainda que ele tivesse seguido o modelo anterior de oferta de acordo com a estratificação social, a relevância ainda estaria na inclusão educacional.

E embora afirmem alguns historiadores não ter sido Martinho Lutero quem instaurou a escola pública para todos, ousamos afirmar que na Grécia Antiga e, também no período anterior a efetivação da Reforma, havia protótipos de educação para todos, mas, a materialização da escola pública, como responsabilidade social, com manutenção efetivamente das autoridades e para todos, essa sim foi estabelecida por Lutero e em nossa compreensão o germe da escola pública promulgada pela Revolução Francesa, mas não consolidada.

Caberia às autoridades a reponsabilidade pela oferta, pela preservação, continuidade e intendência da escola pública municipal, visto que o benefício seria revertido para a própria cidade e conseqüentemente para as instituições governamentais, enquanto que descumprimento do prescrito geraria o insucesso da população que seria creditado a elas. O fundamento epistemológico da pedagogia luterana é a vida ativa, as possibilidades de o homem

interagir no mundo e seu critério de validade do conhecimento humano é o vínculo ao mundo do trabalho, ao ato humano de transformar a si e a sociedade.

A pedagogia luterana evidencia-se em nosso entendimento, como pedagogia das práticas sociais, visto que alicerçava a combinação de ideários e esforços para estabelecer a associação de metas, objetivos e programas, vinculando a organização da cidade e da escola como parte de uma ação de mutualidade. Da mesma maneira as categorias governo e educação eram para ele, inalienáveis, tendo em consideração que a escola deveria formar o cidadão para a *urbes* e para o desenvolvimento do Estado.

Pudemos também analisar a pedagogia luterana inserida em sua realidade, como uma experiência cotidiana emancipatória. Ao dar atenção aos anseios das pessoas em sua existência cotidiana e laboral, com suporte na pedagogia humanizadora e prática, inclui questões polêmicas como formação para a cidadania, a transformação da conduta do povo e da cidade, pela educação.

O ensino e a instrução, para a pedagogia de Lutero estavam inseridos em qualquer que seja o lugar, nos campos ou em oficinas, e em qualquer profissão, aliás, o exercício profissional passa a ter um significado também emancipador encetando para vida produtiva na sociedade e para garantir o seu sustento. A pedagogia da vida ativa e também moral de Lutero defendia que no espaço social, no espaço religioso, nas questões morais individuais, familiares, o descaso com as pessoas comuns, problemas abarcados pela Reforma, só seriam passíveis de solução se houvesse uma sólida estrutura no âmbito educacional, que tornasse possível garantir uma sociedade melhor.

Importa ainda considerar que suas ações pedagógicas estão contextualizadas a um Ocidente e a uma sociedade cristianizada e que apesar das divergências, a educação cristã protestante não foi alienante, mas prática e política. O que identifica a pedagogia de Lutero é a sua intencionalidade, desde o princípio, *de ensinar a todos e todas*, para que vissem bem essa vida secular, cada qual em sua dimensão social e de trabalho. A educação, os valores, as ideologias, as normatizações seriam para que moral das pessoas fosse relevante e orientasse eticamente a vida a ser vivida e houvesse liberdade para a construção dessa vida, da família e das relações comunitárias, objetivadas sobre a realidade.

Não havendo consenso entre os historiadores com relação à criação, à manutenção das escolas elementares e secundárias, e assim também que o custeio pelos cofres públicos sob a responsabilidade do Estado, afirmamos que essa prática tenha início a partir da Reforma. Ao concluirmos esse estudo, demarcamos a escola pública, universal, gratuita e obrigatória ao

movimento reformista liderado por Lutero, aqui considerando o consenso histórico da veracidade quanto a ter havido maior avanço em publicizar a educação entre os países protestantes, inclusive influenciando outros países da Europa.

A proficuidade da escola, nas palavras do próprio Lutero, seria para que as crianças e os jovens aprendessem a transcendência, os valores, as ciências, a iniciação ao trabalho de maneira que, mais tarde, pudesse torná-las pessoas aptas ao governo da Igreja, do Estado, do município e dos países, das pessoas, prontas para a gestão doméstica, dos filhos e da criadagem, Lutero (2015). Esse ideal demonstra uma nova identidade da escola e da ética social.

Dentro dessa perspectiva, fez uma real divisão de trabalho entre os gêneros para diferentes governos e direção, Estado e casa, orientando inclusive o comportamento a todo estrato social, ensinando e instruído as condutas sempre nos lócus das virtudes cristãs, fé, esperança e amor, e ainda quatro virtudes medulares de Platão, temperança, prudência, fortaleza e justiça.

Lutero valorizou o *aprendizado profissional* aos meninos e meninas de acordo com a divisão de trabalho, e assim, conciliou-se a escola elementar, o aprendizado da língua com a formação para atividades remunerativas, mas que não fossem apenas atividades rentáveis, pois a instrução e o ensino deveriam torna-lo pessoas necessárias, e indispensáveis ao futuro da cidade.

A primeira questão da contemporaneidade é a atualização da proposta pedagógica de Lutero no panorama do Estado brasileiro; o Estado precisaria garantir o financiamento e a manutenção e politicamente ainda sustentasse um currículo na perspectiva dos direitos humanos e da formação integral do sujeito. O modelo luterano de educação, a Paidéia cristã intencionava que a escola fosse o dispositivo de formação do homem e do cidadão, uma formação que educasse o sujeito para toda a vida, de maneira que a integralidade do processo educativo exercesse pleno efeito sobre a pessoa e que não fosse para um determinado ciclo, para toda vida e exercício da cidadania.

A legislação brasileira é específica quanto a educação escolar desenvolva o trabalhador e o cidadão, o que seria exequível desde que observasse o modelo luterano em que o desenvolvimento do homem, da cidade e da educação eram inseparáveis e inalienável. Se efetivarmos uma análise mais profunda, a educação brasileira forma que tipo de homem? Quais têm sido os valores e os referenciais das crianças e dos jovens? Qual tem sido o papel social da escola, tem impactado a cidade? Esse pedagogo afetou a educação de seu tempo e tem

repercutido em vários pontos do mapa mundial, porque o processo educativo não é alienado ao ser humano.

E, para concluir, em que pesem os avanços realizados por Lutero na Educação, a Alemanha continuou a conviver com situações de exclusão educacional de crianças, jovens e adultos que não tinham condições estruturais para completar o ensino. Mas a experiência luterana abriu espaços para a modernização da sociedade e da cultura alemã, através da escola e de seu legado.

Portanto, a taxa de atendimento na educação infantil com relação ao ensino médio foi menor que a pretendida, e em relação à permanência das crianças e jovens na escola e à aprendizagem, os desafios foram ainda maiores e não concluídos pelo movimento da reforma foram nos séculos posteriores assumidos como plataforma da Modernidade.

Porém, uma coisa é fato, se a força propulsora do Renascimento foi a mudança nas Ciências e nas Artes, incontestavelmente, a mudança na Educação e da Escola deveu-se ao movimento de Lutero. Foi a mudança do paradigma educacional, o espírito comunitário e a instituição de um sistema escolar público, gratuito e popular, desde a educação infantil, com repercussões internacionais, por assim dizer, que inauguraram a Modernidade.

Fizemos um extenso caminho. Ao chegar a esse ponto olhamos para trás e somos tomados de um sentimento abissal: Lutero fez a lição da *Paideia Cristã*, aquela que configura o *querigma* cristão em sua essencialidade: *Ide, ensinai a todo e todos os que crerem serão salvos*. Se, para Jesus, a Fé pode ser ensinada, para Lutero, fiel a seu Mestre, todas as crianças, todos os filhos de Deus, todos os homens e mulheres, todas as pessoas podem aprender, pois se a Fé pode ser ensinada, nada há que não possa ser aprendido. Nisso reside sua exigente atualidade!

## REFERÊNCIAS

- AHLERT, A. **Reflexões éticas e filosóficas sobre a educação escolar**. Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653) n.º 42/6 – 10 de maio de 2007.
- ALTMANN, W. **Lutero e Libertação – Releitura de Lutero em perspectiva latino-americana**. São Paulo/São Leopoldo: Ática/Sinodal, 1994.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- ARNAUT DE TOLEDO, C. A. **A questão da educação na obra de Martinho Lutero**. Acta Scientiarum 1999. Universidade Estadual de Maringá.
- ARROYO, M. A. **Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo?** In: Revista Outro Olhar – Revista de Debates. Ano IV, n. 4, BH, out. 2005.
- ASSOUN, P-L. **De Freud à Lacan: le sujet du politique**. 2003. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cites-2003-4-page-15.htm>.
- \_\_\_\_\_. **Freud e a mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- BAESKE, A.; DREHER, N. & outros. **Reflexões em torno de Lutero**. São Leopoldo, Editora Sinodal, 1984.
- BAHIA, J. **Magia e religião: heranças de outro mundo**. IHU *on line*: Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo: UNISINOS, n. 271, 2008.
- BECK, N. **Igreja, sociedade e educação: Igreja, sociedade e educação estudos em torno de Lutero**. Porto Alegre: Concórdia, 1988.
- BLISSETT, L. **O caçador de hereges**. São Paulo: Conrad, 2002.
- BRASIL. Senado Federal. Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. **Constituições brasileiras: 1946**. Brasília, 2001. v. 5.
- BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O século XVI: o início da pedagogia moderna**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CAMPOS, B. **Da Reforma Protestante à Pentecostalidade da Igreja**. São Leopoldo: Sinodal. 2002.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHAUNU, P. **O tempo das Reformas (1250-1550) a Reforma protestante**. Lisboa: Edições 70, 2002.

COOPER, J. W. **The Outlines of political theology in the Protestant Reformation.** *Teaching Political Science*, Beverly Hills, v.10, n.1, p.43-51, 1982.

COUSINS, P. J. **Evangélicos latino-americanos são herdeiros de Martinho Lutero.** Disponível em: <<http://www.geocities.com/Athenas/Acrópolis/7537/lutero.htm>>, acessado em 29.10.03.

CUNHA, M. C. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIEL, P. F. **As escolas dos mosteiros medievais: dinâmica social, didática e pedagogia.** 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4496/449656535015/html/index.html>.

DREHER, M. N. **A Igreja no Mundo Medieval.** São Leopoldo: Sinodal, 2007.

DUCHROW, U. **Os dois reinos: uso e abuso de um conceito teológico luterano.** São Leopoldo: Sinodal, 1987.

EBY, F. **História da educação moderna.** Porto Alegre: Globo, 1976.

ENGELS, F. *Concepção materialista da história.* In: **Marx e Engels: história.** São Paulo, Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.* In: ELIADE, M. **Tratado de História das Religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FEBVRE, L. **História.** São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, F. **Os circuitos da história.** São Paulo: Hucitec, 1997.

FERRARI, M. **Martinho Lutero, o criador do conceito de educação útil.** Nova Escola, São Paulo, n. 187, p. 30-32, nov. 2005.

FERREIRA JR, A. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX.** São Carlos: EdUFSCar, 2010. (Coleção UAB-UFSCar).

FRANCO JR., H. **Idade Média, nascimento do Ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREIRE, P. **Escola primária para o Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 35, n. 82, p. 15-33, abr./jun. 1961.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- GALLO, S. **Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação**. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- GASPARIN, J. L. **Comênio ou da Arte de Ensinar tudo a todos**. Campinas: Papyrus, 1994.
- GHIRALDELLI JR., P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2008.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JARDILINO, J. R. **Lutero & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- JARDILINO, J. R. L.; LIMA, É. F. S.; LOPES, L. P. **Protestantismo e educação: escola paroquiais no contexto do ensino de primeiras letras em São Paulo**. Cadernos de História da Educação, n.10, v.2, 2012.
- JULIA, D. *História Religiosa*. In Le GOFF, J. & NORA, P. **História Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LE GOFF, J. **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia e pedagogos... Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR 7:2001.
- LINDBERG, C. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- LUTERO, M. **À Sua Majestade Imperial e à Nobreza Cristã sobre a Renovação da Vida Cristã [1520]**.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a Escravidão Babilônica da Igreja [1520]**.
- \_\_\_\_\_. **Da Liberdade Cristã [1520]**.
- \_\_\_\_\_. **Dieta de Worms [1521]**.
- \_\_\_\_\_. **A confissão de Augsburgo. [1530]**.
- \_\_\_\_\_. **Os catecismos**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pelo evangelho de Cristo.** Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Da Vontade Cativa.** Martinho Lutero: **Obras selecionadas. Debates e Controvérsias**, II. V. 4. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 1993.

\_\_\_\_\_. **Catecismo Menor e Maior.** In: **Livro de Concórdia**, 4. ed. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1993a.

\_\_\_\_\_. **Uma prédica para que se mandem os filhos à escola [1530].** In: \_\_\_\_\_. Martinho Lutero: **Martinho Lutero obras selecionadas.** São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura, 1995.

\_\_\_\_\_. **Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs.** In: \_\_\_\_\_. *Martinho Lutero: Obras selecionadas.* Ética: Fundamentos – Oração – Sexualidade – Educação – Economia, v. 5. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 1995.

\_\_\_\_\_. **Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs [1524].** In: \_\_\_\_\_. Martinho Lutero: **Martinho Lutero obras selecionadas.** São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura, 1995, v. 5.

\_\_\_\_\_. **Aos Pastores, para que Preguem Contra a Usura.** In: **Obras Selecionadas.** Vol 5. São Leopoldo-Porto Alegre: Sinodal-Concórdia, 1995b.

\_\_\_\_\_. **Comércio e Usura.** In: **Obras Selecionadas.** Vol. 5. São Leopoldo-Porto Alegre: Sinodal-Concórdia, 1995b.

\_\_\_\_\_. **Educação e reforma.** São Leopoldo: Sinodal, 2000a. (Coleção Lutero para hoje).

\_\_\_\_\_. **Política, fé e resistência.** São Leopoldo: Sinodal, 2000b. (Coleção Lutero para hoje).

\_\_\_\_\_. **Economia e ética: comércio e usura - 1 parte.** São Leopoldo: Sinodal, 2001. (Coleção Lutero para hoje).

LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia.** São Paulo: Nacional, 1984.

\_\_\_\_\_. **História da educação pública.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias.** São Paulo, Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas: Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. *As Origens do Pensamento Moderno e a Ideia de Modernidade.* In: MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, s/d.

MAYER, F. **História do pensamento educacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

MEDEIROS, D. H. **Os jovens e o material didático de história: uma análise na perspectiva da construção da consciência histórica**. Curitiba, PR. (Dissertação de Mestrado). UFPR. 2004.

MELANCHTHON, F. **Lutero visto por um amigo**. Porto Alegre: Concórdia, 1983.

MONROE, P. **História da Educação**. São Paulo: Nacional, 1984.

MORAES, A. P. **Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural**. Disponível em: [http://www.cereja.org.br/arquivos\\_upload/](http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/)

MOSER, G. **História da Educação, caderno de atividades**. Indaial: Asselvi, 2008.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação**. Eccos Revista Científica, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

NUNES, C. A. **Ide, Ensinaí a Todos: os 500 anos da Pedagogia Luterana**. Porto Alegre: Concórdia, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Luterana: Dois Olhares**. Porto Alegre: Concórdia e Editora da ULBRA, 2018.

PAULY, E. L. **Ética, educação e cidadania: questões de fundamentação teológica e filosófica da ética na educação**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2002.

PERRY, M. **Civilização Ocidental: Uma História Concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

ROEPKE, C.-J. (Org.). **Luther und die Folgen**. München: Kaiser, 1983.

ROSA, M. G. **A história da educação através dos textos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

ROSA, J. M. **As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi**. Dissertação de Mestrado em Educação/UFSM. Santa Maria: UFSM, 2006.

ROUSSO, H. *A memória não é mais o que era*. In: AMADO J. FERREIRA, M. de M. (Org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. (Org.) **Pesquisa Educacional: quantidade qualidade**. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983. (Polêmicas do Nosso Tempo).

\_\_\_\_\_. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. *O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional*. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_. **Breves considerações sobre fontes para a história da educação**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. *Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade*. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2012.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHILLING, H. **Martin Lutero: Ribelle in un'epoca di cambiamenti radicali**. Torino: Claudiana, 2015.

SCHÜLER, A. **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Renascimento**. Campinas: Unicamp, 1984.

SILVA, K. R. **Concepções educacionais e sua interferência nas práticas educativas**. Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia. 5: 14-22, 2014.

SOUZA, Vitor Chaves de. **A ontologia do mito de Mircea Eliade: possibilidades e aspectos críticos**. Estudos de Religião, v. 25, n. 41, 203-215, jul./dez. 2011. ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078.

STOESSINGER, J. G. **O poder das nações: a política internacional de nosso tempo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

STRECK, D. R. **Educação e cidadania: uma contribuição da reforma protestante**. Teologia Pastoral. Ano XI, n. 12. São Bernardo do Campo, SP, dez. 1996.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa, Horizonte, 1984.

TEIXEIRA, A. **Por que "Escola Nova"**. Boletim da Associação Bahiana de Educação. Salvador, n.1, 1930. p.2-30. Disponível em: Biblioteca Virtual Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/artigos/nova.htm> Acesso em: 10 jan. 2018.

WALKER, W. **História da Igreja cristã**. Vol. II. Rio de Janeiro/São Paulo: Juerp/Aste, 1981.